

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ**  
**UNIOESTE/ *CAMPUS* TOLEDO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCHS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – MESTRADO**

**FRANCIOLI BAGATIN**

**O PENSAMENTO POLÍTICO DA ANARQUISTA EMMA GOLDMAN:  
UMA CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIAL**

**TOLEDO**

**2018**

**FRANCIOLI BAGATIN**

**O PENSAMENTO POLÍTICO DA ANARQUISTA EMMA GOLDMAN:  
UMA CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIAL**

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *campus* Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Fronteiras, Identidades e Políticas Públicas.

Linha de Pesquisa: Democracia e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Vania Sandeleia Vaz da Silva

**TOLEDO**

**2018**

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Bagatin, Francioli

O pensamento político da anarquista Emma Goldman: uma contextualização social / Francioli Bagatin; orientador(a), Vania Sandeleia Vaz da Silva, 2018. 128 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2018.

1. Emma Goldman. 2. Anarquismo. 3. Pensamento Político. 4. Ciência Política. I. Silva, Vania Sandeleia Vaz da . II. Título.

FRANCIOLI BAGATIN

**O PENSAMENTO POLÍTICO DA ANARQUISTA EMMA GOLDMAN:  
UMA CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIAL**

Esta dissertação foi julgada adequada à obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Unioeste, *campus* Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Vania Sandeleia Vaz da Silva  
Centro de Ciências Humanas e Sociais  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste – Campus de Toledo.

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Eliane Knorr de Carvalho  
Doutora em Ciências Sociais pela PUCSP  
São Paulo - SP

---

Prof. Dr. Geraldo Magella Neres  
Centro de Ciências Humanas e Sociais  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste – Campus de Toledo.

Toledo, 27 de setembro de 2018.

Dedico este trabalho à minha família, em especial a meus filhos Brenna Mariah e Raul Augusto, e a todos que me apoiaram durante a construção do mesmo.

## AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos são para pessoas especiais que estiveram ao meu lado nessa trajetória, sem as quais certamente não teria dado conta!

A minha mãe, meu infinito agradecimento. Sempre acreditou em minha capacidade e isso só me fortaleceu e me fez tentar, não ser A MELHOR, mas a fazer o melhor de mim. Obrigada pelo amor incondicional!

A meus filhos, Brenna Mariah e Raul Augusto, por serem tão importantes na minha vida e me fazerem buscar sempre mais. Meu agradecimento especial pela compreensão e paciência que tiveram comigo nesses últimos 6 anos, pois, a seu modo, sempre se orgulharam de mim e confiaram em meu trabalho. Obrigada pela confiança! Amo vocês!

Às minhas amigas por só quererem o meu bem e me valorizarem tanto como pessoa, em especial a Rosângela e Laura, por me aturarem nos momentos de desespero... Obrigada!

À minha orientadora... Dra. Vania Sandeléia Vaz da Silva, que acreditou em meu potencial de uma forma a que eu não acreditava ser capaz de corresponder. E ao Prof. Dr. Osmir Dombrowski, sem seu desafio jamais teria iniciado essa trajetória. Obrigado.

A banca examinadora, pela disponibilidade em participar desse momento especial.

A meus amigos do mestrado, obrigada por dividirem comigo as angústias e alegrias e ouvirem minhas bobagens. Foi bom poder contar com vocês!

Aos servidores e servidoras da Unioeste, que com sua simpatia, gentileza e um copo de café tornaram essa caminhada mais suave... Obrigada pela ajuda!

Agradeço ainda a CAPES, pois o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Um sonho realizado. Ninguém vence sozinho... OBRIGADA A TODOS!

BAGATIN, Francioli. **O pensamento político da anarquista Emma Goldman: uma contextualização social**. 2018. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Mestrado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo-PR.

## RESUMO

**RESUMO:** O cânone da Ciência Política é composto por um grupo homogêneo de homens, europeus, brancos e heterossexuais, alçados à categoria de “clássicos” desta disciplina como se fossem os únicos seres humanos que se interessaram pela reflexão acerca da política. Será que existem mulheres cujo pensamento político poderia ser considerado relevante para a Ciência Política? Emma Goldman, militante e anarquista, publicou diversos textos sobre política, desenvolvendo um pensamento no qual refletiu sobre as relações entre indivíduo, Estado e sociedade. Será que ela produziu um pensamento político consistente acerca de tais questões e mereceria figurar ao lado dos “clássicos” da política? Para responder essa questão, aplicamos o método do “contextualismo social” – desenvolvido pela parceria de Neal Wood e Ellen Meiksins Wood – por dois motivos principais. Primeiro, porque possibilita mostrar que todos os pensadores e teóricos da política eram, também, partidários no conflito social do período em que viveram e escreveram – logo, o fato de Emma Goldman ser abertamente anarquista e feminista não invalida suas chances de ser considerada uma “pensadora” da política. Segundo, porque permite compreender como as ideias de um autor ou autora estão organicamente ligadas ao contexto social em que viveu e escreveu – no caso dos “clássicos” da política, isso mostra que eram também “partidários” engajados no conflito político de seu tempo, mas que isso não invalida sua importância para a compreensão da “política”. No caso de Emma Goldman trata-se de “inserir” suas obras no contexto social em que foram produzidas para analisar em que medida suas reflexões sobre a política – que estão “marcadas” por suas experiências – poderiam constituir um pensamento político que inclui uma reflexão racional e consistente sobre a “política”. Portanto, cabe analisar e discutir “se” além de claramente “partidária” – anarquista e feminista – ela era também foi uma pensadora política. Com esse objetivo, mostramos como ela refletiu sobre conceitos considerados relevantes para a Ciência Política – Estado, Poder, Política e Governo – e também como mostrou que outros temas – amor, casamento, maternidade, aborto e homossexualidade, entre outros – são também “políticos”, pois estão vinculados ao modo como as relações sociais são organizadas e normatizadas, ou seja, como modos de viver e amar que são fruto de “conflito” social e político tornam-se alvo de institucionalização política pelo Estado.

**Palavras-chave:** Emma Goldman; Pensamento político; Ciência Política.

BAGATIN, Francioli. **The political thought of the anarchist Emma Goldman: a social contextualization.** 2018. Dissertation (Master's degree in Social Sciences) – Stricto Sensu Postgraduate in Social Sciences, Western Paraná State University, Toledo-PR, 2018.

### **ABSTRACT**

**ABSTRACT:** The mainstream of Political Science is composed of a homogeneous group of men, European, white and heterosexual, raised to the category of "classics" of this field as if they were the only human beings who were interested in think about politics. Are there women whose political thinking might be considered relevant to Political Science? Emma Goldman, a militant and anarchist, published several texts about politics, developing a thought in which she reflected on the relations between individual, state and society. Did she produces consistent political thinking about such issues and deserve to stand alongside of the "classics" of political science? To answer this question, we apply the "social contextualism" method - developed by Neal Wood and Ellen Meiksins Wood - for two main reasons. First, because it makes it possible to show that all political thinkers were also partisans in the social conflict of the period in which they lived and wrote – the fact that Emma Goldman is openly anarchist and feminist does not invalidate her chances of being considered a "thinker" of politics. Second, it allows us to understand how the ideas of an author are organically linked to the social context in which he lived and wrote - in the case of the "classics" of political science, this shows that they were also "partisans" engaged in the political conflict of its time, but that does not invalidate its importance for the understanding about "politics". In Emma Goldman's case it is a question of "inserting" her writings in the social context in which they were produced to analyze the extent that her reflections on politics - which are "marked" by her experiences - could constitute a political thought that is able to do a rational reflection and consistent approach to "politics". Therefore, it is necessary to analyze and discuss "if" besides being clearly "partisan" - anarchist and feminist - she was also a political thinker. With this aim, we show how she reflected about concepts considered relevant to Political Science - State, Power, Politics and Government - and also how she showed that other themes - love, marriage, maternity, abortion and homosexuality, among others - are also "political", because they are bound to the way that social relations are organized and normalized, in other word, how ways of living and loving, that are part of social and political "conflict", become object of political institutionalization by the State.

**Keywords:** Emma Goldman; Politics thought; Political Science.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1. A CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIAL DE EMMA GOLDMAN.....</b>	<b>18</b>
<b>1.1 O contexto social .....</b>	<b>19</b>
<b>1.2 Biografia .....</b>	<b>30</b>
<b>1.3 O ideal humano .....</b>	<b>37</b>
<b>1.4 Emma Goldman e a finalidade de seus escritos .....</b>	<b>49</b>
<b>1.5 Ideologia <i>versus</i> Teoria Política .....</b>	<b>51</b>
<b>1.6 Para quem a autora escreveu? .....</b>	<b>54</b>
<b>2. OS CONCEITOS DE ESTADO, PODER, POLÍTICA E GOVERNO .....</b>	<b>56</b>
<b>2.1 O Estado por Emma Goldman .....</b>	<b>59</b>
<b>2.2 O Poder por Emma Goldman.....</b>	<b>63</b>
<b>2.3 A Política por Emma Goldman .....</b>	<b>65</b>
<b>2.4 O Governo por Emma Goldman .....</b>	<b>72</b>
<b>3. O PENSAMENTO POLÍTICO DE EMMA GOLDMAN: PARA ALÉM DA POLÍTICA E DO ANARQUISMO TRADICIONAL.....</b>	<b>80</b>
<b>3.1 Os avanços do pensamento político de Emma Goldman em comparação     com o pensamento político dos anarquistas “clássicos”.....</b>	<b>82</b>
<b>3.2 Amor Livre .....</b>	<b>84</b>
3.2.1 Casamento .....	88
3.2.2 Ciúmes .....	92
3.2.3 Homossexualidade .....	94
<b>3.3 Emancipação da mulher .....</b>	<b>98</b>
3.3.1 Maternidade .....	105
3.3.2 Controle de natalidade .....	108
3.3.3 Sufrágio feminino .....	110
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>115</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>122</b>

## INTRODUÇÃO

A história da Ciência Política reflete a história da humanidade: uma história eurocêntrica de homens, brancos, heterossexuais, em que apenas estes parecem se configurar como protagonistas, capazes de se rebelar e lutar por sua liberdade ou de impor seu modo de vida a todas as pessoas. Uma história em que o espaço feminino foi desde sempre marginalizado, na qual os homens falaram no lugar das mulheres e definiram o seu lugar no mundo, nos espaços públicos e privados, que foram pensados por e para homens, silenciando as vozes das mulheres, ignorando suas demandas e anulando suas existências.

Após algumas reflexões realizadas nas reuniões do Grupo de Pesquisa Democracia e Desenvolvimento<sup>1</sup>, percebemos que o *cânone* da Ciência Política reflete essa condição de uma história hegemonicamente masculina e eurocêntrica, visto que para entender e explicar a “política” recorre à leitura e análise de textos escritos predominantemente – ou totalmente – por autores do gênero masculino. Daí surgiu o questionamento: será que existem mulheres cujo pensamento político poderia ser considerado relevante para a Ciência Política ou alguma teórica política que merecesse integrar-se ao *mainstream* da disciplina?

A opção por Emma Goldman foi motivada, primeiro, por ela ter sido uma “mulher” que também era “feminista”; e segundo, por ela ter sido uma “militante anarquista”. Duas condições que geram certa “marginalidade” ao seu pensamento, mas que, como será mostrado, conferem uma agudeza para compreender a “política” que não aparece nas obras dos homens com formação acadêmica e “engajamento” político de acordo com o *status quo*. A proposta foi analisar se ela poderia ser considerada uma *autora* relevante, cujo pensamento político poderia ser considerado relevante para a Ciência Política. Será que ela poderia ser considerada uma pensadora política ao lado dos autores “clássicos” – ressaltando que ela não tinha formação “acadêmica” e que foi uma “militante política” abertamente feminista e anarquista?

Emma Goldman ter sido uma mulher – anarquista e feminista – ajuda a explicar porque suas obras não receberam a atenção da Ciência Política, que, em geral, inclui em seu cânone, autores com características compartilhadas – homens, brancos, europeus – em sua maioria defensores da “ordem” dominante. Contudo, apenas constatar que seu silenciamento ou a ignorância de suas obras e ideias relacionam-se com o fato de ter sido mulher, anarquista e feminista não constitui nenhuma novidade. A questão que pretendemos responder é “se”

---

<sup>1</sup> O Grupo de Pesquisa Democracia e Desenvolvimento (GPDD) é composto por professores e estudantes de graduação e mestrado do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Toledo).

existem motivos que possam justificar a inclusão de seu “pensamento político” entre aqueles que são relevantes para compreender a “política”.

Trata-se, portanto, de analisar “se” Emma Goldman possui um pensamento político relevante que merece ser estudado e incorporado ao *mainstream* da disciplina e se ela merece fazer parte do *cânone*, ou seja, ser incluída como uma autora *clássica* da política. Cabe discutir, também, “se” justamente o fato dela ter sido uma “mulher” que se posicionou a favor do “feminismo” e do “anarquismo” e, a partir desse posicionamento refletiu seriamente, racionalmente e profundamente sobre a “política”, torna suas obras fundamentais para a compreensão da “política” de seu tempo e, também, para alguns aspectos da política atual. Para responder essas questões, primeiramente, precisamos esclarecer de maneira breve a diferença entre “teoria política” e “pensamento político”, porque é mais provável que Emma Goldman tenha desenvolvido um “pensamento político”, e não propriamente uma “teoria política”.

Antes cabe comentar que muitos autores que não tem seu pensamento político – ou teoria política – reconhecidos pelo cânone da Ciência Política, deixam de ser aí incluídos por serem considerados “ideólogos”. Quer dizer que são acusados de serem “meros” publicistas, panfletários ou propagandistas, sobretudo aqueles que realizaram uma reflexão que gerou conclusões que afetavam a “ordem” estabelecida em suas sociedades. Porém, de acordo com Ellen Meiksins Wood, todos os autores considerados grandes pensadores políticos do passado estiveram, em alguma medida, “comprometidos com paixão nas questões do lugar e da época em que viveram”; o que quer dizer que suas teorias estão ligadas a causas políticas concretas e identificáveis que expressavam seus interesses particulares, ou de um partido ou de uma classe particular (WOOD, 2011, p. 25-6). E isso vale para “autoridades” como Sócrates, Platão e Aristóteles, para ficar apenas nos gregos. Mas não significa que tais “autores” possam ser reduzidos a meros ideólogos ou propagandistas de uma causa, ou a escritores remunerados, que teriam distorcido de propósito suas reflexões para promover interesses e objetivos de uma classe. De acordo com Ellen e Neal Wood – que criaram e aplicaram o método da “história social da teoria política” (ou contextualismo social<sup>2</sup>) – todos esses autores

---

<sup>2</sup> A proposta do contextualismo social – “chamado por Neal Wood de *história social da teoria política* e por Ellen Wood de *contextualismo sócio-histórico*” – é interessante pois “pressupõe que as ideias não são meros “reflexos” das relações econômicas” assumindo como premissa que “as relações entre a “base” e a “superestrutura” são “orgânicas” – ou “imbricadas”, como afirma Ellen Meiksins Wood a partir de Edward Palmer Thompson”, que afirma explicitamente que “os clássicos da política elaboraram teorias políticas cuja compreensão não é imediata, pois suas vidas e obras precisam ser compreendidas por meio de uma explicação mais bem elaborada visando compreender como se relacionam organicamente com o contexto social”, a ênfase no “social” visa explicitar que inclui não apenas o “econômico” mas também os aspectos culturais, políticos e ideológicos, de modo que “estudar teoria política exige uma análise contextual cuidadosa que vise compreender

clássicos estavam realizando uma reflexão racional e legítima que visava encontrar a “verdade” da política.

Como explica Wood (2011, p. 27), as perguntas que interessam a qualquer pensador político, eternas e universais, partem sempre de uma história específica, e nesse caso, não dizem respeito somente as controvérsias políticas explícitas nos planos da filosofia e da política, mas também se relacionam ao campo das pressões e tensões sociais, as quais, em realidade, moldam as relações humanas. Quanto à diferença entre “pensamento político” e “teoria política”, podemos ficar com a definição de Ellen Wood (2011, p.13), para quem pensamento político é toda forma de reflexão que ocorre sobre as relações que se estabelecem entre as classes sociais, ou melhor, “entre os dirigentes e os dirigidos, entre os que mandam e os que acatam, entre ordenar e obedecer”, dentro de determinada organização política (Estado), e que pode estar sistematizado em uma obra completa, ou pode ser depreendido de escritos menos sistemáticos, como uma parábola ou um provérbio, e que pode dar-se tanto na forma escrita quanto através da tradição oral. Por outro lado, a “teoria política” situa-se num patamar diferenciado, pois supõe um discurso lógico e argumentativo – bem mais sistematizado – e calcado no uso de conceitos bem definidos com objetivo de investigar a legitimidade e a racionalidade da ordem política preconizada como a mais adequada para a convivência humana; preocupando-se com as “reflexões construídas a partir de sua investigação ao longo da história”, e tendo o objeto de estudo o seletivo conjunto de obras referendado como “clássicas” pelo cânone ocidental (NERES, DOMBROWSKI e SILVA, 2016, p. 126)<sup>3</sup>.

---

como as “ideias” estão “relacionadas” com o contexto social em sentido amplo, no qual os autores clássicos viveram e escreveram, e com o qual mantinham uma relação ativa e criativa, politicamente posicionada no conflito de sua época (SILVA, 2016, p. 88).

<sup>3</sup> Não é recente a discussão acerca da abordagem do pensamento político e de sua abordagem metodológica nos meios acadêmicos. Segundo Silva (2010, p. 301), na década de 1960, Pocock manifestou-se sobre o dilema afirmando a necessidade de “se resgatar a história do pensamento político do domínio do tratamento exclusivamente filosófico dos textos clássicos”, alertando para o fato de que transformar a história do pensamento político em filosofia propiciava-se a construção de uma “coerência racional das ideias dos autores do passado” e com isso, desconsiderava-se “os diversos níveis de abstração em que o pensamento político surge na história”, o que implicaria na impossibilidade de se explicar um pensamento político que não fosse ele mesmo uma “teoria política sistemática ou filosofia” isto é, não seria possível estabelecer “conexões entre pensamento e comportamento político em dado momento histórico”. Nesse sentido, Faoro (1987) afirma que “a redução do pensamento político à filosofia política leva a desfigurar a política e a converter a história à história das ideias. Toda uma categoria social se perderia”. Faoro (1987) afirma que o pensamento político não deve ser confundido nem com a filosofia nem com a ideologia ou mesmo com a política. Para ele a natureza do pensamento político está no fato de constituir-se como “saber informulado”, que, todavia não deve ser confundido com a irracionalidade, nem com o oportunismo. Para ele “O *logos* – a filosofia política, a ciência política, as ideologias – transita, pode ser exportado e catalogado, comunica-se, freqüenta os livros e os discursos. Expressa-se em proposições enunciativas, *escrito nos livros e pôs discursos: é um saber formulado. O pensamento político, entretanto, como ação, como atividade concentrada, não se confunde com o exercício de jornadas intelectuais, como exercício retórico*” (FAORO, 1987). E relaciona o pensamento político à experiência política, incorporado

Na obra “*De ciudadanos a señores feudales – Historia social del pensamiento político de la Antigüedad a la Edad Media*”, Wood (2011, p.43) reconhece que o pensamento político vigente na teoria política e que compõe o cânone da Ciência Política é composto pelo pensamento de “homens da raça branca já falecidos (em grande medida oriundos da Europa ocidental) e de sua cultura”; e, nesse caso, isso ocorre

[...] desconsiderando-se a experiência vivida pela maioria da população mundial, que se constitui pela dominação masculina sobre as mulheres, pela opressão das maiorias nacionais e raciais, pela violência endêmica nas relações sociais e pelo conjunto da história do colonialismo e do imperialismo, opressão esta muitas vezes apoiada pelo cânone (WOOD, 2011, p.43).

Desta forma, o surgimento do Estado moderno, em sua associação com o capitalismo, aprofundou a ocorrência de uma desigualdade sistêmica, caracterizada pela opressão e exploração de uma classe sobre a outra, numa realidade social, política e econômica onde uma classe dominante (os capitalistas) sobrepõe-se sobre uma maioria dominada (os trabalhadores e trabalhadoras). E, de acordo com o que Wood (2011, p. 45) afirma, essa realidade encontra-se refletida no cânone da Ciência Política, uma vez que as ideias propagadas tendem a representar os ideais da classe dominante, permanecendo os trabalhadores, a classe dominada, à margem da história, e esse silêncio não deve prestar-se a não ouvi-los, ao contrário, sua voz está implícita, muitas vezes, no próprio discurso da classe dominante, que através do cânone, determinava o comportamento esperado da classe dominada. Portanto, uma leitura atenta dos textos do cânone nos permite perceber as próprias condições de surgimento dessa tradição canônica, bem como das relações sociais e das lutas que lhe deram forma.

O fato de nos referirmos à existência de um pensamento político relevante nas obras de Emma Goldman, e não a uma teoria política, não torna menos importante as considerações e conclusões que compõem seu pensamento, ainda mais se levarmos em conta os argumentos de Faoro (1987) de que um pensamento político está diretamente relacionado à experiência política e incorporado à ação, figurando como uma ação política, afirmando-se na atividade

---

à ação, figurando como uma atividade, como uma ação política. O pensamento político de cada um não se afirma no plano intelectual, mas na atividade real. O pensamento político deve ser pensado a partir da *práxis*, não como “um feixe caótico de instintos, mas de ideias”. O pensamento político tem uma dimensão crítica, desvinculado da esfera acadêmica e da visão teórico-contemplativa está posto para a dialética social, potencializando-a, “sem ser mero reflexo, por meio de manifestações múltiplas, que não estão necessariamente submersas no saber formulado, com o rótulo político” (FAORO, 1987). E conclui “Em certos momentos, o pensamento político se expressa melhor na novela do que no discurso político, mais na poesia do que no panfleto de circunstância. Repele as especializações, expandindo-se em todas as manifestações culturais, ainda que se afirme o congelamento ideológico e o enciclopedismo filosófico” (FAORO, 1987).

real. Uma autora ou autor que é considerado publicista, panfletário ou propagandista na verdade é uma autora ou autor que produz (ou produziu) reflexões sobre sua realidade vinculadas a uma *práxis*, uma reflexão ou pensamento político racional. Contudo, como já mencionamos, Ellen Wood e Neal Wood mostram que todos os autores que refletiram sobre a política – tanto os que produziram teorias mais sistemáticas como os que nos legaram um pensamento político – estavam organicamente ligados às suas realidades sociais – culturais, políticas e ideológicas. O que quer dizer que eram seres humanos que pensavam sobre a “política” de sua época e lugar.

Para analisar “se” o pensamento político de Emma Goldman pode ser relevante para a Ciência Política buscamos entender suas obras inserindo-as no contexto em que foram escritas, por meio do método denominado “contextualismo social”, entendendo, portanto que a construção e a fundamentação do pensamento político da autora seriam fruto de suas experiências pessoais – como mulher, judia, trabalhadora – bem como de sua atuação como militante e oradora anarquista – na defesa das mais diversas causas como o anarquismo e a defesa dos direitos das mulheres – assim como o pensamento político de Platão só pode ser compreendido a partir de suas experiências como homem grego herdeiro de um modo de vida aristocrático que ele considerava fundamental para chegar à compreensão da verdade que era fundamental para uma boa atuação política.

Portanto, entendemos que é impossível que qualquer autora ou autor, ao escrever, o faça desvinculando-se de suas experiências, dos ideais políticos e intelectuais a que estão engajados, uma vez que suas reflexões estão organicamente ligadas à realidade em que vivem, pois um texto de teoria política possui uma dimensão política, sendo que o autor é um “ator social” engajado nas lutas e conflitos reais de tempo e lugar (WOOD, 2011a, p.31-32, tradução livre). Desta forma, para o contextualismo social, o que importa e deve ser considerado é o conjunto: autor e obra dentro do contexto social em que esta foi produzida. Considerando que o que Emma Goldman escreveu está relacionado com o fato dela ser mulher; judia e trabalhadora; ter vivido sua vida da maneira que escolheu – dentro das circunstâncias em que esteve envolvida – de modo que nenhuma outra pessoa, sem ter passado por suas experiências, teria percebido os aspectos políticos que ela percebeu e problematizou como relevantes, cabe problematizar se constitui um “pensamento político” que ainda mereça ser lido e estudado atualmente.

Se for verdade que todos os “grandes pensadores políticos” estavam comprometidos com “paixão” nas questões do lugar e da época que viveram, ter sido anarquista não inviabiliza uma reflexão racional e consistente sobre a política por parte de Emma Goldman;

se for verdade que também os outros clássicos da política “estavam comprometidos com seus ideais, envolvidos muitas vezes com uma causa política concreta e identificável, ou ainda, expressaram interesses ideológicos particulares, de um partido ou classe específicos” – mesmo que isso não fosse assumido abertamente em seus escritos, ser feminista e anarquista não torna Emma Goldman incapaz de refletir sobre a política; se o comprometimento dos clássicos com o conflito de seu tempo não os torna meros “propagandistas” nem escritores mercenários, na medida em que “a teoria política é um exercício de persuasão cujas ferramentas são a argumentação e o discurso racional, numa busca legítima de certo tipo de verdade” é isso que precisa ser mostrado no caso de Emma Goldman (Wood, 2011, p. 25-26).

Estar envolvido no “conflito político” de sua sociedade e época não altera apenas mostra que se trata de “seres humanos imersos na história”, de modo que reconhecer a “humanidade” dos autores clássicos não “significa rebaixá-los ou negar sua grandeza” mas apenas lembrar que se tratava de “seres humanos vivos e comprometidos com seus ideais”, lembrando que estavam “imersos numa rica herança intelectual, nas ideias que seus predecessores filosóficos legaram e imersos também no “contexto linguístico”, em que suas próprias ideias se produziram”, portanto devemos levar em consideração o fato de que para a contextualização social devemos considerar também o “contexto dos processos políticos e sociais que modelaram o mundo imediato em que os teóricos da política viveram”, por certo devemos considerar todas essas premissas na análise do pensamento político de Emma Goldman (Wood, 2011, p. 25-26).

Claro que aqui a operação é inversa em relação ao que se faria ao contextualizar socialmente um autor do cânone. No caso de um clássico reconhecido se trata de mostrar que além de ter elaborado um pensamento político ou teoria política ele também era um ser humano inserido no conflito social de seu tempo e sociedade. No caso de Emma Goldman trata-se de mostrar que além de estar profundamente mergulhada no conflito social de seu tempo – e de ter abertamente desejado “mudar” a sociedade, tentando convencer todos os seus contemporâneos e contemporâneas de que era possível reorganizar o modo de vida coletivo por meio de sua proposta anarquista, ressaltando aspectos que eram perceptíveis devido a sua experiência de vida como mulher e membro da classe trabalhadora – ela também produziu um pensamento político que tinha como ferramenta a “argumentação e o discurso racional” que para ela tinha uma relação direta com a “verdade”.

Militante, assumidamente propagandista, Emma Goldman produziu um pensamento político racional, argumentativo, a partir de suas experiências, sua *práxis*; um pensamento político desenvolvido como uma reflexão sobre a realidade social de sua época, abrangendo

aspectos sociais, políticos, econômicos e ideológicos; um “pensamento político” produzido a partir da realidade de uma pessoa que viveu suas experiências como integrante da classe dominada, que questionava a obrigação de obedecer e acatar as normas (morais e legais), produzidas e disseminadas pela classe dominante. Pretendemos mostrar que Emma Goldman é uma “autora” relevante para a política, cujo pensamento pode ser considerado fundamental para a Ciência Política, pois para além de sua militância e para o fato de ter sido declaradamente propagandista (do anarquismo), desenvolveu um pensamento político consistente, reflexivo, vinculado à realidade social, política, econômica e ideológica de sua época. As afirmações que fez partiam de uma reflexão a respeito do que percebia como “verdade” sobre a realidade política de seu tempo e lugar, tanto quanto eram as afirmações de Platão e Aristóteles.

Partindo da hipótese de que Emma Goldman possui um pensamento político relevante para a Ciência Política, no primeiro capítulo apresentamos a contextualização social de sua vida e de suas obras, respondendo-se às questões propostas por Neal Wood (1978) e sistematizadas em tabelas por Silva (2016), utilizando-se como referência principal a autobiografia de Goldman (“*Vivendo minha vida*”, 1931), entre outros textos e ensaios de sua autoria, porque decidimos compreender como ela mostra o surgimento de seu pensamento político, como foi tornando “suas” as ideias “anarquistas” a respeito do contexto social, político, econômico e ideológico em que viveu e escreveu.

No segundo capítulo mostramos que a autora, assim como outros autores “clássicos” da política, realiza uma reflexão a respeito dos conceitos considerados mais relevantes para a Ciência Política: Estado, Poder, Política e Governo. Por meio da análise de textos, ensaios e livros da autora problematizamos se ela desenvolveu mesmo um pensamento político – ou até mesmo uma teoria política – a partir da análise desses conceitos fundamentais, pois, o fato de Emma Goldman incluir em seus escritos uma análise desses conceitos ajuda a avançar a hipótese de que possui um pensamento político que pode ser considerado relevante para a Ciência Política, e que talvez fosse justificada sua inserção no cânone.

No terceiro capítulo analisamos a autobiografia de Goldman – além de outros textos e ensaios de sua autoria e de biografias escritas sobre ela – com o objetivo de mostrar a profundidade de sua análise em relação a diversos temas que não são contemplados por parte significativa dos “clássicos”, mas que são também políticos, tais como a liberdade individual (absoluta), o amor livre, o casamento, o ciúme, a homossexualidade, a emancipação da mulher, a maternidade, o controle de natalidade e o sufrágio feminino. Entendemos que estes temas são fundamentalmente políticos, são fruto de conflito social e político – inclusive na



sociedade brasileira atual – porque as instituições que estão envolvidas com tais temáticas são básicas para o modo de vida das sociedades ocidentais.

A relevância do pensamento político de Emma Goldman para a Ciência Política reside justamente no fato de que ela mostrou o quanto tais temas estão intrinsecamente relacionados à política, constituindo-se, nos últimos três séculos, como temas de interesse para os governos, para as plataformas políticas dos partidos políticos, das bancadas que exercem mandatos atualmente no Brasil, pois é por meio da normatização e regulamentação destes aspectos da vida “individual” e íntima dos cidadãos e cidadãs que os governos buscam exercer controle direto e indireto sobre a vida pública e privada de todos os indivíduos. Emma Goldman foi extremamente sensível a isso e percebeu que estava aí a principal fonte de controvérsia que poderia fundamentar uma mudança substancial na sociedade e política.

Considerándolo desde este punto de vista, pienso que mi vida y mi labor han sido exitosas. [...] Si pudiera volver a vivir mi vida, como cualquiera, sólo cambiaría pequeños detalles. Pero ninguna de mis principales acciones y actitudes las cambiaría. En verdad, trabajaría por el anarquismo con similar devoción y confianza en su triunfo final. (Emma Goldman, *La palabra como arma*, 2010, p. 182).

## 1. A CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIAL DE EMMA GOLDMAN

Este capítulo foi desenvolvido com o objetivo de fornecer uma visão panorâmica sobre a vida e obra de Emma Goldman para compreendermos de que maneira ocorreu o desenvolvimento de seu pensamento político, de que forma ela foi tornando “suas” as ideias “anarquistas” a respeito do contexto social, político, econômico e ideológico em que viveu e escreveu. Para proceder essa análise a opção foi o método de pesquisa denominado *história social da teoria política* ou *contextualismo social*.

De acordo com o método do *contextualismo social*, desenvolvido a partir da proposta teórico-metodológica para o estudo dos clássicos da política elaborada por Neal Wood e Ellen Meiksins Wood, intitulada por eles de “*história social da teoria política*”, uma autora ou autor, ao escrever, não se desvincula de suas experiências, dos ideais políticos e intelectuais aos quais estão engajados, uma vez que suas reflexões mantêm uma relação imbricada, ou orgânica, com sua realidade, o que pode ser aplicado também ao pensamento político de Goldman. Sendo assim, por meio de uma contextualização social de sua obra seria possível compreender melhor seu pensamento político, por isso sendo importante considerar Emma Goldman e o contexto social em que produziu suas obras, sem negar sua singularidade: somente ela poderia ter escrito o que escreveu.

Para realizar a contextualização social de Emma Goldman utiliza-se, entre outros textos e ensaios, sua autobiografia (“*Vivendo minha vida*”, 1931), da qual se pode inferir seu pensamento político e também suas ideias sobre o contexto social, político, econômico e ideológico na sociedade em que viveu. Mas deve-se analisar com cautela os fatos narrados pela autora, pois quem escreve uma “biografia” ou faz um relato “autobiográfico” pode gerar um viés de coerência, na tentativa de criar uniformidade e dar um sentido lógico aos fatos ocorridos durante sua vida. Validar e reconhecer a importância do uso de material biográfico em pesquisas, método que é utilizado de forma mais efetiva pela sociologia, vem ao encontro do método de pesquisa do *contextualismo social*, em que o sujeito é considerado produto do

meio em que vive, não sendo possível desconectar-se do que viveu e das impressões adquiridas ao longo de sua trajetória.

A aplicação do *contextualismo social* pode ser feita ao responder as questões levantadas por Neal Wood (1978), sistematizadas em algumas tabelas por Silva (2016), que visam tornar mais produtiva e completa a análise das teorias políticas, ou pensamentos políticos, permitindo uma investigação minuciosa da relação que se estabelece entre as ideias elaboradas por um teórico da política e o contexto social em que viveu e produziu, aqui considerados todos os aspectos desse contexto: econômico, político, cultural e ideológico (SILVA, 2016, p. 90).

### 1.1 O contexto social (Tabela 1)

Responder às questões elaboradas por Silva (2016) na Tabela 1<sup>4</sup> corresponde à análise do contexto social em que Emma Goldman escreveu seus textos políticos, com objetivo de compreender de que maneira suas ideias e seus ideais estão conectados à estrutura de classes e o conflito social existente. Para tal análise utilizou-se a autobiografia de Emma Goldman além de textos políticos produzidos ao longo de sua vida.

Para uma análise mais aprofundada e efetiva pode-se dividir a história e o contexto social de Emma Goldman em três fases: os dois momentos em que vive na Rússia (1869-1889 e 1920-1921) e o período em que vive nos EUA (1889-1919). No que se refere à Rússia e aos dois momentos em que ali vive são períodos em que as esferas econômicas, política, social e cultural são muito distintas, sendo que nos referidos períodos há ascensão e declínio de classes sociais diametralmente opostas.

<sup>4</sup> **Tabela 1. Aspectos relacionados ao contexto social em que o autor escreveu a obra em análise, que permitem compreender como suas ideias se relacionam com a estrutura de classes e o conflito social.**

1. Quais classes estão ascendendo e quais estão declinando?
2. Qual o grau de consciência de classe [*class consciousness*]?
3. A estrutura de classes está refletida nos arranjos governamentais?
4. A estrutura de classes está refletida no sistema de dominação e subordinação?
5. Como as divisões religiosas na sociedade estão relacionadas com a vida econômica e política?
6. Como as divisões étnicas na sociedade e como estão relacionadas com a vida econômica e política?
7. Quais os modelos aceitáveis de conduta social?
8. Quais as várias tendências intelectuais ou escolas de pensamento?
9. Quais são seus temas centrais?
10. De que modo estes temas estão relacionados com as lutas sociopolíticas do período?
11. Podemos nos referir às raízes sociais do conflito intelectual?
12. As linhagens intelectuais refletem as divisões de classe ou outras clivagens sociais?

Fonte: Silva, 2016, p. 90.

O primeiro período (1869-1889) refere-se a infância e adolescência da autora, período normalmente dedicado à educação e formação social do indivíduo, e que ocorre durante o Império Russo, sob a disciplina e opressão czarista, especialmente contra os russos de origem judaica. Durante os 20 anos em que viveu na Rússia, desde seu nascimento até a emigração para os EUA, as classes sociais estão definidas e consolidadas, uma classe dominante composta pelo czar e pela nobreza russa, e uma classe subordinada, composta por uma esmagadora maioria de camponeses, numa Rússia eminentemente agrária, atrasada economicamente, com pouca ou quase nenhuma industrialização, num regime similar ao feudalismo que ocorreu na Europa na Idade Média<sup>5</sup>. Neste período as poucas fábricas estão restritas a algumas cidades, como Moscou e São Petesburgo, e enquanto poucas grandes cidades desenvolviam uma economia baseada na produção capitalista, a maior parte do Império Russo era uma imensidão rural intocada, composta principalmente por comunidades rurais como forma de agrupamento político, econômico e cultural (GONZÁLES, 1986, p. 8). Segundo Wood (1991), o Império Russo do fim do século XIX e início do século XX era um país de contradições: uma riqueza ostensiva da minoria oposta à pobreza dolorosa da maioria, força e fraqueza, atraso e modernidade, despotismo e necessidade urgente de mudanças (WOOD, 1991, p. 18). Era, pois uma sociedade constituída por uma população esmagadoramente camponesa, composta em sua maioria por analfabetos e vivendo em condições miseráveis, com instituições sociais atrasadas, dirigida por uma aristocracia latifundiária e sob um regime czarista absolutista<sup>6</sup>.

O segundo momento em que Emma Goldman vive na Rússia é no período de 1920 a 1921, após ser deportada dos EUA (GOLDMAN, 2015, p. 517). Nesse período a realidade das classes é totalmente diversa do primeiro período em que ali vivera, e a nova configuração política, econômica, social e ideológica é fruto das Revoluções de Fevereiro e Outubro de 1917. Já não existe mais o Império Russo, mas a recém-constituída União Soviética. Inicialmente o poder retirado do czar está nas mãos da burguesia, mas sendo esta reacionária, cujo objetivo é a manutenção do *status quo*, a revolução de Outubro é que representa a verdadeira mudança na configuração social: a queda do governo czarista e a expulsão da classe de proprietários de terras, dividindo-se as terras entre os camponeses. Porém, a

---

<sup>5</sup> Alan Wood, em “*As origens da Revolução Russa*” (1991) afirma que a Rússia do século XIX era um país caracterizado por um grande abismo social e intelectual entre as classes sociais, e também entre a Rússia “atrasada” e a Europa “moderna”. Era um país onde prevaleciam contradições na estrutura política, nas relações econômicas, militares e culturais (WOOD, 1991, p. 14)

<sup>6</sup> Segundo Trotsky “o traço essencial e o mais constante da História da Rússia é a lentidão com que o país se desenvolveu, apresentando uma economia atrasada, uma estrutura social primitiva e baixo nível cultural” (TROTSKY, 1978, p. 23).

distribuição das terras entre os camponeses não representa uma mudança efetiva na realidade, os mesmos não serão a classe dominante que deveria ascender, ao contrário, permanecerão como classe subjugada, não mais ao czar ou à burguesia, mas ao Partido Comunista, encarregado pelo Governo Provisório, responsável pelo processo de transição para o socialismo, com a conseqüente extinção do Estado. Nessa nova configuração temos camponeses subjogados e uma nova classe que ascende, na figura do Partido Comunista, a qual mantém a relação anterior de exploração e dominação.

Essa nova realidade social que emerge com a Revolução gera mudanças e, muito significativa para esse período é a forma de governo exercido pelo partido bolchevique, que além de adotar uma política de trabalho forçado nas fábricas, equivalente a disciplina militar, promove a entrega compulsória da produção agrícola pelos camponeses ao Estado, efeitos que podem ser considerados catastróficos para a população. Resultado dessa política econômica de entrega compulsória é que ocorre uma desintegração econômica do país, sendo a fome o principal problema a ser enfrentado. Em seus relatos sobre os primeiros momentos na Rússia após sua deportação Emma Goldman expressa que a realidade encontrada difere em muito da realidade esperada. Se ela tinha esperanças de que essa nova Rússia representaria a constituição de uma nova humanidade logo constata que suas esperanças mostraram-se vãs. Sobre o sofrimento enfrentado pelo povo russo, muito embora houvessem lhe mostrado do lado “bom” da Revolução (GOLDMAN, 2015, p. 525), ela verifica que a realidade era muito diferente daquela propagada pelos líderes do Partido Comunista. Essa realidade era a fome e o frio, o desemprego e a morte: apesar das vastas extensões de floresta o povo sofria com o frio e as fábricas estavam paradas; sofria com a fome devido à política da *razverstka*<sup>7</sup> (coleta forçada de comida) que extorquia os camponeses; e a morte, devido às constantes prisões e fuzilamentos por parte da Cheka<sup>8</sup>, além da prisão planejada de crianças moralmente

---

<sup>7</sup>“Parecerá impossível, mas é um fato bem conhecido na Rússia de que o Sistema Razvyorstka, foi responsável em parte pela fome presente. Pois os camponeses não foram só despojados da última porção de farinha, mas também foram roubaram as sementes guardadas para próxima sementeira. Conseqüentemente que a escassez é causa principal dessa horripilante situação, que vemos nos distritos do Volga” (GOLDMAN, 2012, p. 22).

<sup>8</sup> O *Tcheka* ou *Cheka* foi uma organização de polícia secreta da União Soviética. Sobre a *Tcheka*: “A Tcheca, a Comissão Extraordinária Pan-Russa é sem dúvida alguma a medida mais negra do regime bolchevique. Foi organizada pouco depois dos bolcheviques terem subido ao poder com o propósito de competir com a contrarrevolucionário, a sabotagem e a especulação. [...]Em outras palavras, a Tcheca é espiã, policia, juiz, carcereira e verdugo. Continua dizendo entre outras coisas: “Ao tratar com os inimigos da Rússia Soviete, é necessário usar métodos de tortura para obter confissões deles, e então despachamo-los para outro mundo” (GOLDMAN, 2012, p. 26-27).

deficientes (GOLDMAN, 2015, p. 532). E a Rússia revolucionária torna-se a desilusão de Emma Goldman, que relata em sua autobiografia um diálogo que teve com John Reed<sup>9</sup>:

“Eu devo estar louca, Jack,” eu disse, ou “do contrário jamais compreendi o significado de revolução. Eu certamente jamais acreditei que significaria uma indiferença brutal à vida humana e ao sofrimento, ou que não teria outra maneira de resolver seus problemas além do massacre. Eliminaram 500 vidas na véspera de entrada em vigor da abolição da pena de morte! Você chama isso de uma estupidez. Chamo de um maldito crime, a pior vilania contra-revolucionária cometida em nome da Revolução.” (GOLDMAN, 2015, p. 534) (aspas no original)

Nos EUA, durante os 30 anos em que ali viveu, entre 1889 e 1919, as classes sociais estão fortemente constituídas: uma minoria econômica e politicamente dominante (burguesia) e uma maioria de trabalhadores, uma classe explorada economicamente, estruturada em organizações que lutam para ter seus direitos políticos e sociais reconhecidos, na esperança de melhorar sua condição econômica dentro do sistema capitalista. Essas classes se constituem através do processo de democratização iniciado em 1776 com a Revolução Americana, que por sua vez representa a manutenção de uma estrutura social anterior, com classes distintas e interesses antagônicos. A Revolução Americana não é expressão de uma mudança social significativa, representando apenas uma mudança nas relações de dependência entre as colônias americanas e a Inglaterra, findando a subordinação econômica e política a que estavam sujeitas, sem, no entanto extinguir as diferenças sociais entre a classe dominante, burgueses e grandes proprietários de terra, e a classe dominada, os trabalhadores explorados, mantendo-se inclusive a escravidão nas colônias do sul<sup>10</sup>. De acordo com Burns (1981), sobre as mudanças sociais após a Revolução Americana, corroborando a realidade dos EUA na época em que Emma Goldman ali viveu e que descreve minuciosamente em sua autobiografia,

[...] é verdade que houve indícios de transformação política e social, manifestados especialmente nas novas constituições estaduais e nas medidas tomadas contra os lealistas e os aristocratas, mas não ocorreram deslocamentos de classes como durante a Revolução Francesa ou a

---

<sup>9</sup> John Reed (1887-1920): jornalista norte-americano e amigo de Emma Goldman, autor da obra “Dez dias que abalaram o mundo” (1919) que descreve os eventos da Revolução Russa (TIMOFEITCHEV, 2017).

<sup>10</sup> Burns afirma que “o objetivo principal dos pais da federação americana não era entronizar as massas mas fundar um *república* que garantisse a estabilidade e protegesse os direitos da propriedade contra as tendências niveladoras das maiorias. Por esse motivo adotaram um complicado sistema de limitações e equilíbrio de poderes, inventaram um Colégio Eleitoral para escolher o presidente da nação, criaram um judiciário poderoso e confiaram a escolha dos senadores às legislaturas dos diversos estados (BURNS, 1981, p. 769-770).

Revolução Russa de 1917. De um modo geral, as mesmas classes sociais de antes continuaram no poder após a independência (BURNS, 1981, p. 773).

Ellen Meiksins Wood (2003) ao explicar a moderna concepção de cidadania também nos mostra a realidade das classes sociais e de que forma essas classes mantem-se em seus lugares após a Revolução Americana. A democracia que se estabelece nos EUA no final do século XVIII traz consigo elementos que são adotados justamente para a manutenção da ordem social vigente, qual fosse uma classe dominante e uma classe dominada. Significa dizer que ali estabeleceu-se uma “ideologia dominante que separou a elite governante de uma multidão governada”, e a forma encontrada foi a implementação de uma democracia onde se incluiu o povo na esfera política através da representação, e ao mesmo tempo, afastou-o de qualquer decisão referente a esfera econômica, pois o que permitiu a ascensão dessa forma de democracia foi justamente a separação entre as esferas econômica e política<sup>11</sup>, há uma distância maior entre o povo e a esfera da ação política (WOOD, 2003, p. 177-204). A novidade é que essa nova forma de democracia, aliada a estrutura social do capitalismo altera o significado de cidadania, assim a universalidade dos direitos políticos (sufrágio universal) deixa intacta as relações de propriedade e de poder, ou seja, a realidade das classes sociais, de modo que o capitalismo tornou possível uma forma de democracia em que a igualdade formal de direitos políticos tem efeito mínimo sobre as desigualdades ou sobre as relações de dominação e de exploração em outras esferas (WOOD, 2003, p. 177-204).

Do que Goldman expõe sobre os três períodos analisados, ou seja, o tempo que vive na Rússia e nos EUA, pode-se perceber que a estrutura de classes se reflete nos arranjos governamentais em todos, visto que os governos são sempre compostos por uma elite dominante, e que os representantes do povo, no caso dos EUA, representam efetivamente os interesses da elite econômica, perpetuando o sistema de dominação e subordinação: uma classe trabalhadora, subordinada a uma elite dominante, que promove a exploração dos trabalhadores através da exploração da mais-valia, visto que nos EUA o capitalismo encontrava-se fortemente consolidado. Já a Rússia, durante o período czarista, é a expressão do sistema de dominação exercido por um governo absolutista, que se constituiu sobre a experiência da dominação econômica e política dos camponeses<sup>12</sup>; e durante a experiência

---

<sup>11</sup> Sobre a separação entre as esferas econômica e política ver “*A separação entre o “econômico” e o “político” no capitalismo*” (WOOD, 2003, p. 27-49).

<sup>12</sup> “Desde los primeros recuerdos de mi juventud en Rusia, me he rebelado contra la ortodoxia en cualquiera de sus formas. Nunca he podido soportar ser testigo de la recriminación, así que me indignaba con la brutalidad de los oficiales ejercida sobre los campesinos de mi pueblo. Lloraba amargas lágrimas cuando un joven era reclutado en el ejército y alejado de su casa y hogar. Me ofendía el tratamiento dado a nuestros siervos, quienes hacían el trabajo más duro y, a pesar de ello, tenían que dormir en miserables cuartos y contentarse con las

socialista, no segundo período em que Emma Goldman vive na Rússia, muito embora os revolucionários pretendessem a extinção da ordem que imperava e a mudança social, na busca uma sociedade mais igualitária, tropeça na ditadura do proletariado, e torna-se, de certa forma, um regime mais violento, que expressa também novas formas de dominação e subordinação sobre os camponeses, tão ou mais aniquiladoras do que fora o regime czarista (GOLDMAN, 2012, p. 26-28).

Na autobiografia de Goldman fica muito clara a realidade de classes sociais distintas bem como do conflito permanente que se estabelece entre elas. Mas será que a ocorrência dessa luta de classes tão evidente pressupõe a existência de uma consciência de classe? Neste trabalho não cabe uma discussão aprofundada acerca de consciência de classe, porém é relevante para compreender a existência de uma consciência de classe no período vivido por Emma Goldman que seja feita uma distinção, ainda que muito breve, sobre o que seria consciência de classe e o que representa essa consciência de classe dentro de um determinado contexto histórico, político, econômico, social e ideológico, pois para pertencer a uma determinada classe é necessário que um indivíduo conheça seu lugar dentro do processo de produção. Partindo da análise do que seria consciência de classe para Marx e Engels, pode-se dizer que para eles há uma distinção entre o que consideram uma situação objetiva de classe e o que seria uma consciência subjetiva dessa situação, correspondendo efetivamente ao que consideram como condição de classe e consciência de classe, o que corresponde a *classe em si* e *classe para si*, respectivamente. (BOTTOMORE, 2012, p. 111-112).

Já para Lenin a classe existe independentemente da consciência dos indivíduos, mas a consciência de classe, a qual fundamenta-se nas relações de produção (assim como para Marx e Engels), essa consciência corresponde ao conhecimento de sua posição dentro da realidade de classes e só pode emergir através de um agente que viabilize o conhecimento desse lugar. A consciência de classe não é inerente ao indivíduo e nem ele atinge a consciência de classe autonomamente, o que seria somente através da ação educativa de um agente, fazendo com que o indivíduo tenha então consciência de classe para si. Portanto, para Lenin, a consciência de classe “resulta das relações materiais da sociedade, tanto no âmbito da subjetividade, como no âmbito objetivo”; e é fruto do conjunto do conhecimento gerado pela humanidade, significando que a consciência de classe é exterior ao indivíduo, isto é, vem de fora (MAZZEO, 2015, p. 49). Para Lukács, assim como para Lenin, uma consciência de classe

---

sobras de nuestras mesas. Me indigné cuando descubrí que el amor entre dos personas jóvenes de origen judío y gentil era considerado como el mayor crimen, y el nacimiento de un bebé ilegítimo, la más depravada inmoralidad (GOLDMAN, 2010, p. 172).



adequada é aquela que “deve ter como conteúdo a sociedade como uma totalidade concreta, o sistema de produção de um determinado ponto da história e a resultante divisão da sociedade em classes” e corresponda às “reações adequadas e racionais “atribuídas” a uma posição particular típica no processo de produção” (MÉSZAROS apud BOTTOMORE, 2015, p. 113).

Assim, tanto para Marx e Engels como para os marxistas, a consciência de classe não é algo inerente ao indivíduo, ao contrário, é resultado das relações de produção que se estabelecem numa sociedade dividida em classes e corresponde a existência da classe como algo exterior, caracterizando o que entende-se por *classe em si*, a qual existe fora da consciência dos indivíduos, constituindo uma condição de classe (BOTTOMORE, 2015, p. 113). Porém, quando se desenvolve a consciência de classe surge a *classe para si*, uma consciência que é construída sobre a percepção dos indivíduos a partir de sua condição de classe. O indivíduo, a partir do lugar que ocupa nas relações de produção, promove uma reflexão, reconhece esse lugar, e constrói essa consciência individual que pode tornar-se coletiva, cujo resultado é a união desses indivíduos na busca de alterar sua situação de classe, promovendo condições para saber o que deve executar e força para efetivamente realizar a conquista e organização de sua posição dominante.

É a consciência de classe que permite a organização e a mobilização das classes menos favorecidas na luta pela busca de direitos; e se não houver consciência de classe, não há a consciência do que, pelo que e como mobilizar-se para buscar uma mudança nas relações de produção; sem essa consciência de classe não haveria necessidade de lutas para garantia de quaisquer direitos, civis, políticos ou sociais, visto que o indivíduo não reconhece, não tem consciência de seu lugar nas relações de produção. Portanto, pode-se dizer que havia consciência de classe frente ao lugar que a classe operária ocupava nas relações de produção no período que Emma Goldman viveu nos EUA, muito embora essa consciência de classe não atingisse a maioria dos trabalhadores oprimidos por essas relações de produção.

Emma Goldman foi operária e estrangeira; enfermeira; militante anarquista; e estabeleceu ao longo de sua trajetória relações com pessoas de todas as classes. Observou que a divisão social está relacionada não somente às relações de produção, mas que em sua situação, nas hierarquias e divisões da sociedade, era preciso considerar mais do que tais relações de produção – sua situação foi matizada pela sua situação de gênero (ser mulher), étnica e religiosa, pois era estrangeira e judia (GOLDMAN, 2015). Além disso, cabe comentar que a maioria da massa de trabalhadores que ela identifica se compõe principalmente de estrangeiros e de negros: os estrangeiros oriundos da Europa e da Rússia, muitos de origem judaica ou católicos, que emigram aos EUA na busca de sonho americano,

uma vida baseada na liberdade e na igualdade de oportunidades, o que não era possível em seus países de origem; e os negros libertos do regime de escravidão que vigorou nos EUA até 1863. Desta forma, estrangeiros e negros que compunham a massa de trabalhadores, estavam de certa forma, na condição de não-cidadãos, pois impedidos de participar do processo eleitoral, quer como eleitores, quer como possíveis representantes dos interesses de sua classe.

Essa realidade de classes está refletida inclusive dentro do sistema prisional. Por ter sido presa diversas vezes Emma Goldman pôde perceber que a desigualdade entre as classes era reproduzida dentro do sistema prisional, relatando quem eram suas companheiras de cárcere: a maioria mulheres, pobres, estrangeiras ou negras, muitas delas excluídas do mercado de trabalho, e obrigadas a prostituírem-se para garantir seu sustento e de seus filhos afirmando que “[...] apesar dos comentários dos psicólogos criminalistas, não achei nenhuma criminosa entre elas, apenas seres humanos desafortunados, quebrados, desamparados, desesperançosos” (GOLDMAN, 2015, p. 472). Goldman é uma das mulheres que fogem a esse padrão, uma presa política. E percebe como a questão de gênero se apresenta fortemente relacionada às causas do aprisionamento dessas mulheres, afirmando no ensaio *Tráfico de Mulheres* (1909) que uma das causas é o aspecto econômico, e que o sistema industrial está de tal forma posto que “não oferece para a maioria das mulheres qualquer alternativa a não ser a prostituição” e que se fossem analisadas outras esferas ainda assim as mulheres, em muitos casos, não teriam alternativa senão prostituírem-se, pois as mulheres não são tratadas de acordo com o mérito de seu trabalho, mas apenas como sexo; desta forma, é a inferioridade econômica e social atribuída à mulher que gera a prostituição (GOLDMAN, 2011b, p.248-249). Por outro lado, há também na prisão mulheres oriundas de classes mais abastadas, as quais muitas vezes recebiam tratamento diferenciado dentro das prisões (GOLDMAN, 2015, p. 489).

Porém, ainda que houvesse uma consciência de classe faz-se uma ressalva: a consciência de classe deveria ir além dos limites que apresentava, pois ainda que a massa de trabalhadores estivesse organizada, e reivindicasse melhorias nas condições de trabalho, quer fosse pela jornada de 8 horas, quer fosse pela questão da insalubridade de determinadas profissões, ou aumento de salário, ainda assim, essa consciência de classe não tocava na essência do que seria o maior problema social. Para Goldman essa consciência de classe trazia um caráter individualista, ainda que organizada de forma coletiva, pois os trabalhadores, em sua ânsia por melhores salários, objetivavam apenas igualarem-se aos patrões, deixando de buscar o que efetivamente lhes garantiria essa igualdade, que seria a mudança do sistema econômico e político vigente. Isso pode ser inferido através de algumas passagens de sua

autobiografia, entre elas destacam-se três momentos distintos a que se refere falando sobre o apoio dos trabalhadores aos ideais anarquistas.

A primeira referência seria ao incidente de Homestead, em 1892, quando os trabalhadores entraram em greve por melhores salários, melhores condições de trabalho e pelo direito de serem representados pelos sindicatos. Goldman e Berkman<sup>13</sup> viram no incidente a oportunidade de instigar novos ideais nos trabalhadores qual fosse o de “se livrar do jugo do capitalismo, para usar sua luta como pedra de toque para a destruição do sistema salarial, levando à revolução social e ao anarquismo”, o que demonstra que os trabalhadores não questionavam os sistemas econômico e político vigentes, o capitalismo implantado e a democracia burguesa, mas tão somente as condições precárias a que estavam sujeitos. Nesse caso a estratégia encontrada foi a de um atentado à vida do homem que personificava o capitalismo e seus efeitos, o diretor da companhia siderúrgica que comandava as atrocidades contra os trabalhadores em greve. Após o atentado percebe-se que os trabalhadores colocam-se contra o ato de Berkman, sem entender as reais intenções do ato e o que ele representava (GOLDMAN, 2015, p. 65).

Um segundo momento relatado refere-se ao episódio onde ocorreu um atentado aos *Los Angeles Times*, que resultou na condenação dos irmãos McNamara, sindicalistas que foram taxados como anarquistas, porém sem sê-lo. Goldman escreve que

Talvez eles teriam sido os primeiros a se ressentir dessa acusação de anarquia, já que nada sabiam de nossas ideias e não tinham ciência de sua relação com a luta dos trabalhadores. Simples sindicalistas, os McNamaras

---

<sup>13</sup> Alexander Berkman (1870-1936) foi um escritor e ativista anarquista nascido na Rússia que emigrou para os Estados Unidos no ano de 1888. Viveu na cidade de Nova York, onde se envolveu com o movimento anarquista, tornando-se um dos militantes de maior do movimento no início do século XX. Berkman foi amigo, amante e companheiro de longa data de Emma Goldman, tendo convivido com ela por mais quarenta anos. Foi uma referência na vida de Emma Goldman, sendo o período mais longo que estiveram separados os 14 anos em que esteve preso pelo atentado contra a vida de Henry Clay Frick, porém sempre matendo contato, através de cartas e da visita que Goldman faz a ele na prisão. O referido atentado ocorreu em 1892, quando Berkman tentou assassinar Frick em um ato de propaganda pela ação. Frick sobrevive ao atentado e Berkman é preso, e dessa experiência resulta seu primeiro livro, *Memórias de um Anarquista Aprisionado*. Após ser solto Berkman assumiu a função de editor do periódico libertário *Mother Earth* fundado por Emma Goldman, e estabeleceu seu próprio jornal, *The Blast*, ao mesmo tempo em que viaja por todo os EUA palestrando sobre o anarquismo. Em 1917, Berkman e Goldman foram sentenciados a dois anos na cadeia por conspiração contra o recém-proclamado alistamento obrigatório nos Estados Unidos. Posteriormente ambos foram sentenciados e deportados para a Rússia. Assim como Goldman, Berkman também se decepciona com a realidade da revolução bolchevique e fez conhecer sua oposição ao uso soviético da violência e a repressão das vozes dos autonomistas. Em 1925, ele publicou um livro sobre suas experiências, *O Mito Bolchevique*. Berkman e Goldman fogem da Rússia e após um período de incerteza vagando pela Europa em busca de asilo ambos acabam radicados na França, sempre mantendo contato. Enquanto viveu na França, Berkman deu continuidade ao seu trabalho de apoio ao movimento anarquista, produzindo a clássica exposição dos princípios anarquistas, *Agora e Depois: O ABC do Anarquismo Comunista*. Sofrendo de graves problemas de saúde, Berkman cometeu suicídio em 1936 (<http://www.anarquista.net/alexander-berkman/>).

não percebiam que o conflito entre capital e trabalho é uma questão social que perpassa toda a vida, e que sua solução não diz respeito simplesmente a maiores salários ou menos horas – pois não sabiam que o problema envolvia a abolição do sistema de salários, de todo o monopólio e privilégios especiais (GOLDMAN, 2015, p. 388).

Outro momento que merece destaque e elucida o caráter limitado dessa consciência de classe seria durante a greve dos trabalhadores em Ludlow, cujos líderes declararam aceitar os fundos que pudessem ser angariados por Goldman e outros anarquistas, porém não desejavam que fosse divulgado que estivessem de acordo com seus esforços. Tal posicionamento traduz o posicionamento dos trabalhadores naquele momento: desejavam alterar suas condições de trabalho, mas aliar-se a uma anarquista significava estar de acordo com sua causa, o que não era verdade, do que se pode compreender concordavam com a existência do Estado e do sistema capitalista, ou seja, não questionavam os fatores que seriam a origem de seus problemas (GOLDMAN, 2015, p. 388). Por isso, para ela, era importante conscientizar a massa<sup>14</sup> de trabalhadores de que uma sociedade mais justa e igualitária somente seria possível se todos percebessem a necessidade de uma mudança total, com o fim do capitalismo, o fim do Estado e da religião, pois só assim os indivíduos seriam totalmente livres, emancipados de seus grilhões – a propriedade, o governo e a religião, o que somente seria possível através do anarquismo e de seu potencial libertador (GOLDMAN, 2011, p. 3). E mais, não somente a massa de trabalhadores deveria estar consciente para a mudança, mas todos, inclusive a classe dominante, pois senão a mudança jamais seria possível.

Emma Goldman vive durante um período de grande efervescência política e também de grande agitação intelectual, com diversas tendências intelectuais e escolas de pensamento que analisam a sociedade do momento, suas características econômicas e políticas, algumas delas na busca de uma sociedade mais humana e igualitária, livre da dominação e da exploração dos indivíduos. Nesse contexto, analisando primeiramente a realidade dos EUA, tem-se ali a predominância política e ideológica do pensamento liberal, fundando no ideal de democracia resgatado no século XVIII, que se caracteriza por ser uma democracia passiva, universalista, abstrata e representativa, cujos cidadãos são expropriados por meios econômicos e não possuem uma identidade social. Segundo Wood (2003, p. 177-203) essa

---

<sup>14</sup> Levando em consideração o conceito marxiano de classe percebe-se que “classe” e “massa” não são sinônimas. Para Marx a massa corresponde a uma classe em relação ao capital, todavia essa massa não pode ser considerada uma classe para si mesma; é a unificação da massa que vai torná-la uma classe para si, de modo que os interesses que passa a defender tornam-se interesses de classe (BOTTOMORE, 2015, p. 91). Daí a importância de que para Emma Goldman há a necessidade de conscientizar a massa de trabalhadores, e não somente a classe dos trabalhadores organizados, pois essa organização em prol de interesses próprios pressupõe a existência de uma consciência de classe.

cidadania aproximava-se muito mais da cidadania romana do que da ateniense<sup>15</sup>, pois nela há uma distância maior entre o povo e a esfera da ação política – uma ligação menos imediata entre cidadãos e participação política. Essa democracia em comparação à democracia ateniense, embora universalizada, é uma democracia mais limitada, no sentido de que limita a participação dos cidadãos apenas à esfera política, mediante a representação, não permitindo a participação dos cidadãos na esfera econômica, participação esta que poderia representar a possibilidade de mudança nas condições econômicas e sociais. Emma Goldman em diversas passagens de sua autobiografia apresenta os limites a que a democracia americana estava sujeita, mas talvez a passagem mais expressiva desses limites seja quando afirma “de que valem “direitos”, pensei, se as condições econômicas permanecem as mesmas! Eu havia conhecido as bênçãos da democracia tempo demais para ter fé nas mudanças políticas” (GOLDMAN, 2015, p. 430).

Em contrapartida a esse pensamento liberal, nesse período específico (1889-1919) duas escolas de pensamento ganham força, contrariando esse liberalismo econômico e político, cujo objetivo era conscientizar os indivíduos da necessidade de extinguir o capitalismo, a divisão da sociedade em classes sociais e o Estado. Seriam elas o socialismo e o anarquismo. Embora em ambos os pensamentos a lógica pregada fosse a extinção do Estado, do capitalismo e das classes sociais, havia entre elas uma distinção de ordem teórica e prática: enquanto o socialismo pregava a necessidade de estabelecer-se um Estado provisório para depois implantar-se o comunismo, para o anarquismo essa fase intermediária devia ser evitada, pois o risco era o Estado provisório<sup>16</sup> permanecer ativo e transformar-se em uma ditadura do proletariado<sup>17</sup>, risco este que viria a confirmar-se após a Revolução Russa

---

<sup>15</sup> Segundo Ellen Wood (2003, p. 177-203), a democracia americana contrapõe-se à democracia ateniense, pois esta era uma democracia ativa, baseada na participação direta dos cidadãos e no princípio da *isegoria*, e embora censitária era uma democracia substancial, na qual os cidadãos eram livres da expropriação econômica (ocorria por meios jurídico-políticos), e identificavam-se como *demos*, o que lhes conferia uma identidade social.

<sup>16</sup> O anarquismo fazia uma dura crítica ao que chamado Estado intermediário, que segundo o marxismo deveria existir entre o fim do Estado e o fim do capitalismo e a implementação do novo Estado socialista. Um dos motivos que levou o anarquismo a produzir essa crítica foi justamente o fato de que esse Estado intermediário poderia vir a constituir-se como uma ditadura do proletariado, no qual haveria apenas a troca da classe dominante por uma nova classe, que mesmo formada por dirigentes oriundos do proletariado, os transformaria em uma minoria dominante, que passaria a exercer sobre a população em geral as mesmas restrições às liberdades, a mesma forma de opressão exercida pela classe retirada do poder. Para o anarquismo para que isso não acontecesse seria necessário um novo ideal humano, onde o indivíduo fosse capaz de conviver em comunidade sem a necessidade de exercer autoridade e controle sobre os demais. Posteriormente abordaremos com maior profundidade essa questão do ideal humano, especificamente no pensamento de Emma Goldman.

<sup>17</sup> Para Marx a ditadura do proletariado corresponderia a um estágio intermediário entre o fim da hegemonia da classe dominante e o novo governo da classe ascendente, correspondendo a classe ascendente ao proletariado, ou seja, seria uma forma regime e também uma forma de governo com a classe operária governando, exercendo a hegemonia. Segundo Bottomore (2012, p. 163), Marx não definiu expressamente o que seria a ditadura do proletariado, mas em algumas passagens de suas obras é possível antever o que ele entendia como ditadura do proletariado: “Na terceira parte de *As lutas de classes na França de 1848 à 1850*, ele diz que o socialismo

(GOLDMAN, 2015. p. 357-358; p. 554). Nos EUA então, socialistas e anarquistas faziam oposição firme e ativa ao pensamento, a política e a economia de cunho liberal, difundindo seus ideais no plano ideológico e também organizando as massas de trabalhadores em ações práticas contra essas políticas, através dos sindicatos e organizações afins. Era perceptível que essas linhagens intelectuais refletiam as divisões de classe, liberais ligados à classe dominante, a burguesia e os políticos, enquanto socialistas e anarquistas estavam ligados à massa de trabalhadores expropriados, as mulheres, negros e estrangeiros, juntos em suas lutas pela mudança social.

## 1.2 Biografia (Tabela 2)

Responder a Tabela 2<sup>18</sup> permite situar quem Emma Goldman na sociedade em que viveu, através da análise dos aspectos que foram relevantes para sua formação como pessoa e como militante do movimento anarquista, bem como oradora e escritora, ou seja, situá-la na estrutura de classe e no conflito social de seu tempo.

Emma Goldman nasceu em 1869, na cidade de Kovno (Lituânia), então parte do Império Russo. Filha de judeus ortodoxos cresce em uma família tradicional e sofre desde a infância com a pobreza e com o fato de ser mulher, pois seu pai desejava um filho do sexo masculino, resultando em um relacionamento conturbado tanto com o pai quanto com a mãe

---

revolucionário e o comunismo envolvem “a declaração da permanência da revolução, a ditadura de classe do proletariado como um momento intermediário necessário no caminho para a abolição das diferenças de classe em geral (...)”. Em sua *Crítica ao Programa de Gotha*, escrita em 1875, também afirma que “entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista, existe um período de transformação revolucionária de uma para a outra. Há um correspondente período de transição na esfera política, e, nesse período, o Estado só pode tomar a forma de uma ditadura revolucionária do proletariado” (parte IV). Mas estas e outras referências à ditadura do proletariado que se pode encontrar nos escritos de Marx pouco acrescentam à explicação do conceito”.

<sup>18</sup> **Tabela 2. Aspectos relacionados à biografia que permitem situar o autor na sociedade.**

- |  |
|--|
| <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Quem era a família do teórico e quais suas conexões familiares?</li> <li>2. Como foi sua educação e também sua formação intelectual?</li> <li>3. Quem eram seus amigos e associados? Sua educação? Sua religião? Sua situação econômica?</li> <li>4. Qual a sua profissão, ofício ou ocupação?</li> <li>5. Quem era seu empregador ou patrão?</li> <li>6. Qual era seu estatuto legal?</li> <li>7. Quais suas funções econômicas reais?</li> <li>8. Quais as fontes e a extensão de sua renda?</li> <li>9. Como era seu modo de vida?</li> <li>10. Quais suas atividades políticas?</li> <li>11. Quais suas afiliações políticas?</li> <li>12. Quais seus laços religiosos?</li> <li>13. Qual o gênero/identidade/orientação sexual (heteronormatividade)?</li> <li>14. Qual sua “etnia” e qual a situação dessa na sociedade em questão?</li> </ol> |
|--|

Fonte: Silva, 2016, p. 92

durante grande parte de sua vida, como relata em diversas passagens de sua autobiografia. O pai, demasiadamente severo com os filhos, utilizava-se de violência física para puni-los e Emma era a que mais sofria com as agressões, pois seu pai usava um chicote apenas contra ela, por ser a mais rebelde de todos. Sua mãe pouco a consolava, solicitando apenas raramente que ele moderasse suas surras. Um exemplo que demonstra a difícil relação que tem com sua mãe ocorre em sua menarca, quando ao contar para sua mãe sobre sua menstruação é agredida com um tapa no rosto, sob a justificativa de que “isso é necessário para uma garota [...] quando ela se torna uma mulher, como uma proteção contra a desgraça” (GOLDMAN, 2015, p. 18). O fato de sua família não possuir conexões familiares que fossem relevantes politicamente ou economicamente vai ser influenciar toda sua vida, sendo obrigada a abandonar os estudos e a trabalhar desde cedo, ainda na Rússia, e depois nos EUA (GOLDMAN, 2015, p. 14). Para o pai ela não precisava estudar, mas apenas preparar uma boa refeição, afirmando que "Garotas não precisam saber muito! Tudo o que uma menina judia precisa saber é como preparar peixe *gefülte*, saber costurar e saber dar muitos filhos a um homem" (GOLDMAN, 2015, p. 12). O pai queria que ela se casasse; ela questiona e contesta sua autoridade: queria estudar, conhecer a vida e viajar, afirmando que se casaria por amor<sup>19</sup> (GOLDMAN, 2015, p. 12).

O assassinato do czar Alexandre II em 1881 é um dos fatores de natureza política que tem influência direta na vida de Emma, pois dá início a uma repressão que atinge duramente os judeus, situação de opressão que vai favorecer o surgimento do anarquismo na Rússia, fruto da revolta de estudantes, operários e camponeses contra o despotismo dos czares. Este fatídico acontecimento representa o primeiro encontro de Goldman com o pensamento niilista (GOLDMAN, 2015, p. 22-23), que encontra no livro de Nilkolai Chernyshevsky – “*O que há para ser feito*” (1863) um modelo a ser seguido: a protagonista Vera, que era adepta da filosofia niilista e escapa de sua família repressora para viver livremente, criando uma cooperativa de costura. O livro cativou-a e permaneceu como uma fonte de inspiração durante toda a sua vida, tanto é assim que já nos EUA, para onde emigra em 1889, cria uma cooperativa de costura, assim como a protagonista havia feito.

A rebeldia de Emma Goldman contra a autoridade pode ser percebida desde cedo, em seus enfrentamentos com o pai e também na escola, sendo frequentemente punida por suas

---

<sup>19</sup> Muito embora não se possa afirmar que nesse momento de sua vida, ainda na adolescência, Emma Goldman já fosse uma anarquista, o fato de rebelar-se quanto a possibilidade de um casamento arranjado já podia ser considerado um pensamento que extrapolava os padrões morais e sociais da época, no qual os casamentos eram arranjados entre as famílias, com vantagens econômicas e sociais para ambos os contratantes, fazendo então uma defesa a uma forma de amor livre.

ações consideradas reprováveis. Na escola sofre as mais diversas situações como ser assediada por um de seus professores e constantemente punida por outro devido a seus questionamentos e contestações. Em contrapartida, tem a simpatia de uma professora de língua alemã que lhe empresta livros e a incentiva inclusive à apreciação de ópera. E não bastasse o fato do pai interferir em sua educação proibindo que estudasse, sofre também outro revés, pois ao ser admitida para o ginásio seu professor de religião se recusa a providenciar um certificado de bom comportamento, o que impede que seja aceita (GOLDMAN, 2015, p. 86-87). O autoritarismo de seu pai e também de seus professores tem influencia direta na educação de Emma, que é obrigada a abandonar a escola e educar-se sozinha<sup>20</sup>, ao mesmo tempo em que é obrigada a trabalhar para sustentar-se, o que acontece como já dito, tanto no período em que vive na Rússia quanto no período que vive nos EUA. E em ambos os países, com situações econômicas e políticas distintas, um sob um sistema agrário quase feudal e um regime absolutista, e outro sob o sistema capitalista e um regime democrático, ela encontra um sistema de opressão e exploração dos trabalhadores, seja pelo Estado, seja pela burguesia. Tanto na Rússia quanto nos EUA Emma Goldman exerce atividades como operária em fábricas na função de costureira, cujos proprietários pertencem à burguesia, que segundo Engels pode ser definida como

[...] a classe dos grandes capitalistas que, em todos os países desenvolvidos, detém, hoje em dia, quase que exclusivamente, a propriedade dos meios de consumo e das matérias-primas e instrumentos (máquinas e fábricas) necessários à sua produção (ENGELS apud BOTTOMORE, 2015, p. 55).

A burguesia seria “a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios da produção social e empregadores do trabalho assalariado” (ENGELS apud BOTTOMORE, 2015, p. 55), e que ao mesmo tempo, além de deter a propriedade dos meios de produção, é a classe que controla os aparelhos do Estado e determina a produção cultural, o que por sua vez gera um conflito com a classe operaria, a luta de classes.

Sua realidade em terras americanas está muito longe do que sonhara, passando a viver a realidade de um trabalhador em uma democracia<sup>21</sup>: trabalho em condições insalubres, mal

<sup>20</sup> “Como se sabe, Goldman nunca frequentou uma universidade e forma-se culturalmente em contato com militantes de esquerda, com artistas e intelectuais ligados ao mundo do trabalho. Entre seus escritores preferidos, figuram Henrik Ibsen, Fyodor Dostoievski, Leon Tolstoi e Maximo Gorki” (RAGO, 2011, p. 268).

<sup>21</sup> “Cuando arribé a América, tenía las mismas esperanzas que la mayoría de los inmigrantes europeos y las mismas desilusiones, aunque esto último me afectaba más intensa y profundamente. El inmigrante sin dinero y sin contactos no puede abrigar la ilusión consoladora de que Norteamérica es un benevolente tío quien asume una tierna e imparcial custodia de sus sobrinos y sobrinas. Pronto aprendí que, en una república, existen un



remunerados e demasiadamente explorados, pois o salário que recebe é insuficiente para suas despesas (GOLDMAN, 2015, p. 14-15). Nos EUA, assim como na Rússia, trabalha como costureira, e desde logo percebe que é explorada, pois o salário que recebe é insuficiente para se manter (GOLDMAN, 2015, p. 14-15), e durante toda sua vida a situação econômica oscila, variando entre a estabilidade temporária e a precariedade<sup>22</sup>, passando por muitas necessidades (GOLDMAN, 2015, p. 121). Essas condições somadas a seu desejo de liberdade e justiça a impellem para o movimento anarquista, na busca por uma sociedade mais justa.

Em 1893, já como militante anarquista, Emma Goldman é presa e condenada pelo crime de incitação à violência, cumprindo sua pena na penitenciária da ilha de Blackwell. Ali, sob a supervisão do Dr. White, aprende o ofício da enfermagem com a pretensão de atingir melhores condições de vida (GOLDMAN, 2015, p. 101). Tornar-se enfermeira não melhora automaticamente sua situação econômica, encontrando dificuldades para o exercício da profissão mesmo após sua formação profissional em Viena, onde torna-se enfermeira e parteira. Ela encontra dificuldades em conseguir trabalho por ser anarquista, sofrendo rejeição por parte dos médicos que não queriam ter seus nomes vinculados ao anarquismo, e especialmente à Emma Goldman (GOLDMAN, 2015, p. 127). Essa dificuldade também era sentida mediante problemas para locação de imóveis, uma vez que os senhorios e os vizinhos não queriam estar vinculados, ainda que indiretamente a ela (GOLDMAN, 2015, p. 232). Devido a tais dificuldades adota o pseudônimo E. G. Smith, pois ninguém contratava Emma Goldman, a anarquista. Paralelamente a atividade da enfermagem, torna-se uma grande oradora, viajando por todo o país, falando sobre o anarquismo, sendo que em muitos momentos de sua vida sua sobrevivência era garantida devido à venda de material anarquista

---

sinnúmero de formas a través de las cuales los vivos, los taimados, los ricos pueden apoderarse del poder y mantenerlo. Vi a la mayoría trabajar por escasos salarios que los mantenían al borde de las necesidades, para unos pocos quienes conseguían enormes beneficios. Vi los juzgados, los parlamentos, la prensa y las escuelas – en verdad, todas las formas de educación y protección– empleados de manera efectiva como un instrumento para proteger a una minoría, mientras a las masas se les negaba cualquier derecho. Descubrí que los políticos sabían cómo enredar cualquier cuestión, cómo controlar la opinión pública y manipular las votaciones a su propio favor y el de sus aliados financieros e industriales. Ésta es la imagen de la democracia que rápidamente descubrí a mi llegada a los Estados Unidos. Lo cierto es que se han producido escasos cambios desde entonces (GOLDMAN, 2010, p. 172)

<sup>22</sup> Como exemplo da precariedade sua condição econômica podemos mencionar o fato de que Emma Goldman não possuía bens imóveis, e constantemente era despejada dos imóveis em que residia tanto por falta de pagamento quanto pelo fato de ser anarquista, e em determinado período de sua vida mora em um bordel, pois ao alugar um quarto neste local não foi inquirida sobre sua identidade (GOLDMAN, 2015, p. 77); em outra situação, recebe em comodato um imóvel no campo de seu amigo Bolton Hall (GOLDMAN, 2015, p. 441), um amigo que já havia prestado sua solidariedade à Emma em outra oportunidade, emprestando-lhe dinheiro para que pudesse montar uma sala de massagem (GOLDMAN, 2015, p. 266). Após ser deportada dos EUA e fugir da Rússia, Emma Goldman radica-se na França, em Saint Tropez, onde com a ajuda de amigos, compra uma pequena casa, local onde escreve sua autobiografia (GUGGENHEIM, 1946, p. 95).

que ela produzia em associação com seus amigos anarquistas, como por exemplo, a venda periódica da Revista Mother Earth.

Sua mudança para New York em 1889 é elucidativa da busca por mudanças tanto no âmbito pessoal (abandona o marido e a família em Rochester devido a diferenças de pensamento) bem como no âmbito profissional, em busca de melhores condições de vida. As atividades de costureira, enfermeira e palestrante garantiam sua sobrevivência, porém o aspecto mais importante que se depreende de tais fatos é que isso a colocava diretamente em contato com a realidade dos trabalhadores, dos estrangeiros e das mulheres nos EUA, o que só fortalecia suas convicções acerca da importância do anarquismo e dos limites que a democracia americana apresentava. Em seus relatos percebe-se sua inquietação perante as desigualdades que observava na sociedade em que vivia, fosse nos EUA, frente a uma sociedade capitalista; ou na Rússia, numa sociedade czarista; bem como sua insatisfação pessoal, enquanto mulher, dentro das relações estabelecidas em sua própria família e fora dela.

Seu estatuto legal perante a sociedade americana do final de século XIX e início do século XX é de mulher, branca, casada e heterossexual, o que correspondia aos padrões aceitáveis da época, representando o ideal de mulher respeitável. Sua realidade é também a de estrangeira (russa de origem judaica), o que a fazia ser vista como uma *outsider*, muito embora tivesse a cidadania americana devido a seu casamento com Jacob Kershner, este por sua vez russo naturalizando americano (GOLDMAN, 2015, p. 18), bem como uma a de operária de classe baixa, que exerce suas atividades em fábricas, em condições insalubres e mal remunerada. Além disso, torna-se militante anarquista, fato este que seria a causa para contituí-la como uma pária na sociedade americana. Porém, apesar do peso que representa esse estatuto legal ela não deixa de viver como quer. Seu modo de vida pode ser considerado como um modo de vida anarquista, pois vive o que acredita: uma vida sem regras e livre de qualquer forma de autoridade – livre da religião (apesar de nascida em uma família de judeus ortodoxos é atea (GOLDMAN, 2015, p. 407)); livre das conveniências sociais <sup>23</sup>e em luta constante com a opressão e controle das liberdades individuais pelo Estado.

---

<sup>23</sup> Quanto ao fato de ser livre das conveniências sociais podemos mencionar o fato de que em um momento de sua vida ela foi casada, o que correspondia às exigências da época, porém após um curto período de casamento se separa do marido e sua justificativa é justamente o fato de que não há entre eles amor nem sexo. E a partir desta decisão lhe é possível viver livre das conveniências sociais, haja vista que naquela época o divórcio não era visto com bons olhos.

Vivia da maneira que pregava, sempre colocando a causa anarquista frente a seus interesses pessoais: ela abdica da maternidade e do casamento por acreditar que aprisionam a mulher e determinam sua submissão; defendia o amor livre (o indivíduo deve ser livre para amar quem quiser e quantos quiser, independente do casamento e do gênero); defendia a necessidade do trabalho em condições justas, sem exploração do trabalhador e sem riscos à sua integridade, livre das opressões econômicas e do controle do Estado; defendia o controle de natalidade para permitir a liberdade das mulheres, além de uma vida mais digna para estas e seus filhos; e era contra o alistamento militar obrigatório – mais uma das formas do governo de controlar a vida dos indivíduos em nome de seus interesses. A defesa desses ideais está presente em suas obras, como a questão do casamento e da maternidade nos artigos “*Woman Suffrage*”, “*Marriage and Love*” e “*The Tragedy of Woman’s Emancipation*” compilados na obra “*Anarchism and Others Essays*” (1911), e a questão do alistamento militar obrigatório e da guerra, nos artigos “*A preparação militar nos conduz direto ao massacre universal*” e “*O patriotismo, uma ameaça à liberdade*”, compilados na obra “*O indivíduo, a sociedade e o Estado e outros ensaios*” (1940).

Como anarquista Goldman acreditava que o anarquismo era o meio para a construção de uma sociedade melhor, mais justa, sem governo ou autoridade, onde indivíduos autoconscientes seriam capazes de se autogerir. Em busca dessa sociedade participava ativamente de manifestações, de greves, promovia palestras e escrevia artigos sobre as causas que considerava justas ou injustas e que deviam ser denunciadas a todos, tendo grande importância na divulgação da filosofia política antiautoritária do anarquismo. Suas palestras ao longo dos 30 anos que vive nos EUA tem grande apelo aos trabalhadores e são, em sua grande maioria, dirigidas para essa classe. Sua importância para o movimento anarquista é percebida, pois na mesma proporção em que é requisitada e é ouvida por milhares de pessoas, é também perseguida e execrada pelo governo americano, considerada uma das maiores inimigas dos EUA no início do século XX, sofrendo uma ferrenha perseguição política, vigiada constantemente pela polícia, impedida de falar publicamente e expressar suas ideias, presa, humilhada, e por fim, expulsa dos EUA, país que considera como sua pátria (GOLDMAN, 2015). Ela, enquanto mulher, imigrante russa de origem judaica, operária têxtil, e sem formação acadêmica, inconformada com a situação que observa na sociedade (tanto na Rússia quanto nos EUA), uma sociedade na qual a opressão ao indivíduo está presente nas esferas econômica, política e social consegue o inimaginável para a época: torna-se escritora e uma oradora brilhante, dedicada a defesa do anarquismo e de todas as causas que considera justas. Seu objetivo, porém, ia além da conscientização das massas, e ao longo de sua carreira

como palestrante não vai apenas falar apenas às massas, mas expande suas palestras à classe média, em sua maioria americanos nativos, e não mais apenas aos imigrantes, pois para ela, para que haja a mudança da sociedade todos devem ter consciência do verdadeiro significado de anarquismo (GOLDMAN, 2015, p. 405).

Nesse contexto, entender com quem se relacionava também serve para entender quem ela era, e os amigos e associados que tem durante sua vida, seja nos EUA, seja em outros países após sua deportação, são de suma importância para a constituição de seu pensamento político. Em sua autobiografia ela expõe com muita eloquência quem foram seus amigos, inimigos, companheiros, e qual o papel que desempenharam em sua vida, os que permaneceram ao seu lado, e os que se foram, tendo se relacionado com grande parte deles durante mais de 30 anos. Goldman raramente morava sozinha, com ela viviam outras pessoas em forma de comunidade; nem todas, em todos os momentos, possuíam trabalho remunerado, entretanto, como em comunidade, todos colaboravam de alguma forma para a manutenção da casa, quer fosse economicamente, quer fosse mediante trabalho doméstico. Dentre as pessoas que moraram com ela ao longo de sua vida, além de seus companheiros, Edward Brady (Ed) e Ben Reitman, podemos mencionar ainda Alexander Berkman, as irmãs Minsk, seu irmão Yegor e seu amigo Dan (GOLDMAN, 2015, p. 232), entre outros. Evidentemente sua renda não lhe permitia acumular capital, ou mesmo a compra de um imóvel, e não raro, também dependia da ajuda financeira de amigos e da renda do movimento anarquista para poder sobreviver. Também é de extrema relevância entender quem eram seus amigos e associados, pessoas que acompanharam a vida pessoal e a trajetória de Emma Goldman na militância anarquista e fora dela, e que, direta ou indiretamente contribuíram para sua formação pessoal e cultural. Como Goldman nunca frequentou uma universidade sua formação acontece em função do contato que estabelece com militantes de esquerda, com artistas e intelectuais ligados ao mundo do trabalho e, dentre os mais destacados amigos e associados podemos citar os anarquistas Alexander Berkman, Voltarine de Cleyre e Piotr Kropotkin; seu companheiro Ben Reitman, e o jornalista John Reed, dentre tantos outros. Tais amizades, além de contribuírem para a formação intelectual de Goldman, representaram o esteio de sua vida pessoal e como militante, amparando-a nos momentos mais difíceis de sua trajetória.

### 1.3 O ideal humano (Tabelas 3 e 4)

Responder às Tabelas 3<sup>24</sup> e 4<sup>25</sup> nos permite uma análise mais acurada da teoria anarquista e de que forma ela se expressa no pensamento político de Emma Goldman, delimitando aspectos teóricos de seu pensamento político. Identificar o ideal humano de Emma Goldman nos permite visualizar os tipos de indivíduos, grupos ou classes sociais com os quais estava comprometida.

Segundo Neal Wood (1978), citado por Neres, Dombrowski e Silva (2016, p. 131) para a aplicação do contextualismo social é necessário utilizar-se de alguns pressupostos teóricos e procedimentais para que se possa promover a coleta e análise de dados dentro de determinada bibliografia, o que se faz através de uma leitura aprofundada de obras clássicas de teoria política, “vinculando-as ao seu contexto sócio-histórico específico e identificando os laços partidários que contribuíram para a sua conformação”. Portanto, para a aplicação do contextualismo social ao pensamento de um determinado autor é imprescindível que se situe o autor e suas obras de teoria política no “contexto sócio-político concreto do período histórico considerado”. Para que isso seja possível, Neres, Dombrowski e Silva (2016, p. 131) afirmam que

A melhor maneira de se fazer isso é considerarmos a teoria política clássica como sendo constituída por dois tipos de constructos (WOOD, 1978, P. 353). O primeiro tipo, ou “constructo de primeira ordem”, é uma criação puramente mental expressa pelo “ideal humano” subjacente à elaboração teórica em questão: A ideia do ideal humano oferece um ponto arquimediano para a alavancagem heurística no exame de uma teoria específica e para o

<sup>24</sup> **Tabela 3. Aspectos relacionados ao ideal humano – herói e anti-herói do teórico clássico.**

1. Como o teórico pensa que os seres humanos devem ser e agir?
2. Que tipo de ser humano deve dominar a sociedade?
3. Que tipo humano – real ou imaginado – carrega a melhor promessa para o futuro?
4. Como o teórico visualiza o indivíduo que mais plenamente realiza esse potencial humano?
5. Quem na sociedade como está atualmente constituída é mais capaz de atingir esse ideal?
6. Esse ideal é atingível por qualquer um ou apenas por poucos?
7. O abismo entre os homens que existem e o ideal humano é grande ou pequeno?
8. Sob quais condições pode o ideal humano ser mais rapidamente realizado?

Fonte: Silva, 2016, p. 93.

<sup>25</sup> **Tabela 4. Prescrições para realização do ideal humano.**

1. Quem deve governar?
2. Quem deve ser governado?
3. Como os governantes devem governar?
4. Como os governados devem obedecer?
5. Quão grande é a distância que existe entre a situação sociopolítica real na qual o teórico está escrevendo e sua visão de uma ordem cívica reconstituída na qual seu ideal humano típico pode florescer?
6. Como essa lacuna pode ser preenchida?

Fonte: Silva, 2016, p. 94.

estabelecimento de sua relação com o contexto social. Ela é, para utilizar outra metáfora, o cordão umbilical que conecta a teoria do pensador com o ser social no qual foi concebida e nutrida. **O ideal humano informa a teoria como um todo, fornecendo-lhe sua lógica, unidade, estrutura arquitetônica e providenciando a ligação vital com a sociedade. O ideal humano do teórico não é criado num vácuo social ou conjurado do nada. O seu protótipo é sempre um homem concreto ou tipo humano vivendo na sociedade do presente ou do passado** (WOOD, 1978, p. 351). (grifo nosso).

Em outras palavras, uma autora ou autor quando elabora suas teorias tem como referência um determinado tipo ou ideal humano, o qual representa “seus próprios interesses sociais, valores e aspirações no parâmetro fundamental para as suas prescrições políticas e sociais concretas” (NERES, DOMBROWSKI E SILVA, 2016, p. 131). E, segundo a tabela desenvolvida por Silva (2016) que trata da questão do ideal humano, deve-se fazer uma investigação atenta nas obras selecionadas, cujo objetivo é a busca de respostas às perguntas que permitem compreender o ideal humano do autor estudado, visto que, é a partir da delimitação desse ideal humano que é possível buscar respostas a questões como quem deve governar e ser governado ou como os governantes devem governar e os governados obedecer; e ainda como seria possível superar uma eventual lacuna entre a situação sociopolítica real na qual o teórico está escrevendo, na busca de uma ordem cívica reconstituída na qual seu ideal humano típico possa florescer.

Outro fator que deve ser levado em consideração para a análise do ideal humano diz respeito ao que Neal Wood (1978) entende como “constructos de segunda ordem”, e que, conforme Neres, Dombrowski e Silva (2016, p. 131), compreendem

[...] os recursos intelectuais que dão suporte à argumentação dos diversos autores da teoria política clássica. E quais são eles? Eles se constituem nos mais diversos meios de eloquência ou expressividade utilizados pelos teóricos para persuadir os leitores da veracidade e legitimidade das ideias defendidas em suas obras. Incluem o recurso à ciência, religião, teologia, metafísica, psicologia, ética, lógica etc. Se a apreensão do ideal humano defendido por cada autor nos permitirá identificar o ponto de vista social a partir do qual ele intervém na conformação do conceito moderno de democracia, o acesso aos recursos expressivos utilizados por ele nos ajudará a entender por que o modelo de democracia hoje em vigor adquiriu plausibilidade e se tornou hegemônico (NERES, DOMBROWSKI E SILVA, 2016, p. 131).

Ou seja, como nos mostra Silva (2016, p. 94) “ao perceber a natureza do ideal humano de um teórico, a unidade entre seus vários escritos e entre suas obras políticas e não políticas é melhor percebida”, pois enquanto construção intelectual, o ideal humano oferece estrutura e

unidade para um sistema de ideias políticas, que é complementado e suportado por outras construções intelectuais, como por exemplo a ciência, a religião, a epistemologia entre outros, que geram plausibilidade e autoridade intelectual para a teoria defendida pelo autor.

Silva (2016, p. 93) afirma que “o “ideal humano” do teórico tipifica seus próprios interesses sociais e valores e simboliza seu partidarismo na situação de conflito sociopolítico na qual ele é um participante e representa seu compromisso social e político fundamental”, e que proceder a análise de “como tal ideal humano está relacionado com o sistema de ideias políticas e sociais do teórico” permite entender como este autor explica a dinâmica desse sistema, no qual há recomendações sociais e políticas concretas que o comportamento dos indivíduos, e de que modo então seria possível que essas determinações fossem favoráveis para a efetivação do ideal humano proposto pelo autor.

Antes de mostrar qual é o ideal humano de Emma Goldman é pertinente esclarecer que ideal humano e natureza humana são questões diversas, porém conexas, pois para a construção do ideal humano a ele corresponde uma determinada natureza humana. Se o ideal humano corresponde ao tipo de indivíduo que para o teórico deve viver e governar, por sua vez a natureza humana corresponde ao “ser” do indivíduo, trazendo consigo, muitas vezes, a “crença de que todos os indivíduos partilham características comuns” (BOTTOMORE, 2015, p. 409), e que tais características manifestam-se na realidade e determinam o comportamento desses indivíduos, e por serem determinantes do comportamento humano, tidas como naturais, duradouras e necessárias, essas características acabam racionalizando e legitimando interesses de particulares dos grupos dominantes, ou seja, a natureza humana corresponderia a ideia de que as condutas humanas são determinadas por essa natureza humana (BOTTOMORE, 2015, p. 410).

Um dos problemas que essa concepção de natureza humana apresenta é justamente o fato de que corresponde aos interesses dos grupos dominantes, ou seja, através da propagação de uma determinada natureza humana justifica-se a dominação. A ideia de natureza humana constituiu-se a partir da dicotomia entre o bem e o mal, restringindo a questão da natureza humana a bondade ou a maldade dos indivíduos, que seriam inatas, ou seja, estaria relacionada a uma essência do ser humano e que existe uma forma predeterminada de como o indivíduo deve ser. Isso pode ser percebido quando se afirma, por exemplo, que o homem em sua essência é naturalmente egoísta, agressivo, ganancioso e interessado apenas em satisfazer os próprios desejos como afirmou Hobbes, e que tal natureza humana justifica o surgimento do estado para controlar os arroubos e paixões humanas que impedem a sociedade de viver em harmonia. E se o homem é naturalmente mau, não haveria a possibilidade de mudanças na

estrutura de dominação que se apresenta, e, portanto, uma sociedade anarquista seria inimaginável e irrealizável (BOTTOMORE, 2015, p. 411).

Marx, ao tratar da natureza humana e da questão da essência do ser humano, afirma que nada é inato, e que tudo que se relaciona aos indivíduos tem uma origem. Para Marx o homem é produto de uma evolução biológica que, através de sua própria ação, ação essa considerada uma forma de agir autônoma, autorreflexiva e criativa, ao que chama de práxis<sup>26</sup>, dá origem então a uma história humana, “o homem é, portanto, essencialmente um ser da práxis” (BOTTOMORE, 2015, p. 411). Isso significa que como ser da práxis esse homem transforma a natureza e cria a si mesmo, controlando as forças da natureza e criando um ambiente que seria então humanizado. Ao mudar o mundo em que vive o homem muda a si mesmo. Portanto, para Marx a natureza humana não teria um caráter inato e imutável, ao contrário, essa natureza humana pode ser construída como um conceito dinâmico, histórico, de modo que a natureza humana seria variável de acordo com cada época e lugar da história (BOTTOMORE, 2015, p. 411), sendo a essência humana construída no que se pode entender como um processo ao longo da vida.

Um dos aspectos mais importantes da análise de Marx acerca da natureza humana é justamente a ideia de que para ele não há um individualismo egoísta e nem mesmo um coletivismo abstrato e primitivo: há no ser humano uma individualidade que o torna único, e ao mesmo tempo uma sociabilidade. O homem em seu processo histórico consegue distinguir-se dos animais ao produzir seus meios de sobrevivência, deixando de depender exclusivamente da natureza, mas passando a manipulá-la, tornando-se o que ele considera como ser social. E seria a partir dessa sua relação com seu ambiente, através do que ele chama de trabalho, que o homem constrói sua história, em que pese todos os outros aspectos de sua vida, como a moral e a política, estão relacionadas às relações sociais de produção. E esse homem que cria sua história e cria também formas de pensamento:

A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam. Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu

---

<sup>26</sup> A expressão práxis refere-se, em geral, a ação, a atividade, e, no sentido que lhe atribui Marx, à atividade livre, universal, criativa e autocriativa, por meio da qual o homem cria (faz, produz), e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico e a si mesmo; atividade específica ao homem, que o torna basicamente diferente de todos os outros seres. Nesse sentido, o homem pode ser considerado um ser da práxis, entendida a expressão como o conceito central do marxismo, e este como a “filosofia” (ou melhor, o “pensamento”) da “práxis” (BOTTOMORE, 2015, p. 430).



pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (MARX e ENGELS, 2007, p.94).

Há uma relação direta entre o homem e a sociedade em que vive, na qual esta relação é de reciprocidade, segundo a qual a sociedade age sobre o homem e o transforma, entretanto é esse homem que produz as modificações. Portanto, se há uma natureza humana ela é dinâmica, e é forjada dentro das relações sociais que o próprio homem constrói e é a partir dessas relações sociais entre os indivíduos que eles se reconhecem como tal. Para Marx a essência humana corresponde a um conjunto das relações sociais, e o homem teria um certo potencial de emancipação e de criatividade, porém essa potencialidade sofre limitações devido a existência da divisão do trabalho, da propriedade privada e da opressão do Estado, entre outros, e devido a tais limitações as características humanas negativas são transitórias, desaparecendo quando desaparecem seus limitadores, permitindo então a emancipação universal (BOTTMORE, 2015, p. 411). É a práxis que constrói a história humana.

A natureza humana também pode ser analisada a partir do pensamento de Rousseau, para quem, ao contrário de Hobbes, o homem é um ser “bom” por natureza, e naturalmente sociável. Para Rousseau, o homem que vive em estado de natureza convive com os demais indivíduos de forma pacífica, pois esse homem primitivo vive de acordo com suas necessidades inatas e é dotado de livre arbítrio e sentido de perfeição, vivendo em comunidades locais baseadas no grupo familiar. Trata-se, pois de uma natureza humana benigna e disposta à boa convivência. Nessa perspectiva, ao explicar sua teoria do contrato social, que seria fundamento do Estado moderno, o homem nasce bom, apto a viver em paz em seu estado de natureza, porém, a partir do momento que passa a viver em sociedade é corrompido, ou seja, é a civilização que corrompe o indivíduo, pois no estado de natureza havia liberdade e igualdade para todos e a civilização permite que se criem instrumentos e instituições, como a propriedade privada, a igreja e o conhecimento, que propiciam o surgimento da desigualdade entre os homens, daí a origem dos conflitos entre os indivíduos e sua associação a uma natureza humana má.

Para entender o ideal humano presente no pensamento político de Emma Goldman, devemos entender o tipo ideal de indivíduo que é prescrito pelo anarquismo. No anarquismo, se pensarmos as questões referentes ao ideal humano e de que forma esse ideal humano pode vir a realizar-se estão diretamente vinculadas à questão do indivíduo livre e capaz de se autogerir para a organização de uma nova sociedade baseada na liberdade, que é a condição principal para o desenvolvimento das potencialidades individuais e humanas, a qual carece de

um determinado tipo de indivíduo, um indivíduo “bom” por natureza, aproximando-se da natureza humana descrita por Rousseau, um indivíduo capaz de conviver pacificamente com seus semelhantes, livre de instituições que possam corromper essa natureza.

O anarquismo tem como um de seus princípios fundamentais a extinção do Estado, o qual corresponde a uma das formas de coerção da liberdade dos indivíduos, independentemente da forma de governo adotada. Emma Goldman relata que, embora tivesse noções acerca do anarquismo e sentisse uma ligação com a causa (oposição a qualquer forma de autoridade, fim do capitalismo e de qualquer forma de Estado), o incidente em Haymarket Square seria decisivo para seu ingresso no movimento, tornando-se não apenas uma simpatizante, mas uma anarquista no verdadeiro sentido da palavra<sup>27</sup> (GOLDMAN, 2015, p. 11), transformando sua forma de viver. Para ela o anarquismo representa a possibilidade da existência de uma nova ordem social, uma sociedade sem autoridade, sem hierarquia, baseada na liberdade, sem qualquer forma de governo, onde indivíduos livres e conscientes podem se autogerir: “o anarquismo é o grande libertador do homem frente aos fantasmas que deteve-lhes preso: a religião, a propriedade e o Governo” (GOLDMAN, 2011, p.3), significando

[...] uma ordem social baseada no agrupamento livre dos indivíduos, com o propósito de produzir a verdadeira riqueza social, uma ordem que garantirá a todo ser humano acesso livre a terra e ao gozo completo das necessidades da vida, de acordo com os desejos individuais, gostos e inclinações (GOLDMAN, 2011, p. 8).

Para Goldman o anarquismo representa uma filosofia de vida, e sobre isso afirma expressamente

Considero al anarquismo como la más bella y práctica filosofía que ha sido pensada para la expresión individual y la relación establecida entre el individuo y la sociedad. Es más, estoy segura que el anarquismo es demasiado vital y cercano a la naturaleza humana como para desaparecer (GOLDMAN, 2010, p. 176)

---

<sup>27</sup> Esta situación, que era el pan de cada día, fue lo que me dio fuerzas para romper con las farsas, siendo reforzada vívida y claramente por un hecho que tuvo lugar a poco de mi llegada a Norteamérica. Fue el denominado Disturbios de Haymarket, el cual tuvo como consecuencia un juicio y la condena de ocho hombres, entre los cuales había cinco anarquistas. Sus crímenes eran un amor sin límites hacia sus prójimos y su determinación para emancipar a las masas de oprimidos y desheredados. De ninguna forma el Estado de Illinois consiguió probar sus vínculos con la bomba que fue arrojada en un mitin al aire libre en la Haymarket Square de Chicago. Fue su anarquismo lo que conllevó su condena y ejecución el 11 de noviembre de 1887. Este crimen judicial dejó una marca indeleble en mi mente y corazón, y me condujo a informarme por mí misma sobre el ideal por el cual estos hombres habían muerto tan heroicamente. Me dediqué a su causa (GOLDMAN, 2010, p. 172-173).

E como filosofia de vida seria a única possibilidade para uma vida em liberdade, uma vida em uma sociedade mais justa e igualitária, uma filosofia que devolve ao homem a consciência de si mesmo, na qual Deus, Estado e a sociedade não existem; são instituições baseadas em promessas vazias e inválidas, pois todas são abstrações que dominam os indivíduos, e somente existem e se perpetuam através da subordinação do homem (GOLDMAN, 2011, p.3). O anarquismo significa uma filosofia para a qual importa a soberania do indivíduo, ficando claro que para que uma nova sociedade possa se erigir há necessidade de minar o velho e todos os valores já superados, constituindo-se como “um ideal libertador” (GOLDMAN, 2015, p. 288), sendo que todos deveriam compreender o significado do anarquismo, pois não pode haver uma nova sociedade enquanto os indivíduos não sejam totalmente livres (GOLDMAN, 2011, p. 5). Para Goldman o anarquismo vai além da teoria e representa “uma influência viva para nos libertar das inibições, internas e externas, e das barreiras destrutivas que separam o homem do homem” (GOLDMAN, 2015, p. 404).

Dos textos e da autobiografia de Goldman é possível extrair que, em sua opinião, o ser humano é originalmente bom, empático, altruísta<sup>28</sup> e solidário, capaz de respeitar as diferenças de seus semelhantes, e seja guiado por uma moral que lhe permita viver em sociedade, uma sociedade baseada na liberdade e na igualdade, uma sociedade baseada em relações forjadas entre iguais.

Partindo da lógica anarquista de que somente pode haver uma nova sociedade se os indivíduos forem totalmente livres, para que essa nova sociedade possa se consolidar há necessidade de uma mudança total, que represente o fim absoluto da ordem vigente. Portanto se para Goldman, como já dito, o anarquismo representa a existência de uma nova ordem social, uma sociedade sem autoridade, sem hierarquia, baseada na liberdade, sem qualquer forma de governo, onde indivíduos livres e conscientes podem se autogerir, esse indivíduo deve pautar-se no amor e respeito ao próximo, na solidariedade e no espírito de cooperação, um indivíduo bom por natureza, capaz de colocar os interesses da coletividade sobre seus interesses pessoais. Portanto, para que o ideal humano de Emma Goldman se efetive e que corresponda a “seus próprios interesses sociais, valores e aspirações no parâmetro fundamental para as suas prescrições políticas e sociais concretas” (NERES, DOMBROWSKI E SILVA, 2016, p. 131), esse indivíduo deve ter uma natureza humana associada à sociabilidade e disposto ao convívio em comunidade. Deste modo, na concepção de Goldman

---

<sup>28</sup> “Lo que la humanidad mira en el hombre verdaderamente moral es su energía, es la exuberancia de la vida que le empuja a dar su inteligencia, sus sentimientos, sus actos, sin demandar nada en cambio” (KROPOTKIN, 2008, p. 47).

para a realização desse ideal humano não há que falar-se em um tipo de ser humano que deva dominar a sociedade, pois para o anarquismo não há que se falar em dominação, mas sim em liberdade para todos os indivíduos.

Goldman tem uma visão positiva sobre a natureza humana, pois mesmo que o indivíduo esteja inserido em uma sociedade corrompida, e para ela são determinadas instituições que corrompem os indivíduos (propriedade, religião e o Estado) ela crê que é possível que essa natureza humana se modifique e permita que uma nova sociedade surja, livre das instituições que corrompem os indivíduos, permitindo uma convivência harmônica, pacífica. Para ela é a maneira que a sociedade moderna, capitalista e democrática está instituída que não permite que o surgimento da sociedade anarquista. Para ela o grande problema da sociedade não está nos indivíduos propriamente ditos, mas sim na forma em que a sociedade está pautada – uma sociedade de classes, controlada pelo Estado, dominada pela religião e pela propriedade – e para atingir a sociedade buscada pelos anarquistas seria necessário tão somente eliminar a opressão, a desigualdade e as forças armadas todas as formas de violência que fazem parte dela (GOLDMAN, 2010, p. 177).

Muchos niegan la posibilidad de tal regeneración sobre la base de que la naturaleza humana no puede cambiarse. Aquellos que insisten en que la naturaleza humana ha permanecido inmutable no han aprendido nada. Ciertamente, ellos no tienen ni la más remota idea de los fabulosos progresos que se han producido en la sociología y la psicología, demostrando más allá de cualquier sombra de duda que la naturaleza humana es plástica y puede ser modificada. La naturaleza humana no es, de ninguna manera, una cantidad fija. Al contrario, es fluida y reacciona frente a las nuevas condiciones (GOLDMAN, 2010, p. 177).

E essa fé na plasticidade da natureza humana significa que para ela todos os indivíduos, sem qualquer distinção, podem atingir esse ideal humano, pois se o indivíduo é bom por natureza<sup>29</sup> não existe uma grande distância entre o homem que vive na sociedade atual e o que viveria na sociedade buscada pelos anarquistas. Entretanto, para que esse ideal humano fosse atingido não seria necessária a mudança dos indivíduos, mas uma mudança nas condições em que vivem (o fim da opressão, da desigualdade e da violência), pois estas

---

<sup>29</sup> Para Kropotkin “La idea del bien y del mal existe en la humanidad. El hombre, cualquiera que sea el grado de desarrollo intelectual que haya alcanzado, por oscurecidas que estén sus ideas en los prejuicios y el interés personal, considera generalmente como bueno lo que es útil a la sociedad en que vive, y como malo lo que es nocivo” (KROPOTKIN, 2008, p. 30)

seriam as causas que impedem que se atinja o ideal humano desejado<sup>30</sup>. Nesse sentido há grande aproximação entre o que Goldman entende por ideal humano e o que Kropotkin entende como uma ética humana, pois os indivíduos são por natureza afetos à solidariedade e à sociabilidade, baseado numa moral social, cujos elementos principais são a ajuda mútua, a justiça e o espírito de sacrifício<sup>31</sup> (KROPOTKIN, 1945, p.12) Essa solidariedade, que é natural tanto às sociedades de animais, e também seria natural à sociedade humana, tão natural que seria mais fácil um homem habituar-se a andar em quatro patas a abandonar esse sentimento moral, tão natural quanto seus cinco sentidos (KROPOTKIN, 2008, p. 35).

Bakunin não trata especificamente de uma ética humana em seus escritos, mas é possível perceber que as questões da moral e da natureza humana também estão inseridas em seu pensamento. No texto “*O princípio do Estado*” (1871) ele estabelece uma relação direta entre a moral e a natureza humana com o Estado e a religião. Ao referir-se ao Estado afirma que a natureza deste é ser absoluto, servindo a sua grandeza e a seu poder, colocando seus interesses acima de quaisquer outros, inclusive sobre o interesse de seus súditos. Seria pois essa a moral do Estado, a qual corresponderia a uma moral política que é naturalmente contrária à moral humana, sendo o Estado portanto “a negação da humanidade” (BAKUNIN, 2007, p. 51-52).

Para entender a natureza e a moral humana Bakunin explora a ideia de que o homem é, por sua natureza o mais social e individualista, sendo a sociabilidade intrínseca a todos os seres vivos, porém apresentando-se em escalas diferentes em cada espécie, de modo que abelhas e formigas representariam o maior grau de sociabilidade, porém em detrimento da individualidade dos indivíduos, que são absorvidos pela coletividade. Desta forma, em virtude de uma lei que seria natural, quanto mais elevada a espécie de animais, quanto mais completa sua organização, maior é a individualidade de cada indivíduo. Portanto, “o homem, animal

---

<sup>30</sup> Me gustaría puntualizar que no serán necesarios grandes cambios como de manera generalizada se supone, para que un nuevo orden social, como el concebido por los anarquistas, triunfe. Presiento que las actuales condiciones serán suficientes si se elimina la artificial opresión, la desigualdad, y las fuerzas armadas y la violencia que la apoyan (GOLDMAN, 2010, p. 177).

<sup>31</sup> Para Piotr Kropotkin a moral anarquista está diretamente relacionada à existência da uma ética que deveria ser única e igual para todos os homens, e que deve ser baseada na solidariedade e na sociabilidade dos indivíduos, isto é, uma moral social. (KROPOTKIN, 1945, p.12). Sobre a solidariedade entre os homens Kropotkin afirma que “Así vemos que observando las sociedades animales -no como burgueses interesados, sino como simples observadores inteligentes- se llega a hacer constar que este principio trata a los otros como si quisiera ser tratado por ellos en análogas circunstancias, se encuentra donde quiera que la asociación existe [...] Es evidente que la práctica de la solidaridad se encuentra todavía más desarrollada en las sociedades humanas. Sin embargo, agrupaciones de monos, las más elevadas en la escala animal, nos ofrecen una práctica de la solidaridad de las más atractivas. El hombre avanza todavía un paso en este camino; eso sólo le permite conservar su mezquina especie, en medio de los obstáculos que le opone la naturaleza, y desenvolver su inteligencia” (KROPOTKIN, 2008, p. 34).

feroz por excelência, é o mais individualista de todos. Mas, ao mesmo tempo, e este é um de seus traços distintivos, é eminente, instintiva e fatalmente socialista”, pois para Bakunin o homem só atinge a consciência de si mesmo em sociedade (BAKUNIN, 2007, p. 53-54), ou seja,

O homem, enquanto indivíduo animal, como os animais das outras espécies, desde o início e desde que começa a respirar, tem o sentimento imediato de sua existência individual; mas só adquire a consciência reflexiva de si, consciência que constitui propriamente sua personalidade, por meio da inteligência e, por conseguinte, somente na sociedade (BAKUNIN, 2007, p. 54).

É na relação que se estabelece entre os homens e seus semelhantes que se dá seu reconhecimento como indivíduo, e é de onde resulta a personalidade e a individualidade de cada um, pois a consciência de si seria um reflexo dessas relações e de seu reconhecimento nesse meio.

Bakunin reconhece a existência do que considera uma moral absoluta, que para ele é fruto da natureza humana, pois tudo o que seria verdadeiro seria originário dessa natureza, de modo que essa lei moral que ele considera absoluta é expressão mais pura, mais completa, mais adequada da natureza humana, que paradoxalmente seria socialista e individualista ao mesmo tempo (BAKUNIN, 2007, p. 55). E segundo Bakunin, o grande problema da moral humana residiria justamente no fato de que esse paradoxo não foi reconhecido, e que nos sistemas morais que existiram, como o grego e o cristão, por exemplo, uma característica sempre foi excludente da outra, pois na moral cívica dos gregos e romanos houve a prevalência da moral socialista sobre a individualidade, onde sacrificava-se a individualidade em prol da coletividade. E ao contrário, em religiões monoteístas, houve a prevalência do individualismo, que encontrou sua maior expressão no cristianismo, sobre a coletividade (BAKUNIN, 2007, p. 56).

Para Bakunin, tanto Estado quanto religião exigem o sacrifício do individualismo, e, por conseguinte, da natureza humana, em prol de seus interesses, justificada pelo Estado devido a seu absolutismo, e pela religião através da salvação, que é atingida individualmente, renegando-se a coletividade humana, ou como afirma, “o princípio da humanidade” (BAKUNIN, 2007, p. 58). Em ambos os casos, do Estado e da religião, a humanidade é desprezada em prol de uma divindade, sendo que uma exclui a outra, uma vez que “a ideia da humanidade repousa na solidariedade fatal, natural, de todos os homens” (BAKUNIN, 2007,

p. 59), ou seja, a humanidade só pode existir frente ao princípio da solidariedade humana (BAKUNIN, 2007, p. 60).

Goldman corrobora os entendimentos de Bakunin e de Kropotkin acerca da sociabilidade humana e da natureza cooperativa dos homens, visto que a moral e a natureza humana somente podem existir em sua plenitude a partir dos próprios indivíduos, de suas relações com seus semelhantes, do estabelecimento de uma coletividade, porém sem que essa coletividade se consolide em detrimento da individualidade de cada um. Em “*O indivíduo, a sociedade e o Estado*” (2007) Goldman afirma que

Kropotkin mostrou os resultados fantásticos que se podem esperar quando essa força que é a individualidade humana trabalha em cooperação com outras. O grande erudito e pensador anarquista disfarçou deste modo, biológica e sociologicamente, a influência da teoria darwiniana no que se refere à luta pela sobrevivência. Em sua extraordinária obra "O Apoio Mútuo", Kropotkin mostra que no reino animal, tanto quanto na sociedade humana, a cooperação – por oposição às lutas intestinas - opera no sentido da sobrevivência e da evolução das espécies. Ele demonstra que, ao contrário do Estado devastador e onipotente, só o apoio mútuo e a cooperação voluntária constituem os princípios básicos de uma vida livre fundada sobre o indivíduo e a associação (GOLDMAN, 2007, p. 38-39).

O ideal humano para Goldman, portanto, pauta-se na sociabilidade dos indivíduos, no altruísmo e na cooperação entre os indivíduos, porém sem que haja o sacrifício da individualidade de cada um. Não há que confundir-se individualidade com individualismo, pois aquela diz respeito a características e qualidades inerentes a cada indivíduo, ao passo que o segundo pressupõe o sacrifício do interesse coletivo em prol dos interesses individuais. Pautar-se na sociabilidade e na solidariedade, porém respeitando-se a individualidade, pressupõe a necessidade da extinção do Estado e da religião, que colocam seus interesses, geralmente correspondentes aos interesses da classe dominante, sobre os da coletividade, valendo-se da opressão e da violência para manter sua hegemonia.

Passando a tratar especificamente das questões expostas na tabela 4, que tratam das prescrições para a realização do ideal humano é possível perceber que se os indivíduos, no pensamento de Goldman, são bons, solidários e capazes de viver em uma sociedade e de autogerir suas vidas e interesses, não há que se falar em governantes e como devem governar ou em governados e como devem obedecer: os indivíduos devem se autogerir, pois seria a única forma de viver em liberdade. Para ela todos os indivíduos tem a capacidade de viver em comunidade e em harmonia, pois as diferenças e rivalidades dos indivíduos são fruto dos limites impostos às suas liberdades, da opressão e da exploração a que estão sujeitos, seja de

um indivíduo pelo outro, ou de uma classe sobre a outra, e uma vez extintas todas as formas de opressão e coação que agem sobre os indivíduos os mesmos se tornam livres, hábeis a gerir suas vidas, o que representaria uma nova ordem social, sem Estado, religião e propriedade: uma sociedade anarquista, o que significa uma sociedade sem governantes e governados, baseada na liberdade, na igualdade e em relações forjadas entre iguais.

Entretanto, havia um abismo entre a realidade em que ela viveu nos EUA democrático, na Rússia czarista ou mesmo na Rússia durante o período da ditadura do proletariado, pois em nenhum dos casos existia o ideal humano buscado, uma vez a própria existência dos governos, independentemente da forma de Estado, impossibilitava a liberdade total, sempre limitando essa liberdade nos aspectos políticos, econômicos e ideológicos. E como ela afirma, para atingir tal ideal humano, todos os indivíduos, e não apenas a classe trabalhadora, devem estar cientes do significado do anarquismo e da mudança que ele representa.

E quão grande é a distância que existe entre a situação sociopolítica real na qual o teórico está escrevendo e sua visão de uma ordem cívica reconstituída na qual seu ideal humano típico pode florescer? É a própria distância que existe entre o cidadão universal e o indivíduo totalmente livre. Para o cidadão universal imperam características relacionadas ao individualismo e a igualdade. E tais características também são inerentes ao indivíduo plenamente livre, porém com significados totalmente diferentes. Segundo Goldman, o individualismo é uma característica própria da sociedade capitalista, e representa fielmente o que chama de “*american way of life*”, que incentiva a livre empresa e a sociedade liberal, permitindo “a exploração das massas pelas classes dominantes com a ajuda da velhacaria legal; a degradação espiritual e o doutrinação sistemático do espírito servil, processo conhecido sob o nome de “educação””. O individualismo vai contra a individualidade, é corrupto e viciado, representando a escravatura moderna, é a “verdadeira camisa de força da individualidade, reduz a vida a uma corrida degradante aos bens materiais, ao prestígio social; sua sabedoria suprema exprime-se numa frase: “cada um por si e maldito seja o último”” (GOLDMAN, 2007, p. 32). O cidadão universal não é nada além de “um peão sobre o tabuleiro de xadrez da ditadura e entre as mãos dos fanáticos do “individualismo à americana”, conseqüentemente não é livre” (GOLDMAN, 2007, p. 39).

Ao contrário, para o ideal humano de Goldman, que exige um indivíduo totalmente livre, a individualidade “[...] é a consciência do indivíduo de ser o que é, e de viver esta diferença. É um aspecto inerente a todo o ser humano e um fator de desenvolvimento” (GOLDMAN, 2007, p. 31) de modo que não deve ser confundida com o individualismo. Individualidade em sua concepção difere de individualismo, pois este seria “uma tentativa



disfarçada de conter e de vencer o indivíduo na sua singularidade” (GOLDMAN, 2007, p. 32). E esse ideal humano só pode ser atingido quando houver um indivíduo totalmente livre e com o fim absoluto da ordem vigente e o surgimento de uma nova ordem social sem autoridade, sem hierarquia, baseada na liberdade, sem qualquer forma de governo, onde indivíduos livres e conscientes podem se autogerir.

#### 1.4 Emma Goldman e a finalidade de seus escritos (Tabela 5)

O objetivo da tabela 5<sup>32</sup> é delimitar a especificidade histórica das ideias do teórico, isso significa dizer que, para o contextualismo social, como explica Neal Wood (1978), tais ideais relacionam-se com contextos sociais mais amplos, representando a validade trans-histórica da teoria política, e, de modo que as ideias do autor relacionam-se tanto com o contexto específico de seu surgimento, mas também podem estabelecer conexões com outras épocas:

O contexto social ao qual devem ser relacionadas as ideias políticas de um filósofo específico é, desde o contexto imediato da cidade (ou Estado) em que viveu, na duração de sua vida, sem esquecer que sua época (e lugar) está intimamente relacionado com o que existiu antes de nascer e com o que existirá depois, pois, cada época encapsula tudo o que ocorre previamente e é condição para tudo o que acontece depois, além do fato de que as ideias de um teórico podem estar relacionadas com o contexto social mais amplo da cultura da qual participa, que transcende sua sociedade e contribui para a sua formação e das diferentes gerações, e que exerce influência no seu próprio pensamento e ação, de modo que suas ideias estão relacionadas de diferentes modos ao contexto social sempre em expansão e com contextos no interior do contexto (SILVA, 2016, p. 96).

Portanto, a fim de determinar quais elementos do pensamento de um clássico tem valor universal, não como verdade absoluta, mas na forma que se relaciona a contextos mais amplos e também de que forma está relacionado com sua própria época, faz-se necessário compreender “o contexto social imediato no qual ele e outros teóricos políticos clássicos viveram, pensaram e agiram”, com objetivo de aferir o valor trans-histórico de suas ideias, o

<sup>32</sup> **Tabela 5. Delimitar a especificidade histórica das ideias do teórico**

- |  |
|--|
| <ol style="list-style-type: none"> <li>1. O que eles estavam tentando dizer aos seus contemporâneos?</li> <li>2. Sob quais condições estavam dizendo isso?</li> <li>3. Por que e com quais interesses estavam dizendo isso?</li> </ol> |
|--|

Fonte: Silva, 2016, p. 97.

que pode ser alcançado compreendendo-se o que o teórico tencionava com seus escritos com quais objetivos (SILVA, 2016, p. 96).

Emma Goldman tinha como objetivo conscientizar a todos os indivíduos sobre as limitações que lhes eram impostas pelo Estado, pela religião, pela propriedade privada e por todas as demais formas de dominação, ou seja, difundir entre toda a sociedade os princípios do anarquismo visando a construção de uma nova sociedade livre de qualquer instituição que limitasse a liberdade dos indivíduos, pois o indivíduo seria pleno somente no momento em que pudesse viver em liberdade total. Para ela importava expor ao maior número possível de indivíduos os princípios do anarquismo, a fim de que percebessem que sua liberdade era restrita dentro da democracia que imperava. E, uma vez que percebessem tais limitações, e estivessem conscientes de que uma sociedade mais justa e igualitária somente seria possível através da extinção de toda forma de hierarquia e dominação seria iminente o fim dessa sociedade, a qual seria substituída por uma nova ordem social: uma sociedade sem autoridade, sem hierarquia, baseada na liberdade, sem qualquer forma de governo, onde os indivíduos fossem livres, conscientes e capazes de se autogerir. Era o que tentava dizer a seus contemporâneos.

Dentro de um contexto de efervescência política no final do século XIX e início do século XX nos EUA, com embates nos campos político, econômico e social, Emma Goldman opta por defender e difundir os ideais anarquistas, além de encampar outras causas, como o amor livre e a emancipação da mulher, ainda que esses ideais estivessem intrinsecamente ligados ao anarquismo. Havia no período uma forte perseguição a quem se opusesse ao regime democrático vigente, como socialistas e anarquistas, tendo estes últimos sofrido mais com a repressão do governo dos EUA, fato este que pode ser comprovado antes às prisões recorrentes de Emma Goldman e Alexander Berkman, além do outros anarquistas, conforme relata Goldman em sua autobiografia. Outro fator que evidencia a repressão e a perseguição por parte do governo aos anarquistas pode ser percebida ante o teor punitivo das sentenças proferidas contra os anarquistas, numa flagrante tentativa de minar a força do movimento anarquista que crescia rapidamente nos EUA no mencionado período. (GOLDMAN, 2015). Tanto que, devido ao alcance e à força dos discursos de Emma Goldman, ela se torna *persona non grata* nos EUA, tendo sua condição de americana naturalizada revogada, sendo posteriormente deportada para a Rússia em 1919.

Emma Goldman, assim como outros anarquistas, entendia que a forma que a sociedade estava fundamentada é prejudicial à liberdade total dos indivíduos, ainda que a sociedade em que viveu no final do século XIX e início do século XX fosse tida como uma democracia, ou

seja, um governo do povo. Entretanto, percebeu os limites que essa democracia apresentava: democracia esta que era baseada nos ideais de liberdade e igualdade. Seus interesses, como já dito, repousavam nos ideais anarquistas, e acreditava que a sociedade democrática e capitalista deveria ter um fim, extinguindo-se todas as formas de coação e limite à liberdade dos indivíduos, como a propriedade, religião e o Estado, o que permitiria o surgimento de uma nova ordem social, uma sociedade anarquista.

### 1.5 Ideologia versus Teoria Política (Tabela 6)<sup>33</sup>

Existe certa polêmica na Ciência Política sobre a relação que se estabelece entre “ideologia” e “teoria política”, questionando-se se é possível que um ideólogo possa ser considerado um teórico da política; se ele possui um pensamento político relevante para a Ciência Política. Não é novidade que existiram teóricos da política que foram ao mesmo tempo teóricos e ideólogos, defendendo enfaticamente seu posicionamento político através da produção de um pensamento político sistematizado, como é o caso de Maquiavel, John Locke e mesmo Karl Marx, ou seja, foram alçados ao posto de teóricos da política ainda que tenham defendido ideologias muito específicas.

Mas e o inverso seria possível? Pode um ideólogo produzir um pensamento político? Sabe-se que Emma Goldman foi uma ideóloga, ferrenha defensora da causa anarquista e de seus ideais. Nesse caso, Emma Goldman, uma ideóloga, pode ser considerada uma teórica da política? É possível ser uma teórica da política sem desvincular-se de seu prisma ideológico?

É justamente isso que Ellen Meiksins Wood responde quando afirma que muitos autores, não tem seu pensamento político – ou teoria política – reconhecidos pelo cânone da Ciência Política, e que isso ocorre por serem considerados meros publicistas, panfletários ou propagandistas, porém, ao contrário do que se pensa, todos os autores considerados grandes pensadores políticos do passado estiveram, desde sempre, “comprometidos com paixão nas questões do lugar e da época em que viveram”, de modo que suas teorias estão ligadas a causas políticas concretas e identificáveis que expressavam, quase sempre, seus interesses particulares, ou de um partido ou de uma classe particular. Portanto, segundo Ellen Wood,

<sup>33</sup> **Tabela 6. Ideólogo x Teórico da Política**

- |  |
|--|
| <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Está escrevendo para uma audiência selecionada com muito conhecimento intelectual;</li> <li>2. Tenta convencer seus leitores por meio de uma complexa argumentação racional;</li> <li>3. Está menos interessado em apelos puramente emocionais e instintivos;</li> <li>4. Não pretende “mover” a audiência para a ação imediata ou extrema;</li> </ol> |
|--|

Fonte: Silva, 2016, p. 99.

estes pensadores não devem ser reduzidos a propagandistas de uma causa, ou a escritores remunerados, pois todos estão na busca legítima de uma verdade (WOOD, 2011, p. 25-26). Para Wood, com respeito à *história social da teoria política*, as perguntas que interessam a qualquer pensador político, eternas e universais, partem sempre de uma história específica, e nesse caso, não dizem respeito somente a controvérsias políticas explícitas nos planos da filosofia e da política, mas também se relacionam ao campo das pressões e tensões sociais, as quais, em realidade, moldam as relações humanas (WOOD, 2011, p.27).

Deste modo, um dos motivos que pode autorizar a inserção do pensamento político de Emma Goldman no cânone da Ciência Política, é que seu pensamento político foi desenvolvido em função de uma reflexão consciente e atenta sobre a realidade social de sua época, que diz respeito aos aspectos sociais, políticos, econômicos e ideológicos, um “pensamento político”, produzido a partir da realidade de um indivíduo que viveu suas experiências como integrante da classe dominada, que devia obedecer e acatar as normas (morais e legais) produzidas e disseminadas pela classe dominante.

Dos textos de Emma Goldman percebe-se que ela escreve não somente para a massa de trabalhadores, mas também com a perspectiva de atingir a classe dominante com seus argumentos sobre os ideais anarquistas, no intuito de que percebem os limites a que sua liberdade individual está sujeita, de forma que não conseguiriam atingir uma emancipação verdadeira sem uma educação libertária (GOLDMAN, 2015, p. 299). Para ela, era imprescindível que todos os indivíduos, independentemente de religião, etnia e gênero percebessem esses limites às suas liberdades, os quais eram determinantes de suas condutas, e, a partir do momento em que tivessem consciência dos limites que lhes eram impostos pela religião, pela propriedade e pelo Estado seria possível uma nova ordem social baseada na liberdade e na igualdade, na qual não existiria qualquer forma de dominação, exploração e aprisionamento de uns pelos outros, de uma classe por outra (GOLDMAN, 2015, p. 405). Sua argumentação vai ao encontro do que outros anarquistas como Bakunin, Kropotkin e Malatesta, entre outros, também argumentavam, sobre a necessidade de destruir a ordem social vigente para então estabelecer essa nova sociedade, de forma racional e consistente, acessível a todos, instigando muitas vezes, a ação direta e talvez extrema dos indivíduos, pois a ação direta<sup>34</sup> é uma das estratégias defendidas pelos anarquistas (GOLDMAN, 2015, p. 359).

---

<sup>34</sup> A ação direta é caracterizada pela ação efetiva e imediata dos indivíduos, que buscam atingir seus objetivos através de suas próprias ações, ao invés de esperar pela ação de terceiros. Para os anarquistas a ação direta representa a ação efetiva da classe oprimida, que deve lutar para defender seus direitos, pois só eles podem agir

O pensamento político de Emma Goldman é um paradoxo: apresenta tanto elementos de argumentação racional, quanto apelos emocionais e instintivos. Tornar-se a maior oradora nos EUA no final do século XIX e início do século XX, uma sociedade com características racistas, misóginas, homofóbicas e classistas, torna seu feito ainda maior. Se não fosse a defesa apaixonada de suas causas não teria arrebatado multidões ao longo do tempo e do espaço, porém, deve ficar claro que seus textos forma de forma coerente e fundamentada, pois ainda que Emma Goldman tenha sido autodidata em sua formação, seus escritos estiveram permeados pelos mais diversos pensamentos como os de Ibsen, Dostoievski, Leon Tolstoi, Maximo Gorki e Max Stirner, além de Kropotkin, Freud e Nietzsche. Daí talvez esse paradoxo seja sua característica mais marcante, o que permitiu a Goldman tornar-se uma oradora de destaque, e ser considerada a mulher mais perigosa da América, pois seus discursos arrastavam multidões e representavam a possibilidade de mudança, sendo seu livro “*Anarquismo e outros ensaios*” (1911), junto com a obra “*Memórias da Prisão de um Anarquista*” (1912) de Alexander Berkman, considerada um trabalho insidioso, e que deveria ser colocada no *Index Expurgatorius*, a lista dos livros proibidos (GOLDMAN, 2007, p. 492).

Seus escritos são permeados pela emoção, pois, ao que parece, seu objetivo era causar comoção em sua plateia e em seus leitores, mas ainda assim apresentam uma qualificada racionalidade argumentativa e não apenas argumentos desconexos e apelativos que visassem incitar sua audiência para um movimento de revolta e violência. Fica claramente evidenciado em seus textos e sua autobiografia que para ela era necessário agir em dois momentos, um em que pudesse convencer seus ouvintes com base na racionalidade, mostrando-lhes a lógica e a importância dos ideais anarquistas, porém sem deixar de lado a necessidade de ações imediatas e extremas para atingir seus objetivos, como por exemplo, quando ocorreu o atentado em Homestead em 1892, que culmina na prisão de Alexander Berkman. Emma Goldman deixa claro que muitas vezes ações extremas e até violentas são necessárias, sendo

---

na defesa dos próprios interesses. E através da ação direta seria possível conquistar melhorias imediatas das condições de vida, e, num segundo momento, possibilitaria a derrubada da sociedade capitalista e a construção de uma nova sociedade (SPARROW, 2009, p. 6).

Segundo Voltairine de Cleyre (2009, p. 3), “toda pessoa que planejou fazer qualquer coisa, e foi e fez, ou pôs seu plano em execução antes de outros, e ganhou a cooperação e colaboração de outras pessoas, sem apelar para autoridades, pedir licença ou agradá-los, foi um praticante da ação direta. Todas as experiências de cooperação são essencialmente ação direta. Todo indivíduo que em sua vida teve uma diferença com qualquer outra pessoa, e diretamente procurou outras pessoas para envolvê-las na luta, através de um plano pacífico ou não, colocou a ação direta em prática. Greves e boicotes são exemplos de tal ação; muitas pessoas ainda lembram da ação das donas de casa de New York que boicotaram os açougueiros, o que acabou provocando a queda do preço da carne; ou do boicote à manteiga, como uma resposta direta aos fabricantes de manteiga. Estas ações geralmente não são levadas a efeito simplesmente por causa de argumentos de um ou de outro, ou em função de leis, mas é a resposta espontânea daqueles que estão oprimidos por uma situação. Em outras palavras, todas as pessoas acreditam, quase sempre, no princípio da ação direta e a praticam.

que, nesses casos, os fins justificam os meios, mas também deixa claro que, ao longo de sua trajetória, percebeu que fanatismo e violência nem sempre propiciam o fim almejado (GOLDMAN, 2015, p. 67 e 390), pois para os anarquistas, defensores da ação direta, são os meios utilizados na ação que determinarão os fins, de modo que meios autoritários e violentos certamente levam a fins autoritários e violentos. Para Goldman os caminhos – os meios – são essenciais, pois são eles, e não os fins, que garantem a liberdade.

### 1.6 Para quem a autora escreveu? (Tabela 7)

As questões propostas na tabela 7<sup>35</sup> permitem analisar que era o público alvo da autora, ou seja, para quem Emma Goldman escreveu e discursou, e também os motivos que a levaram à escolha desse público.

Emma Goldman tinha como destinatários de seus escritos e discursos especialmente a grande massa de trabalhadores, os mais desfavorecidos dentro da ordem social vigente, e que, segundo ela, deveriam ser alertados sobre sua condição de indivíduos oprimidos pelo Estado e suas instituições, como a limitação da liberdade individual absoluta, ou a normatização de comportamentos sobre as relações afetivas e sexuais, bem como sobre a exploração econômica que estavam submetidos devido as suas condições precárias de trabalho.

Mas sendo ideóloga ou teórica política seus destinatários de certa forma eram todos os indivíduos, sem exceção. Como anarquista Emma Goldman acreditava que para alcançar uma sociedade justa e igualitária seria necessário por fim a sociedade vigente, com o fim do Estado, do capitalismo e da religião, pois só assim poderia emergir uma nova sociedade baseada na liberdade dos indivíduos, onde não haja qualquer forma autoridade e de hierarquia, sem qualquer forma de governo, em que esses indivíduos livres e conscientes pudessem se autogerir. Desta forma, suas ideias devem atingir toda a coletividade, pois somente assim surgir essa nova sociedade, quando todos os indivíduos tornarem-se conscientes da necessidade da extinção do Estado, da religião e do capitalismo, desses grilhões que tolhem sua liberdade (GOLDMAN, 2011, p. 3-5).

Para ela não há que se falar em direitos e hierarquias, onde um direito sobrepuje outro, pois um dos ideais anarquistas pressupõe o fim de qualquer forma de hierarquia, e ainda,

<sup>35</sup> **Tabela 7. Quais os destinatários das ideias do autor?**

- |  |
|--|
| <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Para quais grupos específicos e indivíduos na sociedade os princípios se aplicam?</li> <li>2. Por que para estes grupos e indivíduos e não para outros?</li> <li>3. Para quais direitos ou desejos em questão – em caso de conflito – será dada prioridade e por quê?</li> <li>4. Para quais vantagens ou interesses está a particular hierarquia de desejos ou direitos?</li> </ol> |
|--|

pensando no que prega o anarquismo, uma vez que se atinja a sociedade almejada, onde todos são livres e iguais, os direitos de todos são respeitados, não havendo a necessidade de considerar-se um mais importante que o outro, pois o indivíduo na sociedade anarquista reconhece e respeita seu semelhante, vivendo na mais absoluta cooperação com este.

Realizar a contextualização social de Emma Goldman permitiu que pudéssemos identificar e mostrar qual era o cenário político, econômico, social e ideológico em que ela nasceu e cresceu, cenários diversos e ao mesmo tempo muito próximos que forjaram sua personalidade. Cenários que, embora diversos no que se refere especialmente ao aspecto ideológico, com diversas escolas de pensamento que questionavam a realidade em que viviam, fosse na Rússia ou nos EUA; porém muito próximos no que se refere à estrutura de classes, que aparece através da dominação de uma classe sobre outra; ou ainda no que se refere as questões relacionadas à intolerância: a misoginia, a xenofobia, a perseguição religiosa e o racismo. Ter vivenciado situações de opressão e preconceito devido à sua condição de mulher, operária, estrangeira, judia, e anarquista tiveram influência para que Emma Goldman se tornasse a oradora e escritora mais temida dos EUA em seu tempo, perseguida incessantemente pelo governo, expatriada devido a seu posicionamento político e ideológico.

Emma Goldman torna-se *persona non grata* nos EUA justamente por sua militância pela causa anarquista – o fim do capitalismo, a emancipação da mulher na defesa do direito das mulheres frente às imposições do casamento e da maternidade que não deve ser uma obrigação, o amor livre, o controle de natalidade, a obrigatoriedade da conscrição, além da liberdade de expressão, isto é, todas causas relacionadas diretamente com o anarquismo, intrinsecamente ligadas a questão da liberdade e da individualidade dos homens e mulheres. E isso se torna um problema para o governo devido ao alcance de suas ideias que atingem um número considerável de mulheres e homens trabalhadores, e posteriormente da classe média, na medida em que fomenta a ideia de subversão da ordem, da moral e dos costumes vigentes. E o modo de vida que prega, de total liberdade dos indivíduos, está fora do modelo de conduta social aceitável para a época e lugar.

No capítulo que segue mostraremos que Emma Goldman, assim como outros autores “clássicos” da política, realizou uma reflexão a respeito dos conceitos considerados mais relevantes para a Ciência Política: Estado, Poder, Política e Governo.

Creo que el anarquismo es la única filosofía de paz, la única teoría de las relaciones sociales que valora la vida humana por encima de todo lo demás. Sé que algunos anarquistas han cometido actos de violencia, pero fueron las terribles desigualdades económicas y las grandes injusticias políticas las que les llevaron hacia tales actos, no el anarquismo (Emma Goldman, *La palabra como arma*, p. 193).

## 2. OS CONCEITOS DE ESTADO, PODER, POLÍTICA E GOVERNO

Nosso objetivo neste capítulo é mostrar que Emma Goldman realizou uma reflexão a respeito dos conceitos considerados mais relevantes para a Ciência Política: Estado, Poder, Política e Governo, o que foi feito através da leitura e análise de diversos textos, ensaios e livros da autora. A opção por tais conceitos se deu em função de que alguns conceitos fundamentais à Ciência Política foram abordados pelos autores considerados “clássicos”, e dentre os quais podemos destacar os de Estado, Poder, Política e Governo<sup>36</sup>. Alguns autores foram considerados “clássicos” pelo fato de terem desenvolvido seu pensamento político – ou teoria política – a partir da análise desses conceitos fundamentais, de todos, ou de apenas alguns deles, por isso consideramos pertinente analisar tais conceitos dentro do pensamento político de Emma Goldman, e indagar se seria justificável sua inserção no cânone da Ciência Política.

Sendo Emma Goldman uma pensadora (e militante) anarquista, os conceitos de Estado, Poder, Política e Governo também são de extrema relevância para seu pensamento político, pois, para o anarquismo, tais conceitos representam de modo simplificado, todos os males da sociedade moderna, uma vez que, por princípio, como afirma Kropotkin, a anarquia é ao mesmo tempo negação e afirmação: negação do Estado e também da acumulação pessoal do capital; e afirmação no sentido de que “nada de Estado” e “nada de autoridade” representam a possibilidade de uma sociedade livre, sem autoridade, na qual seria possível que todos os indivíduos pudessem conquistar o bem-estar material, intelectual e moral (KROPOTKIN, 2007, p. 33). Mas é possível considerar que Emma Goldman possui um pensamento político relevante para a Ciência Política? Afinal, sua obra não está sistematizada, ela não escreveu grandes obras, ao contrário, seus livros mais conhecidos são compilações de artigos escritos durante toda sua vida de militância, selecionados por ela,

---

<sup>36</sup> Fez-se a opção pelos conceitos de Estado, Poder e Política e Governo levando-se em consideração a conceituação clara e precisa feita por Max Weber nas obras “*Política como Vocação*” (1919) e “*Economia e Sociedade*” (1922).



justamente para facilitar a divulgação e ampliar o alcance dos princípios anarquistas que defendia. Há sim, muitos artigos e palestras escritos por ela, de onde se pode, com muita propriedade, extrair seu pensamento político.

Na defesa da existência de um pensamento político relevante de Emma Goldman há que considerar-se que Bakunin<sup>37</sup> tem um pensamento político que é considerado relevante para o anarquismo, porém, da mesma forma que Emma Goldman, não tem uma obra sistematizada, sendo que muitos de seus escritos publicados não foram terminados<sup>38</sup>. Mas não era ela militante? E propagandista do movimento anarquista? Pergunta-se: o fato de ser militante por si só serve para descaracterizar o pensamento político de Emma Goldman? Basta dizer que, tanto Bakunin quanto Kropotkin foram cada qual a seu tempo, militantes e propagandistas do movimento anarquista, o que por si só não impediu o reconhecimento do pensamento político de ambos. Inclusive, Bakunin entendia que a natureza do anarquismo estava justamente na “ação”, muito mais do que no plano ideal, portanto, a ação demandava exatamente das atividades propagandistas da militância.

Segundo Ellen Meiksins Wood (2011, p.13), se “pensamento político” é toda forma de reflexão que ocorre sobre as relações que se estabelecem entre as classes sociais, “entre os dirigentes e os dirigidos, entre os que mandam e os que acatam, entre ordenar e obedecer”, dentro de determinada organização política (Estado), Emma Goldman, assim como Bakunin e Kropotkin, possui um pensamento político desenvolvido em função de uma reflexão sobre a realidade social de sua época, que diz respeito aos aspectos sociais, políticos, econômicos e ideológicos, mas com uma ressalva, a qual não desqualifica, ao contrário, torna ainda mais relevante a inclusão de seu “pensamento político” no cânone da Ciência Política, pois esse pensamento foi produzido a partir da realidade de um indivíduo que viveu suas experiências como mulher, estrangeira e integrante da classe dominada, que devia obedecer e acatar as normas (morais e legais), produzidas e disseminadas pela classe dominante.

---

<sup>37</sup> Sobre Bakunin, Woodcock (2014a) afirma: “Para começar, fracassou onde a maioria dos grandes anarquistas foi bem-sucedida – como escritor. Embora rabiscasse copiosamente, não deixou um único livro em que transmitisse suas idéias à posteridade. Certa vez chegou a confessar a Herzen que não tinha o menor senso de composição literária e nenhum poder de concentração, de modo que tudo que começava a escrever logo perdia o rumo original e era geralmente abandonado a meio. Seus melhores ensaios foram trabalhos curtos, produzidos para determinadas ocasiões, especiais, e têm todos os defeitos da literatura tópica (WOODCOK, 2014a, p. 163).

<sup>38</sup> Na apresentação da obra “*Deus e o Estado*” (1882) Carlo Cafiero e Elisée Reclus, sobre Bakunin: “O texto que publicamos hoje, *Deus e o Estado*, não é outra coisa, na realidade, senão um fragmento de carta ou de relatório. Composto da mesma maneira que a maioria dos outros escritos de Bakunin, possui o mesmo defeito literário, a falta de proporções; além disso, é bruscamente interrompido: todas as buscas por nós realizadas para encontrar o final do manuscrito foram em vão. Bakunin nunca tinha o tempo necessário para concluir todos os trabalhos empreendidos. Obras eram começadas sem que outras tivessem sido terminadas. “Minha própria vida é um fragmento”, dizia àqueles que criticavam seus escritos” (BAKUNIN, 2000, p. 2-3).

Para entender o que cada conceito a ser analisado representa para os anarquistas, deve-se antes compreender o significado de anarquismo e que essa teoria (ou filosofia) simboliza.

No senso comum “Anarquia” significa caos, desordem, porém não é sinônimo de bagunça. Em seu sentido etimológico apresenta um paradoxo: significa “sem governo”, podendo ser entendida tanto como desordem na falta deste ou como quando não existe a necessidade dele (COSTA, 1986). Segundo WOODCOCK (2014a, p. 8), “a palavra anarquia pode ser usada tanto para expressar a condição negativa de ausência de governo quanto a condição positiva de não haver governo por ele ser desnecessário à preservação da ordem”. Para a teoria anarquista, interessa a segunda condição. Uma sociedade sem governo significa uma sociedade na qual o indivíduo viva naturalmente, onde não haja representante, uma sociedade onde a liberdade seja exercida sem restrições. Anarquismo, portanto, é uma doutrina, uma filosofia que preconiza a liberdade do indivíduo e que esta deve ser irrestrita, absoluta; que rejeita toda a forma de autoridade e de poder que limite e coaja esse indivíduo, entre eles a religião, a propriedade e o governo, condenando toda e qualquer forma de Estado e que se opõe a todo tipo de hierarquia e dominação, seja ela política, econômica, social ou cultural.

O anarquismo<sup>39</sup> está assentado sobre alguns fundamentos básicos que pregam o fim do monopólio da propriedade, o fim de toda e qualquer forma de autoridade, e ainda, a construção de uma sociedade baseada na liberdade irrestrita dos indivíduos e na igualdade. Desta forma, um dos princípios fundamentais do anarquismo é justamente a extinção de toda e qualquer forma de Estado. Para a teoria anarquista o Estado, enquanto instituição que sintetiza toda a forma de autoridade e de coação que determina as condutas humanas é a origem da maior parte dos problemas sociais. Entretanto, existem formas alternativas e viáveis de organização voluntária que independem de qualquer forma de Estado, desta forma, rejeitar o Estado não significa, em absoluto, rejeitar a ideia da existência da sociedade; ao contrário, a sociedade é vista como uma entidade viva que se intensifica quando se considera a abolição do Estado.

Para Emma Goldman o anarquismo seria “[...] a filosofia de uma nova ordem social baseada na liberdade sem restrição, feita da lei do homem; a teoria de que todos os governos descansam sobre a violência e, portanto, são equivocados e perigosos à medida que também são desnecessários” (GOLDMAN, 2011, p. 2); e somente seria possível erigir essa nova

---

<sup>39</sup> Não cabe aqui uma discussão aprofundada sobre o anarquismo, uma vez que a ideia é explorar o pensamento político de Emma Goldman. Maiores aprofundamentos sobre o tema podem ser encontrados em obras como “*História das Ideias e Movimentos Anarquistas*”, Vol 1 e 2, de autoria de George Woodcock, e “*História da Anarquia – Das origens ao anarco-comunismo*”, de Max Nettlau, entre outros.

sociedade através do anarquismo, pois “favorece a liberação da mente humana da dominação da religião, a liberação do corpo humano da dominação da propriedade, a liberação das cadeias e proibições do governo” (GOLDMAN, 2011, p.8). O anarquismo é “[...] o grande libertador do homem frente aos fantasmas que deteve-lhes preso: a religião, a propriedade e o Governo” (GOLDMAN, 2011, p. 3), uma vez que sua existência (do Estado) se baseia em promessas vazias e inválidas, só pode ser efetivada através da subordinação dos indivíduos (GOLDMAN, 2011, p.3).

Bakunin e Kropotkin viam no Estado, na Igreja, e em todas as formas de autoridade os limites à liberdade total dos indivíduos, imprescindível a uma nova sociedade. Bakunin, inspirado na ideia de que a liberdade humana parte dos indivíduos e não de suas instituições, entendia que somente através de indivíduos livres que se pode construir uma sociedade verdadeiramente livre; portanto, a anarquia, ou anarquismo deve representar o fim do Estado e da Igreja, rejeitando “toda legislação, toda autoridade e toda influência privilegiada” uma vez que isso somente permitiria a exploração de uma minoria dominante em desfavor dos interesses da imensa maioria subjugada (BAKUNIN, 2000, p.40). E pensar o anarquismo a partir de Kropotkin é pensar na ideia de um grande princípio filosófico, que preconiza a liberdade em detrimento de toda e qualquer forma de coerção, que defende a liberdade total dos indivíduos, livrando-o de seus açoitantes, e não apenas suavizando-os, como pretendem outros regimes políticos (KROPOTKIN, 2007, p. 36).

Partindo da análise do que o anarquismo representa para Goldman, Bakunin e Kropotkin, analisam-se agora os conceitos de Estado, Poder, Política e Governo no pensamento de Emma Goldman.

## **2.1 O Estado por Emma Goldman**

A definição mais difundida de Estado é de que é uma entidade com poder soberano legitimado a governar um povo dentro de um território delimitado. É uma instituição que surge com a despersonalização da figura de um soberano, e a soberania não está mais diretamente vinculada à pessoa do rei, mas passa a vincular-se a uma corporação política constituída por um povo organizado. O Estado, que é uma construção social, constitui-se então em uma sociedade politicamente organizada, com território delimitado, em que a ordem é garantida por um poder soberano, único e exclusivo, que reivindica para si o domínio da aplicação da força aos problemas sociais. Nas palavras de Max Weber:

[...] o Estado moderno é uma associação de dominação institucional, que dentro de determinado território pretendeu com êxito monopolizar a coação física legítima como meio da dominação e reuniu, para este fim, nas mãos de seus dirigentes, os meios materiais de organização, depois de desapropriar todos os funcionários estamentais autônomos que antes dispunham, por direito próprio, destes meios e de colocar-se, ele próprio, em seu lugar, representado por seus dirigentes supremos (WEBER, 1999, p. 529).

Em “*Política como Vocaçã*” (1919) Weber define “Estado” como uma “comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território – a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado – reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física”. É “uma relação de dominação do homem sobre o homem, fundada no instrumento da violência legítima (isto é, da violência considerada como legítima)” (WEBER, 2016, p. 66-67).

Para Emma Goldman o Estado “é a autoridade organizada ou lei estatutária que representa a dominação da conduta humana” (GOLDMAN, 2011, p. 5). No texto “*Anarquismo: o que realmente significa*” (2011), no qual expõe o verdadeiro significado do anarquismo, destaca que o anarquismo representa a “filosofia de uma nova ordem social baseada na liberdade sem restrição”, restrição esta que é fruto da lei do homem, e também “a teoria de que todos os governos descansam sobre a violência e, portanto, são equivocados e perigosos à medida que também são desnecessários” (GOLDMAN, 2011, p. 5). Para ela, o Estado representa a limitação à liberdade dos homens, a qual não pode ser completa enquanto houver um Estado, pois este Estado, através de suas instituições, impõe limites e coage os homens em suas ações. Goldman afirma, categoricamente, que a religião, a propriedade privada e o Governo limitam a liberdade, considerando-os como os fantasmas que prendem o homem. Para ela, a religião é a dominação da mente humana, que humilha e degrada sua alma; a propriedade é a dominação das necessidades humanas, sendo é a negação do direito dos homens de satisfazerem suas necessidades; e o Governo é a dominação da conduta humana (GOLDMAN, 2011, p. 3).

Sobre o Estado Goldman afirma, assim como Kropotkin<sup>40</sup>, que houve um tempo em que o Estado não existia, e nesse tempo, “o homem viveu em condições naturais, sem Estado nem governo organizado” e que o surgimento do Estado seria fruto “do desejo dos mais fortes

---

<sup>40</sup> Kropotkin, na obra “*O Estado e seu papel histórico*”, desenvolve uma teoria acerca do surgimento do Estado moderno, na qual, antes do Estado, o homem vivia e se organizava em função de determinadas instituições que posteriormente teriam dado origem à burocracia estatal e suas instituições “modernas”, e viviam livres, de forma pacífica, amparando-se mutuamente. É o surgimento do Estado que converte homens livres em servos, “obrigados a trabalhar para os donos, laicos ou religiosos, dos castelos” (KROPOTKIN, 2000, p. 30).

de tomarem vantagens sobre os mais fracos”; de uma minoria sobre a maioria (GOLDMAN, 2007, p. 33). Segundo ela,

A palavra Estado designa o aparelho legislativo e administrativo que trata de certos negócios humanos – e, na maioria das vezes, trata mal. [...] O Estado não tem consciência, não é encarregado de uma missão moral, não mais do que uma companhia comercial seria encarregada de explorar uma mina de carvão ou uma ferrovia (GOLDMAN, 2007, p. 33-34).

Da maneira que Goldman vê o Estado ele se constitui numa instituição que aprisiona, limita e controla as ações dos indivíduos, determinando seu comportamento. E o objetivo maior do Estado é a subordinação absoluta dos indivíduos que vivem sob sua tutela (GOLDMAN, 2011, p.5). O Estado, assim como a religião, seria uma abstração, que não tem realidade orgânica, mas ainda assim exerce controle sobre os indivíduos (GOLDMAN, 2007, p. 33). E se a função do Estado é exercer a dominação, seus interesses e os dos indivíduos que tutela são fundamentalmente antagônicos, de modo que “o Estado e as instituições políticas e econômicas que ele instaurou não podem sobreviver senão modelando o indivíduo, a fim de que ele sirva a seus interesses [...]”(GOLDMAN, 2007, p. 40). E para ela o que realmente importa são os indivíduos e não o Estado, pois os primeiros são reais, o segundo uma abstração:

O Estado não tem mais realidade do que os deuses ou os diabos. São apenas reflexos, criações do espírito humano, pois o homem, o indivíduo é a única realidade. O Estado é só a sombra do homem, a sombra de seu obscurantismo, de sua ignorância e de seu medo.

A vida começa e acaba com o homem, o indivíduo. Sem ele, não há raça, humanidade, Estado. Nem mesmo sociedade. É o indivíduo que vive, respira e sofre. Desenvolve-se e progride lutando continuamente contra o feiticismo que ele nutre com respeito as suas próprias invenções e, em particular, ao Estado (GOLDMAN, 2007, p. 33-34).

Em sua autobiografia “*Vivendo minha vida*”, publicada em 1931, Emma Goldman sintetiza com muita propriedade o que é o Estado: “o Estado é o pilar do capitalismo” (GOLDMAN, 2015, p. 91), ou seja, o Estado permite a expropriação dos trabalhadores e a propriedade privada, resultando numa sociedade de classes, com a dominação de uma classe sobre a outra, impedindo a emancipação dos indivíduos. No texto “*What I believe*”, de 1908, publicado originalmente no jornal New York World, Goldman afirma:

I believe government, organized authority, or the State is necessary *only* to maintain or protect property and monopoly. It has proven efficient in that function only. As a promoter of individual liberty, human well-being and social harmony, which alone constitute real order, government stands condemned by all the great men of the world (GOLDMAN, 1908)<sup>41</sup>.

Para Goldman o fim do Estado e do Governo representa a real possibilidade do desenvolvimento humano sem restrições, pois só assim poderão atingir o verdadeiro progresso e harmonia social (GOLDMAN, 1908).

Sobre o que Goldman entende por Estado, em comparação aos pensamentos de Bakunin<sup>42</sup> e Kropotkin<sup>43</sup>, a partir da análise de seus textos, percebe-se que há uma aproximação conceitual em seus pensamentos sendo o Estado uma abstração criada para subjugar e permitir a dominação dos indivíduos, a qual se justificaria ante a necessidade de que os indivíduos devem ser controlados e dominados pelo bem da sociedade, pois não seriam

<sup>41</sup> Acredito que o governo, a autoridade organizada ou o Estado são necessários apenas para manter ou proteger a propriedade e os monopólios. Ele provou ser eficiente apenas nessa função. Por não garantir a liberdade individual, o bem-estar humano e a harmonia social, que constituem a verdadeira ordem, o governo é condenado por todos os grandes homens do mundo (GOLDMAN, 1908) (Tradução livre).

<sup>42</sup> Bakunin em diversos textos escreve sobre o Estado, o que ele representa, e conseqüentemente os motivos pelos quais deve ser extinto, afirmando que o este é um dos grandes responsáveis pelas mazelas humanas, a serviço da classe dominante, cuja função seria justamente garantir a dominação de classe, havendo uma estreita ligação entre Estado e dominação. Segundo ele “O que é o Estado senão a organização do poder? (BAKUNIN, 2007, p. 51)”. “Quem diz Estado, diz necessariamente dominação e, em consequência, escravidão; um Estado sem escravidão, declarada ou disfarçada, é inconcebível; eis porque somos inimigos do Estado” (BAKUNIN, 2003, p. 211). Ele associa Igreja e Estado e, tanto um como outro, seriam instituições que controlam e dirigem a vida dos homens, determinado seu comportamento e suas ideias, limitando sua liberdade e, portanto sua existência (BAKUNIN, 1980, p. 37). Falar em Estado é inevitavelmente falar em força, autoridade e coerção, de modo que daí só poderia resultar a desigualdade de fato, quando o governo é orientado para os interesses da classe dominante exploradora (BAKUNIN, 1980, p. 43). Força, autoridade e coerção nada são do que elementos que compõem a dominação, e que fazem com que o Estado funcione como um agente efetivo no estabelecimento da dominação em todos os níveis, através do uso da força para garantir a dominação de classe. “O Estado é precisamente sinônimo de coerção, domínio pela força, camuflada, se possível, e, se necessário, brutal e nua” (BAKUNIN, 2003, p. 47). Coerção, domínio e violência fazem parte da natureza do Estado, e são determinantes e imprescindíveis à manutenção da estrutura de classes, de modo que, independente da forma que o Estado assuma, ainda assim sua natureza é a dominação, em maior ou menor grau, mas nunca ausente. “Quem diz Estado, diz necessariamente dominação e, em consequência, escravidão; um Estado sem escravidão, declarada ou disfarçada, é inconcebível; eis por que somos inimigos do Estado” (BAKUNIN, 2003, p. 212). Em “*Deus e o Estado*” define Estado afirmando que “[...] é a força, e tem, antes de mais nada, o direito da força, o argumento triunfante do fuzil” (Bakunin, 2000, p. 88-89).

<sup>43</sup> Para Kropotkin o Estado é a instituição que centraliza as funções econômicas e políticas que, enquanto o homem viveu em liberdade, eram exercidas por todos em suas comunas ou federações. Acabar com as comunas, federações e guildas foi a forma encontrada por uma minoria para impor-se econômica e politicamente a uma maioria que passa a ser, a partir de então, explorada e dominada; os homens foram convencidos de que o Estado ao promover a superação do antigo regime promoveu o surgimento de uniões nacionais que antes eram impossíveis devido às “rivalidades que havia entre as cidades selvagens”, cuja função seria garantir sua segurança e a busca pelo progresso, pois antes do Estado os homens viviam na barbárie (KROPOTKIN, 2000, p. 60). O surgimento do Estado representa uma nova forma de escravidão (KROPOTKIN, 2000, p. 63) e sua essência é a dominação e a exploração, pois “essa formidável organização” surge com o objetivo de “assegurar e desenvolver a exploração das massas em favor de alguns grupos de privilegiados” (KROPOTKIN, 2000, p. 88). O Estado é a antítese da sociedade livre; o Estado “[...] é a guerra. E as guerras, assolando a Europa, acabaram por arruinar as cidades que o Estado não pôde arruinar diretamente” (KROPOTKIN, 2000, p. 63).

capazes de se autogerir. Seus conceitos de Estado estão claramente vinculados às teorias anarquistas, não sendo surpresa tal aproximação conceitual, pois entendem que o Estado estaria destinado a limitar a liberdade dos indivíduos, gerar a desigualdade e a manter a dominação uma minoria sobre a maioria, além de proteger a propriedade privada.

## 2.2 O Poder por Emma Goldman

O conceito de Poder para Max Weber (1999a, p.33) “significa toda probabilidade de impor a própria vontade numa uma relação social, mesmo contra resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade” e está intrinsecamente ligado ao conceito de dominação<sup>44</sup> e essa dominação corresponde a um “caso especial de poder” (WEBER, 1999b, p. 187) sendo, pois a “probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis” (WEBER, 1999a, p. 33).

Emma Goldman não faz uma definição explícita sobre o Poder, mas para ela este está relacionado à propriedade na sociedade capitalista, e ao fato de que ao detentor da propriedade privada é permitido submeter, oprimir e explorar os despossuídos:

A única demanda que a propriedade reconhece é seu próprio apetite guloso para maior riqueza, porque riqueza significa poder, o poder de submeter, oprimir, explorar, o poder de escravizar, de ultrajar e degradar (GOLDMAN, 2011, p.4).

Percebe-se nessa afirmação que não há efetivamente um conceito de poder, mas que essa possibilidade de submeter, oprimir e explorar outrem representa uma relação que se estabelece entre determinados indivíduos, um que explora e outro que é explorado, o opressor e o oprimido, o degradante e o degradado. Para Goldman o Poder seja sob qualquer forma que se apresente, num governo absolutista ou numa democracia, sempre é pernicioso, ressaltando que tanto pior ele é quando sob a forma da tirania da maioria:

O poder corrompe e degrada tanto o senhor como o escravo, quer este poder esteja nas mãos do ditador, do parlamento ou do soviète. Porém, o poder duma classe é mais pernicioso ainda do que o de um ditador, e nada é mais terrível do que a tirania da maioria (GOLDMAN, 2007, p. 20).

---

<sup>44</sup> Weber afirma que “o conceito de poder é sociologicamente amorfo. Todas as qualidades concebíveis de uma pessoa e toda combinação concebível de circunstâncias podem pôr alguém numa situação na qual possa exigir obediência à sua vontade. O conceito sociológico de dominação conseqüentemente dever ser mais preciso e pode significar apenas a probabilidade de que o *comando* será obedecido” (WEBER, 2010, p. 97).

O Poder se constitui como um mal destruidor, pois permite subjugação de um indivíduo por outro; é o limite à liberdade e a igualdade entre os indivíduos, prejudicando o surgimento de uma sociedade mais justa e a integridade desses indivíduos. Goldman é enfática ao afirmar que “o absolutismo político foi abolido porque o homem se apercebeu, no decorrer dos séculos, que o poder absoluto é um mal destruidor. Mas o mesmo acontece com todos os poderes, quer seja o dos privilégios, do dinheiro, do padre, do político ou da chamada democracia” (GOLDMAN, 2007, p. 19).

Emma Goldman ao tratar do fracasso da Revolução Russa afirma que um dos grandes problemas que foi enfrentado foi justamente a questão do Poder, pois se o poder permite a subjugação e a opressão este não poderia persistir na Rússia revolucionária, deveria ter sido extinto no momento da Revolução com a tomada do Poder e a consequente extinção do Estado. Mas ao contrário do que se esperava o Poder persistiu, um poder destruidor, que levaria a Rússia a um patamar jamais imaginado de miséria e violência, comparável à tirania czarista, com o estabelecimento da ditadura do proletariado, através do Partido Comunista:

O poder político do partido, organizado e centralizado no Estado, procurou manter-se utilizando todos os meios de que dispunha. As autoridades centrais tentaram fazer com que o povo agisse de acordo com modelos que correspondiam aos propósitos do Partido, cujo único objetivo era fortalecer o Estado e monopolizar todas as atividades econômicas, políticas e sociais e até mesmo as manifestações culturais. A revolução tinha objetivos totalmente diferentes pelas suas próprias características, era a negação do princípio da Autoridade e da centralização. Ela lutava para alargar ainda mais os meios de expressão do proletariado e multiplicar as fases do esforço individual e coletivo. Os objetivos e as tendências da Revolução eram diametralmente opostos àqueles do Partido Governante (GOLDMAN apud WOODCOCK, 1981, p. 143).

Desta forma, se a Revolução Russa para Goldman representava o fim do Poder instituído, com objetivo de promover a liberdade dos indivíduos, libertando-os de “todas as forças de opressão e todos os limites”, o Governo que ali se estabelece baseava-se “na coação, que com o decorrer do tempo transformou-se, necessariamente, em violência sistemática, tirania e terrorismo”. O triunfo do Estado, com a manutenção do Poder nas mãos de uma classe (aqui do Partido Comunista) significou a derrota da Revolução (GOLDMAN apud WOODCOCK, 1981, p. 143).



Poder, na concepção de Emma Goldman, embora não tenha feito menção expressa ao conceito, tem uma aproximação conceitual com os pensamentos de Bakunin<sup>45</sup> e Kropotkin<sup>46</sup>, entendendo que o Poder em uma sociedade está direta ou indiretamente associado ao Estado e à dominação de uma classe sobre a outra, com objetivo de garantir a manutenção dessa ordem social vigente na qual se permite a dominação de uma classe por outra.

### 2.3 A Política por Emma Goldman

Política é entendida por Weber como “a direção do agrupamento político hoje denominado Estado ou a influência que se exerce em tal sentido” (WEBER, 2016, p. 66), ou “o conjunto de esforços feitos com vista a participar do poder ou influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior de um único Estado” (WEBER, 2016, p. 67). Partindo desse conceito podemos entender que política corresponde a toda e qualquer

---

<sup>45</sup> Em “*O princípio do Estado*” (1871) Bakunin estabelece uma relação entre Poder e dominação afirmando que “está na natureza de todo poder a impossibilidade de suportar um superior ou um igual, pois o poder não tem outro objeto além da dominação, e a dominação só é real quando está submetido a ela tudo o que a obstaculiza. Nenhum poder tolera outro a não ser quando está obrigado a fazê-lo, isto é, quando se sente impotente para destruí-lo ou derrubá-lo. O simples fato de um poder igual é uma negação de seu princípio e uma ameaça perpétua contra sua existência, porque é uma manifestação e uma prova de sua impotência. Por conseguinte, entre todos os Estados que existem um ao lado do outro, a guerra é permanente e a paz tão só uma trégua (BAKUNIN, 2007, p. 51). Na obra “*Estatismo e Anarquia*” (1873) esta relação fica explícita quando afirma que o Estado tem como função primordial a garantia da dominação de uma determinada classe sobre outra em suas relações internas e, ao mesmo tempo, deve ser forte para garantir sua primazia nas relações externas. Desta forma, para garantir seu poder deve constituir-se como um Estado forte, e esta força deve mantida constantemente, seja para a manutenção da ordem interna, seja para não ser conquistado e dominado por outro Estado. Segundo Bakunin os Estados fortes têm por objeto a conquista, porém tal pretensão em Estados médios e nos pequenos é risível, e estes devem pensar em defender-se visto que “seria ridículo de sua parte sonhar com a conquista” (BAKUNIN, 2007, p. 50-51). Portanto, o Estado tem como função garantir a dominação sistemática e legal de uma classe sobre a outra, visando sempre a proteção de seus privilégios particulares, em detrimento do interesse das classes exploradas. O Estado moderno então se caracteriza pela conquista e pela dominação, permitindo a exploração de uma classe por outra, uma classe dominante, detentora de um poder que é regulado e regulamentado pelo Estado.

<sup>46</sup> Kropotkin não tem uma definição explícita sobre o conceito de Poder, porém a essência de Poder está implícita em toda sua obra, numa estreita relação com o Estado, com as relações estabelecidas entre este Estado e os indivíduos e com os efeitos que esta relação tem na vida destes. A essência do Estado é a dominação e a exploração, com objetivo primordial de “assegurar e desenvolver a exploração das massas em favor de alguns grupos de privilegiados” (KROPOTKIN, 2000, p. 88), ou seja, uma classe sobrepõe seus interesses aos das classes menos privilegiadas, exercendo um poder sobre elas, poder este garantido pelo Estado, e que pode ser percebido nas relações econômicas que se estabelecem entre a classe dominante e as classes menos privilegiadas, configuradas em relações de exploração que subsistem devido ao suporte do aparato político, jurídico e ideológico prestado pelos governos, através da máquina governamental. Utilizando-se de um “arsenal de leis, decretos, regulamentos, entre outros, os governos, monárquicos, constitucionais ou republicanos, protegem e garantem, através da força, os privilégios das classes dominantes, pois as leis têm como objetivo, além de manter, revestir e desenvolver a máquina governamental, justamente garantir o poder de uma classe dominante sobre as outras” (KROPOTKIN, 2005, p. 180). Portanto, essa dominação de uma classe por outra essa dominação somente pode deixar de existir findando o Estado e todas as relações (políticas, jurídicas, econômicas e ideológicas) que ele permite e garante.

atividade desenvolvida dentro de um Estado cujo objetivo é a distribuição do poder, e através da qual o Estado monopoliza o uso legítimo da violência física (força) como instrumento de domínio, reunindo nas mãos dos dirigentes (governo), os meios materiais e ideológicos para isso, na busca incessante da manutenção de poder. Portanto, em Weber, há uma estreita ligação entre Estado, Poder e Política.

Mas de que forma a política está presente na teoria anarquista? Levando em consideração esta estreita ligação apresentada por Weber entre o que se entende por Estado, poder e política, percebe-se que na teoria anarquista também há estreita relação entre estes conceitos. O Estado para os anarquistas representa a instituição criada artificialmente que subjuga e permite a dominação dos indivíduos, sob a justificativa de que esse Estado é necessário, pois os indivíduos devem ser controlados e dominados pelo “bem” da sociedade, isto é, controlados em nome do bem maior. E esse Estado está relacionado ao poder e à dominação, uma vez que é o Estado que garante o exercício do poder por uma determinada classe, que o exerce através da dominação dos indivíduos, do controle direto sobre a vida desses indivíduos. E que toda essa ordem que é mantida pelo Estado, em nome dos interesses da classe dominante, instrumentaliza-se através da política, desse conjunto de esforços que permite a participação no exercício do poder, estruturada nos três poderes (executivo, legislativo e judiciário), integrados à máquina governamental.

Falar em política também evidencia a ideia de que a Política está relacionada também ao regime de governo adotado por um Estado, e em se tratando de uma forma de governo democrática, relaciona-se também a questão do governo representativo, o que foi discutido por Kropotkin no texto “*Sobre O Governo Representativo*”<sup>47</sup>, publicado no final do século XIX. Nesse caso, a representatividade necessita de uma forma de participação política por parte dos indivíduos, aqui considerados cidadãos, os quais escolhem seus representantes, legitimados a agir politicamente em seu nome.

Em essência os anarquistas se opõem à política na forma de atividade desenvolvida dentro de um Estado<sup>48</sup>, como por exemplo, na questão da representatividade, entendendo que

---

<sup>47</sup> Este texto de Kropotkin pode ser encontrado no livro “*Palavras de um Revoltado*” que foi editado em 1885 por Élisée Reclus, composto por uma coletânea de artigos de Kropotkin publicados entre 1880 e 1882 na revista *Le Revolté* (KROPOTKIN, 2005, p. 7)

<sup>48</sup> A questão que Sparrow levanta em seu artigo “*Política Anarquista e Ação Direta*” (2009) diz respeito justamente ao fato de que os anarquistas se colocam contra o Estado e conseqüentemente contra toda ação política. Porém essas ações políticas desenvolvidas pelo Estado, como as políticas públicas, por exemplo, e que interferem na vida dos cidadãos, são determinadas, executadas e garantidas pelo Estado, que se coloca como o garantidor dessas ações em nome do bem da coletividade, muitas vezes são determinantes para as condições de vida do povo. Para Sparrow, ainda que os anarquistas sejam contrários a tais ações políticas, devem valer-se dessas ações para promoverem a luta de classes e a busca de soluções para a extinção do Estado, para promover a ideia da revolução (SPARROW, 2009, p. 9). Sparrow entende que a ação direta é importante, porém não pode

todo indivíduo é capaz de se autogovernar. São críticos ferrenhos do sistema eleitoral e da participação política e da política desenvolvida num sistema representativo. E uma vez que defendem o fim do Estado para a garantia da liberdade e igualdade dos indivíduos, acreditam na ineficácia de um sistema representativo ou de qualquer outra forma de governo, e se opõem à política, entendida em seu sentido weberiano.

Os anarquistas em geral entendem que a política deve estar diretamente relacionada à ação direta<sup>49</sup>, uma ação que deve ser orientada para a construção de um movimento revolucionário, colocando os indivíduos como os agentes diretos de sua própria emancipação (SPARROW, 2009, p. 6). A ação direta corresponde justamente ao fato de que é através dela que os indivíduos podem atingir determinados objetivos, porém isso ocorre através de suas próprias atividades, e não através da ação de outros. Ou seja, através da ação direta um indivíduo exerce o poder diretamente sobre os assuntos e as situações que lhe dizem respeito, tornando-se responsável por si, tomando o poder em suas mãos. Exercer uma ação direta significa, na teoria anarquista, repudiar a ordem vigente, sugerindo “que temos tanto o direito, quanto o poder, de transformar o mundo” (SPARROW, 2009, p. 11). O que significa a verdadeira essência do anarquismo que é o fim da sociedade vigente para que se possa construir uma nova ordem social baseada na liberdade dos indivíduos.

Segundo Voltairine de Cleyre, a ação direta é configura-se como uma prática de alguém que planeja fazer uma coisa e a faz, executa sua ação, geralmente com a cooperação de outrem, mas sem “apelar para autoridades, pedir licença ou agradá-los” (CLEYRE, 2009, p.3). Esse indivíduo praticou uma ação direta. E seria através da ação direta, que pode ser pacífica ou não, que “pode ser extremamente violenta, ou tão calma quanto as suaves águas dos rios de planície” (CLEYRE, 2009, p. 4), que ocorrem as mudanças. E a consequência da ação direta seria a própria consciência humana:

É devido e por causa da ação direta dos precursores da mudança social, sejam eles de natureza pacífica ou bélica, que a Consciência Humana, a consciência da massa, desperta para a necessidade de mudança. Seria muito estúpido dizer que não se pode esperar nenhum resultado positivo da ação política; às vezes coisas boas ocorrem por esse modo. Mas nunca até que a

---

ser considerada a única maneira de ação política conveniente, e “os anarquistas devem permanecer abertos às possibilidades de todo um espectro de métodos políticos”, e que a mudança social deve ser buscada sim através de toda e “qualquer forma de política que envolva as pessoas e que transforme suas consciências de maneira progressiva”, para que se possa construir um movimento anarquista e instrumentalizar a revolução para a criação da anarquia (SPARROW, 2009, p. 9).

<sup>49</sup> Ação direta pode ser definida como [...] a contribuição particular dos anarquistas no campo do método político. Enquanto os reformistas defendem a urna, os liberais têm seus lobbies e as cartas que escrevem, os burocratas têm seu trabalho, feito pelos “métodos adequados” e os socialistas têm seus partidos de vanguarda, nós anarquistas temos a ação direta (SPARROW, 2009, p. 7).

rebelião individual, seguida pela rebelião da massa, force isto. A ação direta sempre é o clarim, o ponto de partida, pelo qual a grande soma de indiferentes se dá conta de que a opressão chegou a um nível intolerável (CLEYRE, 2009, p. 10).

A ação direta então não é a política em si, mas sim uma forma de ação política que produz efeitos práticos que incidem diretamente nas relações entre os indivíduos e entre estes e os Estado.

Ao contrário de Weber, Emma Goldman não tem um conceito de Política e somente podemos perceber o que a Política representa em seu pensamento através do conjunto de suas obras. A definição mais próxima de Política que Goldman expõe está no texto “*The Tragedy of Woman’s Emancipation*”, publicado na revista *Mother Earth* em 1906, no qual afirma que a política é o reflexo do mundo industrial e dos negócios, ou seja, do capitalismo:

Politics is the reflex of the business and industrial world, the mottoes of which are: “To take is more blessed than to give”; “buy cheap and sell dear”; “one soiled hand washes the other.” There is no hope even that woman, with her right to vote, will ever purify politics (GOLDMAN, 1906, p. 11)<sup>50</sup>.

Nesse sentido, a política tem relação com a economia e se exterioriza através das relações que se estabelecem entre os indivíduos, nas quais infelizmente uma classe dominante oprime e explora uma classe menos favorecida. A política na concepção de Goldman é uma atividade que está a favor da classe dominante, e ao permitir a exploração de uma classe pela outra, e também ao limitar os direitos e a liberdade individual absoluta dos indivíduos, torna-se uma atividade pútrida, eivada por vícios.

No texto “*Woman Suffrage*” (1910), ao tratar da questão do sufrágio feminino, indiretamente aborda a questão da atividade política que naquele momento era exercida apenas por homens e apresentava inúmeros problemas, entre os quais, o fato de, segundo ela, não garantir a dignidade e direitos a todos os indivíduos, permitindo o favorecimento de uma classe sobre a outra. Ao referir-se ao direito de voto concedido ao cidadão americano afirma:

The poor, stupid, free American citizen! Free to starve, free to tramp the highways of this great country, he enjoys universal suffrage, and, by that right, he has forged chains about his limbs. The reward that he receives is stringent labor laws prohibiting the right of boycott, of picketing, in fact, of everything, except the right to be robbed of the fruits of his labor. Yet all

---

<sup>50</sup> A política é o reflexo do mundo industrial e de negócios cujo lema é: “Tirar é muito melhor do que dar”; “comprar barato e vender caro”; “uma mão suja lava a outra”. Não há esperança que, mesmo a mulher, com o seu direito ao voto, alguma vez venha a purificar a política (GOLDMAN, 1906, p. 11) (Tradução livre).

these disastrous results of the twentieth-century fetich have taught woman nothing. But, then, woman will purify politics, we are assured (GOLDMAN, 2012, p. 107)<sup>51</sup>.

Para Goldman qualquer sistema político é incapaz de garantir às questões mais prementes da vida aos indivíduos, porém acreditar que o problema da política é decorrente do fato de ser praticada apenas pelos homens seria uma estupidez, e desta forma, quando as mulheres exigiram o direito de voto sob a alegação de que promoveriam a purificação da política Goldman foi categórica ao afirmar que não acredita que isso fosse possível, que as mulheres não fariam da política nem algo pior nem melhor, mas justamente por ver a política como um erro não via a necessidade de perpetuá-lo (GOLDMAN, 2012, p.113).

A Política na forma que é encarada por Goldman representa um dos grandes obstáculos à emancipação humana, e é um dos instrumentos que permite a exploração de uma classe por outra. Ao escrever sobre a Revolução Russa, Goldman afirma que um dos maiores problemas da revolução foram justamente as “políticas” marxistas adotadas pelos bolcheviques, as quais “depois de ter introduzido o descontentamento, o antagonismo e a miséria, foram os verdadeiros fatores que destruíram o grande movimento e fizeram perder a fé do povo”, e teria sido “a política interna do Estado Bolchevique a única responsável do fracasso da revolução e a única responsável também do ódio que o povo russo sente por tudo o que ela emana” (GOLDMAN, 2012, p.19-20).

Seu antagonismo para com a Política é parte importante de seu pensamento, assim como na teoria anarquista, no qual o verdadeiro sentido do anarquismo corresponde ao espírito revolucionário, de modo que a política burguesa é uma instituição que impede o crescimento humano, pois está em consonância com a sociedade capitalista. Nesse sentido Goldman afirma que “todos os Anarquistas concordam com isso, da mesma forma em que estão de acordo em sua oposição à maquinaria política como um meio de causar a grande transformação social” (GOLDMAN, 2011, p. 8), ou seja, a política se presta aos interesses da classe dominante e impede a revolução social. Para ela ainda a política, na forma de sistema de governo representativo, no qual o povo escolhe seus representantes entre seus pares, representa uma forma de corrupção, pois até os melhores homens poderiam ser corrompidos por ela:

---

<sup>51</sup>O pobre, estúpido cidadão americano livre! Livre para passar fome, livre para vagar pelas estradas deste grande país, ele desfruta do sufrágio universal e, por esse direito, ele forjou correntes sobre seus membros. A recompensa que ele recebe são rigorosas leis trabalhistas que proíbem o direito de boicote, de piquete, de fato, de tudo, exceto o direito de ser roubado dos frutos de seu trabalho. No entanto, todos esses resultados desastrosos do fetiche do século XX não ensinaram nada à mulher. Mas, então, a mulher vai purificar a política, estamos certos (GOLDMAN, 2012, p. 107) (Tradução livre).

Pode-se dizer que os homens íntegros não se converteriam em corruptos, em moínho opressivo político. Talvez não, mas como homens seriam absolutamente impotentes para exercer a mais ínfima influência em nome do trabalho, como de fato foi demonstrado em numerosos exemplos. O estado é o mestre econômico de seus servidores. Os bons homens, se tais existirem, ou permaneceriam fieis a sua fé política e perderiam seu suporte econômico, ou se agarrariam a seus mestres econômicos e seriam completamente incapazes de fazer o menor bem. A arena política não deixa uma alternativa, deve ser um burro ou trapaceiro (GOLDMAN, 2011, p. 9).

O que Goldman chama de processo da política teria um sem número de armadilhas, que lhe retira o caráter de boas intenções. Esse processo da política estaria eivado por vícios: “maquinações secretas, intrigas, adulações, mentiras e traças; de fato, mentiras de todas as descrições, pelo qual o aspirante político pode conseguir o êxito” (GOLDMAN, 2011, p. 9). É na política, num sistema político, que o povo coloca suas esperanças e sua fé em um mundo mais justo e igualitário, pois foram convencidos de que esse é o melhor sistema para garantia de seus interesses. Crentes no caráter democrático do sistema político, mais especificamente em um sistema representativo, Goldman afirma que “de tempo em tempo as pessoas ficam suficientemente tontas para confiar, crer e apoiar até o seu último centavo, os aspirantes políticos, para ver-se ao final, traídas e enganadas” (GOLDMAN, 2011, p. 9).

Ao criticar o sistema político, quando aborda a questão do sufrágio universal, afirma que ele não garante aos indivíduos nada, nem a igualdade, nem a liberdade, garantindo apenas os interesses da classe dominante, de modo que todas as conquistas dos indivíduos não são frutos do sufrágio universal, mas frutos de reivindicações e lutas constantes (GOLDMAN, 2010, p. 127). No texto “*Minorias versus Maiorias*”, publicado originalmente na Revista *Mother Earth* em 1911, afirma que

Na política, somente a quantidade importa. Proporcionalmente a esse aumento, porém, os princípios, os ideais, a justiça e a honradez são engolidos por um mar de números. Na luta pela supremacia, os vários partidos se superam em mentiras, fraudes, astúcias e tramas duvidosas, seguros de que, aquele que obtiver êxito será aclamado pela maioria como o vencedor. Este é seu único deus, — o Sucesso. Às expensas do quê? A qual terrível custo do caráter? Esse é o ponto crucial. Não é preciso ir muito longe para comprovar esse triste fato. Nunca antes a corrupção, a completa podridão de nosso governo, se expôs tão claramente; jamais foi tão explícito ao povo americano o caráter pérfido do corpo político, o qual por anos reivindicou estar acima de qualquer acusação, ser a base de nossas instituições e o verdadeiro protetor dos direitos e liberdades do povo. (GOLDMAN, 2008, p. 124).

Para Goldman a Política é uma das formas de extorsão utilizadas pela classe dominante, e uma das causas que permite a ocorrência dessa extorsão da classe menos favorecida é a bandeira do individualismo, um individualismo extremo que constitui como “una de las máscaras que la clase gobernante tiene para llevar a cabo sus desenfadados negocios y su extorsión política” (GOLDMAN, 2010 p. 181). Para ela, um posto político é algo que se deseja a um inimigo, jamais a um amigo (GOLDMAN, 2015, p. 461), o que representa ainda mais seu descrédito na política, pois constitui-se como um mal à sociedade. Quando se trata de política e da participação na política como uma atividade, ela então se transforma, segundo Goldman, em um obstáculo à emancipação humana ao permitir a exploração de uma classe por outra, impedindo o crescimento humano, e em seu entendimento, os indivíduos devem opor-se à maquinaria política para então, conscientes, buscarem a transformação social (GOLDMAN, 2011, p. 8). Em “*Woman Suffrage*” (1910), ao analisar a questão do sufrágio feminino, Goldman afirma que o direito ao voto é uma ilusão, pois dá ao indivíduo uma falsa ideia de liberdade ao permitir sua participação na política, isto é, sendo este o instrumento que põe em prática a política produz a ilusão de participação dos indivíduos no governo (GOLDMAN, 2012, p. 106).

O que Goldman entende por Política e o que ela representa na sociedade capitalista se aproxima do entendimento de Bakunin<sup>52</sup> e Kropotkin<sup>53</sup>. O pensamento de todos não fogem à

---

<sup>52</sup> Bakunin foi um defensor da ação direta, entendendo que a política constituída dentro de um Estado, sob a opressão de um Governo e de uma determinada classe, não pode ser o objeto da transformação. Para ele deveria haver uma ruptura da ordem social vigente para que se pudesse construir uma nova sociedade baseada nos princípios anarquistas, o que só poderia ser feito através da revolução social, do rompimento com os governos e com todas as formas de política burguesa (BAKUNIN, 2003, p. 14). Esse posicionamento rendeu-lhe duras críticas por parte de Marx e Engels, justamente por ser indiferente em matéria política, pregando a abstenção de toda e qualquer ação política, inclusive defendendo a não participação dos indivíduos em eleições (VILAIN, 2011, p. 2). Era contrário à Política como forma de organização na busca de interesses e como forma de participação no poder, pois não seria através da política que se chegaria à emancipação dos trabalhadores. Bakunin entendia que participar da política e fazer política representava uma resignação dos indivíduos ao sistema político econômico vigente. E se para ele o que se deve extinguir é o Estado e o Governo, a “destruição do Estado é também a destruição da política” (VILAIN, 2011, p. 7). Participar da política seria integrar-se à sociedade burguesa, seria resignar-se à ordem política burguesa, e não negar sua efetividade: “tomando parte na luta dos partidos políticos sob as formas burguesas que ela reveste, o maior perigo que os trabalhadores correm é serem obrigados a abandonar seu programa e deixar-se capturar pela dialética vazia e puramente formal dos discursadores parlamentares” (BAKUNIN apud VILAIN, 2011, p. 8).

<sup>53</sup> Kropotkin não tem um conceito explícito de Política, porém em diversos textos, como “*O Governo Representativo e Os direitos políticos*”, ambos do início da década de 1880, permitem perceber que para ele a Política está presente na sociedade através das instituições políticas como o próprio sistema de Governo e o sufrágio universal, que em sua opinião nada mais são do que uma expressão do regime econômico a que se sujeitam: “A organização política não se modifica pela vontade dos legisladores; pode, é verdade, mudar de nome, pode apresentar-se hoje sob a forma de monarquia, amanhã sob a da república, mas não sofre uma modificação equivalente; adapta-se, harmoniza-se com o regime econômico, de que é sempre a expressão e, ao mesmo tempo, a congregação, o sustentáculo (KROPOTKIN, 2006, p. 133). A Política diz respeito também às relações que se estabelecem entre os indivíduos e o Estado, e entre todos os indivíduos entre si, devido aos efeitos que a Política opera na sociedade através das instituições políticas e para ele “[...] as sociedades continuarão a ser esmagadas sob as instituições políticas existentes, enquanto o regime capitalista de hoje não for

lógica da teoria anarquista, de modo que, para eles, a política é uma meio criado para atender os interesses da classe dominante, assim como foi criada a representatividade e o sufrágio, o qual depois de muita luta, foi estendido à classe dominada, porém somente a partir do momento em que deixou de representar uma ameaça à ordem social vigente. Para todos há necessidade de extinguir-se a Política, no caso em especial a política burguesa, que permite a opressão e a extorsão de uma classe dominante sobre uma classe menos favorecida, assim como se faz necessária a extinção do Estado.

#### **2.4 O Governo por Emma Goldman**

Proudhon, considerado como o “pioneiro dos filósofos libertários” e tendo sido o primeiro homem que se autodeclarou como anarquista, defendia uma sociedade não-autoritária, pois para ele, uma sociedade sem autoridade não era sinônimo de uma sociedade em desordem. Ao contrário, entendia que a anarquia representava o ideal de uma sociedade sem qualquer forma de soberania, sem um governo (WOODCOCK, 2014, p.10). Segundo Woodcock (2014, p.11), Proudhon concebia que a sociedade deveria basear-se em uma lei de equilíbrio interna e não no controle externo por qualquer autoridade, a qual repudiava veementemente.

Proudhon afirma que o governo não é natural, e que permitiu-se que se firmasse na sociedade ante o estabelecimento de uma associação entre sociedade e família, sendo que a idéia governamental brotou dos costumes familiares e experiência doméstica na qual o Governo seria tão natural para a sociedade como a subordinação das crianças ao seu pai, agindo sob o princípio da autoridade (PROUDHON, 2008, p. 8). Deste modo,

---

destruído” (KROPOTKIN, 2006, p. 133-134). Seria somente o fim do capitalismo e de suas instituições que poderia dar fim à desigualdade social, devendo ocorrer uma revolução no modo de produção e repartição, todavia isso somente seria possível se a mudança do regime econômico fosse concomitante a mudanças nas instituições políticas, justamente porque entendia que existia uma “ligação íntima que existe entre o regime político e o regime econômico” (KROPOTKIN, 2006, p. 134). Quanto ao sufrágio universal, em sua opinião, serve apenas para “defender a burguesia governante contra as usurpações do poder e da aristocracia, não são mais que um instrumento nas mãos das classes dominantes para manter *seu* poder sobre o povo” (KROPOTKIN, 2005, p. 45), e foi criado para essa finalidade, qual seja o de favorecer as classes governantes e seus interesses, sem jamais atender aos interesses dos governados, em nada podendo ajudar se fosse o caso de “derrubar, ou até de limitar o poder, abolir a dominação” (KROPOTKIN, 2005, p. 46). Desta forma, como um instrumento da política, o sufrágio em quase nada serve aos governados, somente tendo sido concedido quando a burguesia percebeu as vantagens que tal concessão lhe proporcionaria, isto é, como instrumento que possibilitaria a dominação da classe trabalhadora, “mas absolutamente impotente contra os privilégios da burguesia” (KROPOTKIN, 2005, p. 46). A Política, portanto, é inerente ao sistema de governo representativo e ao capitalismo como meio de garantia dos privilégios da classe dominante, ainda que o povo tenha caído no engodo das liberdades políticas e do sufrágio universal.



O que manteve essa predisposição mental e fez sua fascinação invencível por tanto tempo, é que, através da suposta analogia entre Sociedade e a família, o Governo sempre tem se apresentado à mente como o órgão natural da justiça, o protetor dos fracos, e o preservador da paz (PROUDHON, 2008, p. 9).

O governo então seria a expressão da autoridade. “O guardião dessa ordem, que deveria significar liberdade e igualdade para nós, é o Governo” (PROUDHON, 2008, p. 11), e sobre ele já dizia:

Experiência, de fato, mostra que sempre e em todo o lugar, o Governo, por mais que tenha sido para o povo em sua origem, se colocou do lado da classe mais rica e educada contra a mais numerosa e pobre classe; ele vai sendo pouco a pouco se tornando restrito e exclusivo; e, ao invés de manter liberdade e igualdade entre todos, ele trabalha persistentemente para destruí-las, pelo fato de sua inclinação natural ao privilégio (PROUDHON, 2008, p. 10).

Para Proudhon o Governo relaciona-se diretamente com a ideia de autoridade, sendo que a “autoridade é o governo em seu princípio, assim como o governo é a autoridade em prática”, de modo que só podem ser extintos na medida da extinção de ambos (PROUDHON, 2008, p. 6), e pensar a autoridade como princípio e o Governo como ação é pensar que o Governo é quem age para impor a autoridade, o que pode ser comparado ao exercício efetivo do poder. E se há um poder que subjuga, e que se efetiva através de um Governo, tem-se uma relação entre governantes e governados que representa o desequilíbrio de uma sociedade:

Entre governantes e governados, ao contrário, de qualquer forma que seja constituída a representação, a delegação, ou a função de governo, há, necessariamente, uma alienação de uma parte de liberdade e da riqueza do cidadão (PROUDHON apud MONTEIRO, 2014, p. 31).

Portanto, para Proudhon, o Governo presta-se à proteção e garantia dos interesses de uma determinada classe a qual se refere como governantes, em detrimento dos interesses da classe dos governados, os quais nessa relação de dominação são expropriados não somente de sua riqueza, mas inclusive, de sua liberdade.

Weber, quando se refere ao “Governo” não utiliza esse termo, mas reconhece que para que a dominação se efetive deve haver o que ele chama de “continuidade administrativa” o que, segundo ele,

[...] exige, de um lado, que a atividade dos súditos se oriente em função da obediência devida aos senhores que pretendem ser os detentores da força legítima e exige, de outro lado e em virtude daquela obediência, controle dos bens materiais que, em dado caso, se tornem necessários para aplicação da força física (WEBER, 2016, p. 70).

A dominação organizada, portanto, para operar, necessita do que ele chama de estado-maior administrativo e dos meios materiais de gestão. Por estado-maior administrativo entende-se o que representa externamente a organização da dominação política, que através de dirigentes que detêm os meios materiais de gestão, instrumentalizam o Estado moderno, isto é, operacionalizam, nos limites de determinado território, o uso da violência legítima com fins de dominação (WEBER, 2016, p. 74). A esses dirigentes ele dá o nome de políticos profissionais (WEBER, 2016, p. 75).

Emma Goldman, assim como Weber, também relaciona o Governo com a dominação, afirmando que o “Governo é a dominação da conduta humana, representa o baluarte da escravidão do homem e dos horrores que lhe exige” (GOLDMAN, 2011, p.3). Ao relacionar Governo com dominação está relacionando-o à proteção dos interesses da classe dominante, e ao fato de que o Governo se presta à promover a injustiça, pois permite a exploração e dominação da classe trabalhadora. Para Goldman

De fato a ideia central do governo é a injustiça. Com a arrogância e autossuficiência do Rei, que não podia fazer errar, os governos ordenam, julgam, condenam e castigam as ofensas mais insignificantes, enquanto se mantém pela maior de todas ofensas: a aniquilação da liberdade individual (GOLDMAN, 2011, p.5).

E o Governo em sua visão tem uma função muito clara, qual seja proteger os interesses da classe dominante. “[...] o governo, a autoridade organizada ou o Estado, são unicamente necessários para manter ou proteger a propriedade e o monopólio. Só se mostram eficientes para essa função” (GOLDMAN, 2011, p.6).

Em um texto de 1934, publicado na revista *Harper's Monthly Magazine*, intitulado “*Was My Life Worth Living?*” Emma Goldman expõe de maneira incisiva os motivos que justificam seu antagonismo por qualquer forma de Governo, pois para ela, através de suas instituições políticas, jurídicas e econômicas os governos oprimem todo e qualquer indivíduo. Segundo ela, seu antagonismo ao governo não está atrelado a questões individualistas, ao contrário, o governo oprime a todos os indivíduos, e quando se refere à totalidade dos indivíduos não faz diferença inclusive quanto às classes sociais, pois até a classe que é favorecida pelo governo sofre com a opressão:

I have often been asked why I maintained such a non-compromising antagonism to government and in what way I have found myself oppressed by it. In my opinion every individual is hampered by it. It exacts taxes from production. It creates tariffs, which prevent free exchange (GOLDMAN, 1934, p. 2)<sup>54</sup>.

Isto fica claramente evidenciado quando ela se refere à forma que se constitui a opressão do Governo sobre os indivíduos, principalmente no aspecto social e político, controlando e determinando padrões de comportamento, invadindo a esfera privada da vida dos indivíduos, discriminando como devem ser as relações afetivas, através da instituição do casamento civil, condenando quaisquer outras formas de relacionamento que não correspondam ao padrão heteronormativo do matrimônio burguês:

It stands ever for the status quo and traditional conduct and belief. It comes into private lives and into most intimate personal relations, enabling the superstitious, puritanical, and distorted ones to impose their ignorant prejudice and moral servitudes upon the sensitive, the imaginative, and the free spirits. Government does this by its divorce laws, its moral censorships, and by a thousand petty persecutions of those who are too honest to wear the moral mask of respectability (GOLDMAN, 1934, p. 2)<sup>55</sup>.

Mas se por um lado a classe exploradora também sofre com a opressão do governo na esfera de sua vida privada, no que tange ao aspecto econômico, ainda que sujeitos à determinadas leis, essa classe é favorecida por outras leis que permitem a exploração de outras classes, tornando-os opressores ao lado do governo, uma minoria favorecida que oprime e subjuga a maioria:

In addition, government protects the strong at the expense of the weak, provides courts and laws which the rich may scorn and the poor must obey. It enables the predatory rich to make wars to provide foreign markets for the favored ones, with prosperity for the rulers and wholesale death for the ruled (GOLDMAN, 1934, p. 2)<sup>56</sup>.

<sup>54</sup> Muitas vezes me perguntaram por que mantive um antagonismo sem compromissos com o governo e de que maneira me senti oprimida por ele. Em minha opinião, todo indivíduo é prejudicado pelo governo. Que impõe impostos sobre a produção. Cria tarifas, as quais impedem a livre troca (GOLDMAN, 1934, p.2) (Tradução livre).

<sup>55</sup> Defende o *status quo* o comportamento e crença tradicionais. Entra em nossas vidas privadas e em nossas relações pessoais mais íntimas, permitindo que os supersticiosos, puritanos e distorcidos imponham seu preconceito ignorante e suas servidões morais sobre os espíritos mais sensíveis, imaginativos e livres. O governo faz isso pelas suas leis de divórcio, suas censuras morais e por milhares de pequenas perseguições daqueles que são honestos demais para usar a máscara moral da respeitabilidade (GOLDMAN, 1934, p. 2) (Tradução livre).

<sup>56</sup> Além disso, o governo protege os fortes à custa dos fracos, fornece tribunais e leis que os ricos podem desprezar e os pobres devem obedecer. Ela permite que os ricos predatórios façam guerras para fornecer mercados estrangeiros para os favorecidos, com prosperidade para os governantes e morte total para os governados (GOLDMAN, 1934, p. 2) (Tradução livre).

E embora Goldman atribua ao governo grande parte do problema da opressão e do controle da vida dos indivíduos isso somente é possível ante a existência de “um complexo de autoridade e dominação institucional” (GOLDMAN, 1934, p. 2), que conseguiu se impor e se perpetua devido à inércia da massa, uma massa de oprimidos, que reverência as instituições que a oprime, uma massa acrítica que obedece sem protestar e que jamais lutou por justiça e igualdade; e quando surgiu a massa, em detrimento da individualidade, esta “suprimiu a voz dos homens, subjugou o espírito humano, acorrentou o corpo humano” (GOLDMAN, 2008, p. 131):

However, it is not only government in the sense of the state which is destructive of every individual value and quality. It is the whole complex of authority and institutional domination which strangles life. It is the superstition, myth, pretense, evasions, and subservience which support authority and institutional domination. It is the reverence for these institutions instilled in the school, the church and the home in order that man may believe and obey without protest. Such a process of devitalizing and distorting personalities of the individual and of whole communities may have been a part of historical evolution; but it should be strenuously combated by every honest and independent mind in an age which has any pretense to enlightenment (GOLDMAN, 1934, p. 2)<sup>57</sup>.

Governo, portanto, está vinculado a ideia de uma máquina governamental que vale-se de inúmeros subterfúgios para a manutenção de um determinado *status quo*, qual seja a proteção dos interesses da classe dominante, permitindo a exploração e dominação da imensa massa de trabalhadores. Goldman afirma que

O Estado, o Governo, seja quais forem a forma, o caráter ou a tendência, quer seja autoritário ou constitucional, monárquico ou republicano, fascista, nazi ou bolchevique, é pela sua própria natureza, conservador, estático, intolerante e oposto à mudança (GOLDMAN, 2007, p.12).

Goldman, assim como Bakunin<sup>58</sup> e Kropotkin<sup>59</sup> ao reconhecerem a função à qual o Governo se presta, reafirmam a existência da opressão de uma classe sobre outra, pois o

---

<sup>57</sup> Contudo, não é apenas o governo no sentido de Estado que destrói todo valor e qualidade individual. É todo o complexo de autoridade e dominação institucional que estrangula a vida. É a superstição, o mito, a pretensão, as evasões e a subserviência que suportam a autoridade e a dominação institucional. É a reverência por essas instituições inculcadas na escola, na igreja e no lar, que faz com que o homem possa acreditar e obedecer sem protestar. Tal processo de reprimir e distorcer as personalidades dos indivíduos e de comunidades inteiras pode ter sido parte da evolução histórica; mas deve ser vigorosamente combatido por toda mente honesta e independente em uma época que tenha qualquer pretensão ao progresso. (GOLDMAN, 1934, p. 2) (Tradução livre).

<sup>58</sup> Para Bakunin há uma relação direta entre Governo e Estado, sendo que por vezes utiliza o conceito de Estado como o de Governo e vice-versa. Para ele o Governo estaria diretamente vinculado ao Estado, à existência deste

governo permite que se estabeleça essa relação de exploração, garantindo os privilégios da classe exploradora através de suas leis e normas. Todos afirmam que há necessidade da extinção do Estado para que a sociedade possa atingir o ideal a liberdade dos indivíduos. Extinguir o Estado significa conseqüentemente a extinção do Governo, ao passo que, como afirmou Kropotkin, extinguir o Governo não significa necessariamente a extinção do Estado e da opressão, dominação e exploração por parte da classe dominante sobre a maioria dominada.

---

e das classes dominante e dominada. Assim, sempre que houver esta tríade, Estado – Governo – Classe dominante, estaremos falando em exploração e dominação, uma vez que a ideia de governo popular “esconde o despotismo da minoria dirigente” e que caracteriza-se como uma “mentira perigosa por ser apresentada como a expressão da pretensa vontade do povo” (BAKUNIN, 2003, p. 213). Se para Bakunin o Estado é o mal, ainda que historicamente necessário, e fruto “do casamento da violência da rapina e do saque, isto é, da guerra e da conquista, com os deuses criados sucessivamente pela fantasia teológica das nações” que se impõe aos indivíduos através da força, violando a vontade e a liberdade dos homens, pode-se dizer que esse Estado exerce um poder através da dominação. Para ele é a dominação que permite a exploração de uma classe privilegiada sobre as classes dominadas, e essa dominação, garantida pelo Estado, torna-se o objetivo de todo do governo, o qual garante e legaliza o poder de explorar, sendo pois exploração e governo termos inseparáveis (GUÉRIN, 1980, p. 33). Governo portanto, para Bakunin, é quem instrumentaliza e garante a exploração e dominação de uma classe privilegiada sobre as classes desfavorecidas, sendo que estas relações, que eram justificadas e garantidas através de ficções religiosas, com a Revolução Francesa e o advento do Estado moderno passam a ser controladas pela burguesia. Para Bakunin “a exploração é o corpo visível e o governo é a alma do regime burguês” que através da doutrina burguesa, a qual privilegia “a liberdade e a moral dos indivíduos fora da solidariedade social”, permite que um governo de uma minoria privilegiada torne-se o espoliador de uma maioria dominada, e negue a liberdade de todos<sup>58</sup> (GUÉRIN, 1980, p. 33).

<sup>59</sup> Para Kropotkin embora haja certa confusão entre Estado e Governo, para ele trata-se de coisas distintas, e a ideia de Estado tem um significado muito diferente da ideia de governo, e “a ideia de governo compreende não somente a existência de um poder colocado muito acima da sociedade, mas também uma concentração territorial e uma concentração de muitas funções da vida das sociedades nas mãos de alguns indivíduos” (KROPOTKIN, 2000, p. 10). E a consequência prática da existência de um Estado e conseqüentemente de um Governo, é que se estabelecem entre os indivíduos e seus semelhantes, e os indivíduos e o Estado, novas relações que não existiam antes da formação dos Estados. A ideia de Governo está vinculada a uma certa máquina governamental, que concentra e regulamenta muitas funções para a manutenção da ordem na sociedade e que esta máquina governamental está restrita à poucos indivíduos, o que foi detalhadamente analisado por ele quando tratou do governo representativo, onde expôs de que forma esse governo age para exercer esse domínio sobre os indivíduos (KROPOTKIN, 1986, p.49). Quando trata do governo representativo ele mostra que essa forma de governo traz consigo a aparência de liberdade e de bem estar, porém seu grande defeito está em sua essência, no qual, independentemente da forma escolhida, o povo não se governa por si mesmo, ao contrário é governado por representantes escolhidos, convencidos de que essa é a melhor forma de governo (KROPOTKIN, 1986, p.49). E, quando se permite ao povo escolher seus representantes, ou seja, escolher quem os representa dentro da máquina governamental, isso só é permitido justamente porque a classe dominante compreende que essa escolha não compromete sua dominação (KROPOTKIN, 1986, p. 52).

De maneira perspicaz percebe que o governo representativo sofre com os mesmos vícios de outras formas de governo, e além de acentuar esses defeitos dá origem a outros, e portanto, não é melhor do que qualquer outro governo que já tivesse existido. O grande defeito dos governos, em especial o representativo, é que, através da máquina governamental, suplantam a liberdade dos indivíduos, que abrem mão dessa liberdade e de se autogerir em prol de uma minoria que representa os interesses da classe dominante. E essa máquina governamental, através das leis, permite a dominação. O Governo se organiza de modo a proteger os interesses e os privilégios da classe dominante, ao contrário do discurso que justifica a existência do Estado, que seria a proteção do fraco contra o forte, do pobre contra o rico, das classes trabalhadoras contra as classes privilegiadas. E mantém-se sob a lógica de que o poder não deve ser restrito a uma pessoa, devendo ser o governo de todos, pois “se não houvesse governo, os homens acabariam por destruir-se uns aos outros” (KROPOTKIN, 1886, p. 4).

Analisando os conceitos de Estado, Poder, Política e Governo no pensamento político de Emma Goldman percebe-se que estão fortemente atrelados ao Estado moderno e ao capitalismo, a uma sociedade dividida em classes, na qual uma sobrepõe seus interesses sobre as demais, interesses que são garantidos pelo Estado, através do Governo e de suas políticas. Para Goldman Estado e Governo devem ser extintos para que os indivíduos possam exercer a liberdade individual absoluta em toda sua plenitude, e conseqüentemente, fundar uma nova sociedade em que, extintas todas as formas de poder, de dominação, os homens possam ser livres em suas escolhas, inclusive determinando a forma de sociedade que melhor represente o interesse de todos, uma sociedade de homens livres e iguais.

E essa sociedade, segundo Kropotkin deveria ser uma associação voluntária dos indivíduos cujas relações sociais são reguladas por suas vontades, por seus hábitos e costumes, por sua cultura, e não por instituições criadas artificialmente, como as leis e as autoridades, o Estado e os Governos:

Los anarquistas conciben la sociedad como una asociación en que todas las relaciones mutuas de sus miembros están reguladas, no por las leyes, no por las autoridades, aun las de libre elección, sino por medio de convenios entre sus componentes y por un cierto número de hábitos y costumbres sociales que, lejos de petrificarse por la ley, por la rutina o por la superstición, están en continuo desarrollo y cambio, según las crecientes necesidades de la vida libre, estimuladas por el progreso de las ciencias, las invenciones y el constante engrandecimiento de los más elevados ideales (KROPOTKIN, [18??], p. 46).

Na sociedade ideal buscada pelos anarquistas não há que se falar em autoridade e governo que regulamentem a vida, nenhuma ação deve ser imposta, sendo que se busca sempre o pleno desenvolvimento dos indivíduos, numa sociedade de iguais (KROPOTKIN, [18??], p. 46-47). Portanto, para Goldman, Estado, Poder, Política e Governo sempre serão instituições limitadoras da liberdade dos indivíduos, que não permitem sua evolução, artificialmente criadas com objetivo de permitir que uma determinada classe dominante oprima, subjogue, explore a classe trabalhadora, enriquecendo às suas custas.

Após analisarmos diversos textos, ensaios e livros de Emma Goldman a partir da análise desses conceitos fundamentais, Estado, Poder, Política e Governo, nos permitiu perceber que existe um pensamento político coerente em seus escritos, e que esse pensamento não é apenas uma ideologia, principalmente se levarmos em consideração que, segundo Ellen Wood (2011) e Faoro (1987), para a existência de um pensamento político não há necessidade de uma sistematização, podendo ser identificado poesias, novelas, e por que não, em panfletos

políticos. E após analisarmos seu pensamento na busca dos conceitos da Ciência Política que podem ser considerados “clássicos”, no terceiro e último capítulo nossa análise se volta para conceitos e questões que, embora não sejam consideradas clássicas, permeiam esse universo.

“Esse é o fim de Emma Goldman, não é?” um repórter perguntou. “Pode ser apenas o começo”, repliquei. (Emma Goldman, *Vivendo minha vida*, p. 512).

### **3. O PENSAMENTO POLÍTICO DE EMMA GOLDMAN: PARA ALÉM DA POLÍTICA E DO ANARQUISMO TRADICIONAL**

Neste último capítulo serão mostradas as análises feitas por Emma Goldman sobre diversos temas que não são contemplados por parte significativa dos “clássicos” da política (ou mesmo pelos anarquistas clássicos), mas que são também temas afetos à política, tais como a liberdade individual (absoluta), o amor livre, o casamento, o ciúme, a homossexualidade, a emancipação da mulher, a maternidade, o controle de natalidade e o sufrágio feminino. Tais temas podem ser considerados fundamentalmente políticos, pois originários de conflitos sociais e políticos, uma vez que as instituições que estão envolvidas com tais temáticas são as que prescrevem e normatizam o modo de vida das sociedades ocidentais.

Emma Goldman, militante e oradora anarquista, expôs com muita seriedade e conteúdo a teoria anarquista, com a intenção de conscientizar a massa de trabalhadores e as outras classes sociais dos Estados Unidos da América da necessidade de mudanças na sociedade americana, ou seja, de alterar-se a forma como essa sociedade era estruturada, para que fosse permitida a criação de uma nova ordem social, visto que uma sociedade justa e igualitária somente poderia existir com a liberdade de seus membros, só sendo possível com o fim do capitalismo, da propriedade privada, do Estado e da religião, instituições forjadas pelos homens e que limitam a liberdade de todos os indivíduos.

Os ideais defendidos por Emma Goldman vêm ao encontro dos ideais propagados e defendidos por outros anarquistas, bem como de alguns ideais socialistas e também liberais. Dentre os ideais anarquistas defendidos por Emma Goldman, além do fim do Estado, da propriedade privada e da religião, destacam-se ainda sua defesa acerca da emancipação da mulher, do amor livre, do controle de natalidade e da não obrigatoriedade da conscrição, todos intrinsecamente relacionados à questão da liberdade individual absoluta propagada pelo anarquismo. Entretanto, o que nos interessa é mostrar a profundidade de seus argumentos, que em muitos aspectos, ultrapassam os limites das análises de outros anarquistas, como Kropotkin, Bakunin e Malatesta, cujos pensamentos são considerados, até certo ponto, relevantes para a Ciência Política.



Merece destaque sua defesa da necessidade da emancipação da mulher, que, em seu ponto de vista, sofria com a limitação de sua liberdade muito mais do que os homens. Outro ponto que merece destaque é o modo como Emma Goldman viveu, que na ótica foucaultiana poderia ser entendido como uma forma de cuidado de si<sup>60</sup> e de estética da existência, ou seja, através da forma que constituiu suas ações ao longo de sua vida, suas práticas teriam permitido a produção de uma subjetividade que não “seguia” apenas as normas prescritas pela “moral” dominante, mas possibilitava a construção de modos libertários de existência, a partir de uma ética anarquista. Nesse sentido, Goldman teria subvertido a ordem moral dominante, e na maneira pela qual construiu a si mesma, permitiu-se estabelecer novas relações com os outros, pois viver de acordo com sua “vontade” lhe permitiu construir uma vida livre em relação às regras socialmente impostas, como a possibilidade de escolha de seus cônjuges, amantes e da imposição da maternidade. Essa nova forma de viver também pode ser entendida sob o princípio da *parresía*<sup>61</sup>, pois ao tornar-se oradora opta por arriscar sua vida ao manifestar sua relação pessoal com a verdade, e o dizer verdadeiro se torna um dever, visando melhorar ou ajudar a vida dos outros como faz consigo mesma.

Emma Goldman foi considerada a “maior” inimiga da América, a mulher mais perigosa de seu tempo, o que além de levar à sua deportação para a Rússia, também foi um

---

<sup>60</sup> O cuidado de si está relacionado ao que Foucault chama de estética da existência, sendo que “As “artes da existência” devem ser entendidas como as práticas racionais e voluntárias pelas quais os homens não apenas determinam para si mesmos regras de conduta, como também buscam transformar-se e modificar seu ser singular, e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e que corresponda a certos critérios de estilo” (FOUCAULT, 2014, p. 193). Ou seja, tais práticas permitiriam que as ações dos indivíduos produzissem mudanças sobre ele mesmo, significando que poderia transformar sua existência, através da definição de novos critérios estéticos e éticos de viver. Segundo Foucault, a estética da existência viria a encontro da ausência da moral, no sentido que lhe é dado pelo cristianismo, como normas e regras a serem seguidas, em contrapartida ao sentido que lhe era atribuído pelos gregos, no qual buscar uma estética da existência estaria relacionado à liberdade do indivíduo em “dar à sua própria vida uma certa forma na qual era possível se reconhecer, ser reconhecido pelos outros e na qual a própria posteridade podia encontrar um exemplo (FOUCAULT, 2014, p. 282-283)

<sup>61</sup> Foucault considera que “a *parresía* é uma virtude, dever e técnica que devemos encontrar naquele que dirige a consciência dos outros e os ajuda a constituir sua relação consigo (FOUCAULT, 2010, p. 43). A *parresía*, segundo Foucault, é uma certa maneira de falar, uma maneira de dizer a verdade. E essa maneira de dizer a verdade gera para o *parresiasta* um risco pelo próprio fato de dizer a verdade. “Enfim, a *parresía* é uma maneira de se vincular a si mesmo no enunciado da verdade, de vincular livremente a si mesmo e na forma de um ato corajoso. A *parresía* é a livre coragem pela qual você se vincula a si mesmo no ato de dizer a verdade. Ou ainda, a *parresía* é a ética do dizer-a-verdade, em seu ato arriscado e livre. Nessa medida, para essa palavra *parresía*, que era, em seu uso restrito à direção de consciência, traduzida por “fala franca”, poderemos, creio eu, se [dela] dermos essa definição um tanto ampla e geral, propor [como tradução] o termo de “veridicidade”. O *parresiasta*, aquele que utiliza a *parresía*, é o homem verídico, isto é, aquele que tem a coragem de arriscar o dizer-a-verdade e que arrisca esse dizer-a-verdade num pacto consigo mesmo, precisamente na medida em que é o enunciador da verdade. Ele é o verídico. E (poderemos talvez voltar a isso, não sei se vou ter tempo) me parece que a veridicidade nietzschiana é uma certa maneira de fazer agir essa noção cuja origem remota se encontra na noção de *parresía* (de dizer-a-verdade) como risco para quem a enuncia, como risco aceito por quem a enuncia” (FOUCAULT, 2010, p. 64).

dos motivos pelos quais foi instigada a escrever sua autobiografia, pois sua trajetória como mulher, anarquista e militante, e seu pensamento político, segundo seus amigos, não deveriam ser esquecidos (GOLDMAN, 2015, p.454). Durante muito tempo seu pensamento permaneceu às margens da academia, deixado de lado juntamente com a teoria anarquista em geral. Porém, na década de 1970 houve um renascimento de interesses em seu pensamento, resgatado pelos movimentos feministas devido à proximidade de seus ideais e a agenda desses movimentos. Devemos, no entanto, deixar claro que o pensamento de Emma Goldman não se restringe aos temas que interessam movimentos feministas – embora a agenda dos movimentos feministas seja política – pois existem diversos textos da autora que tratam dos assuntos considerados “políticos” como Poder, Política e Estado.

Para além das questões relacionadas às mulheres, ao gênero e ao feminismo, os ideais defendidos por Emma Goldman abarcam a coletividade, pois os reflexos estendem-se muito além dos direitos das mulheres, como o amor livre e o controle de natalidade. Para muitos foi considerada uma mulher à frente de seu tempo devido a suas ideias libertárias sobre aborto, controle de natalidade, homoafetividade, amor livre e casamento. Analisaremos a seguir os principais pontos defendidos por Emma Goldman, além do fim do Estado, do capitalismo, da Igreja e da propriedade privada, os quais mostram a profundidade de seu pensamento político.

### **3.1 Os avanços do pensamento político de Emma Goldman em comparação com o pensamento político dos anarquistas “clássicos”**

O anarquismo, enquanto teoria, tratou objetivamente de questões de ordem econômica e política, mas, como filosofia de vida preocupou-se em discutir também os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres na sociedade do século XIX, e de que forma esses papéis limitavam a liberdade individual. Um dos maiores avanços da teoria anarquista frente às demais é o reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres, colocando em sua agenda questões que atingiam diretamente às mulheres como indivíduos livres e autoconscientes, cujo modo de existência foi construído política e cientificamente, agindo sobre o corpo feminino e sobre a sua sexualidade (RAGO, 2012, p. 71). Dentre as principais questões abordadas pelos anarquistas,

Para além dos direitos civis e políticos, o anarquismo colocou na agenda pública a luta pelo direito ao próprio corpo, em defesa do prazer sexual e do amor livre, também para as mulheres, assim como o direito ao divórcio, ao aborto e à maternidade consciente e voluntária. Ao colocar-se contra as

relações de poder no microcosmo da vida social, questionou claramente a ideologia da domesticidade, segundo a qual as mulheres seriam inferiores aos homens por natureza e destinadas à esfera do lar e aos cuidados dos filhos (RAGO, 2012, p. 70).

Outro fator de relevância na teoria anarquista, em suas críticas à ordem burguesa, é a censura feita à família pela forma que se constituía: uma associação baseada em questões políticas e econômicas, que compelia os indivíduos a uma dada realidade que não deveria ser questionada. A família burguesa, monogâmica<sup>62</sup>, legitimada pelo casamento, deveria pautar-se na autoridade do homem e conseqüentemente na submissão da mulher; reservando-lhe a condição de guardiã da família e dos bons costumes. O século XIX impôs à mulher um novo modelo de comportamento, o de esposa, mãe e dona-de-casa, afetiva mas assexuada, cujas preocupações devem ser a rotina diária e o cuidado com a família (RAGO, 2012, p. 62). Em tais condições, segundo os anarquistas, a mulher estaria equiparada à condição de escrava, submissa, sujeita ao domínio dos homens, primeiro do pai e, após o casamento, do marido, e condição perpetuada pela imposição da maternidade e pela garantia da procriação legítima.

Os anarquistas em geral sempre criticaram a ordem burguesa surgida no século XIX, em seus aspectos político, econômico e social, devido a realidade de desigualdade que impôs aos indivíduos. No campo político a dominação e o controle da vida privada dos indivíduos, além do apoio à classe dominante, garantindo-lhes a supremacia das relações econômicas em troca do poder político; no campo econômico as relações de exploração a que estavam sujeitos os trabalhadores, garantidas pelo Estado; e no campo social, a manutenção da desigualdade em uma sociedade formada por classes, em substituição aos estamentos, na qual as relações de subordinação e dominação não desaparecem apenas se modificam.

Para os anarquistas questionar a ordem social burguesa implica em reconhecer que há limites estabelecidos pelo próprio homem que restringem sua liberdade e a dos demais, limites que impedem que os indivíduos vivam plenamente, em liberdade total, de acordo com seus desejos, uma vez que essa ordem burguesa se assenta na exploração do trabalho e na dominação política, isto é, na dominação de uns pelos outros. Pensar em um projeto libertário de uma nova sociedade, livre de limitações, demanda identificar a natureza desses limites, bem como a compreensão de que mudanças sociais e soluções para as desigualdades econômicas necessitam da liberdade total para acontecerem. Entender o conceito de liberdade é fundamental para a compreensão da ideologia anarquista fundamentada na autogestão e na

---

<sup>62</sup> Sobre a família monogâmica ver Engels (1984) e Simmel (1993).

liberdade individual, estendendo-as para além do espaço público, abrangendo todas as esferas da vida humana, incluindo-se as relações de gênero.

Na agenda anarquista há a ideia de uma ação de resistência coletiva na qual se questionam as relações de poder entre governantes e governados, entre empregadores e trabalhadores, e inclusive entre gêneros, relacionadas às questões ligadas às sexualidades, como dissolubilidade do casamento, aborto, amor livre, entre outros. Pressupõe-se que essa resistência possibilitaria criar novas formas de relacionamento, visando ligações de cooperação mútua pautadas pela liberdade e experimentação, e no âmbito privado das relações, estas se estabeleceriam de acordo com os afetos, medos e desejos dos envolvidos. Pode-se exemplificar essa mudança a partir da análise de Kissack, para quem o discurso anarquista do amor livre teve como efeito uma política sexual radicalmente diferente do que muitos anarquistas objetivavam, o fim do casamento, sendo que sua crítica aos padrões normativos da heterossexualidade resultou no reconhecimento das relações entre indivíduos do mesmo sexo (KISSACK, 2008, p. 35).

Anarquistas como Bakunin, Kropotkin e Malatesta questionavam de que forma os limites impostos pela sociedade burguesa impediam a mudança das condições a que homens e mulheres estavam sujeitos, condições de natureza moral, que obstavam a possibilidade do surgimento de novas relações afetivas e sexuais, e de novas formas de organização familiar. A importância das questões abordadas pelos anarquistas, e aqui mostradas sob a perspectiva de Goldman dá-se justamente pelo fato de que, para os anarquistas, a revolução social não pode acontecer se não houver uma revolução sexual, algo que foi enfatizado pela autora, provavelmente porque experimentou sua existência sendo uma “mulher”.

### **3.2 Amor livre**

Defender o amor livre no século XIX significava questionar as imposições do Estado e da Igreja acerca do que seriam comportamentos adequados às relações afetivas e a constituição da família, visto a criminalização das relações afetivas que não se enquadrassem às normas prescritas, como por exemplo, a penalização de pessoas que convivessem como um casal sem terem sua união reconhecida como um casamento pelo Estado e/ou pela Igreja. Problematizavam também questões referentes ao adultério, ao divórcio<sup>63</sup>, ao controle de

---

<sup>63</sup> Kropotkin, ao defender a ideia de amor livre e a incoerência do casamento, afirma que o Estado e a Igreja, ao reconhecerem a necessidade do divórcio, ainda que somente em casos especiais, geram a instabilidade da família, até então considerada indissolúvel, e a qual o casamento viria a legitimar (KROPOTKIN, 2007, p. 65-

natalidade, a homossexualidade, ao aborto e às leis sobre obscenidade, que limitavam o direito à discussão pública de assuntos relacionados a sexualidade, e portanto, limitavam a liberdade dos indivíduos de amar livremente, de fazer suas próprias escolhas e poderem viver vivê-las abertamente em público.

A questão do amor livre<sup>64</sup> não é um ideal defendido somente por Emma Goldman, ao contrário, sempre fez parte da agenda anarquista, muito embora a compressão sobre a natureza do amor livre não fosse um entendimento consensual e pacífico. Amor livre, segundo Goldman, relaciona-se ao fato de que os indivíduos devem ser livres para amar qualquer pessoa a qualquer tempo, isto é, a possibilidade de amar e de ser amado/a com liberdade, de acordo com seus desejos. A defesa do amor livre no anarquismo relaciona-se diretamente à rejeição das normas burguesas, as quais, por meio do Estado e da Igreja, interferem diretamente na vida e nas relações pessoais, determinando comportamentos e empreendendo formas de controle.

Emma Goldman durante toda sua trajetória como militante anarquista defendeu o amor livre, e afirmou categoricamente no texto *“Marriage and love”* (1911), que todo “amor” genuíno seria “livre”<sup>65</sup>:

---

66). Para ele o amor entre um homem e uma mulher sempre foi mais forte do que as leis, do que todas as hipocrisias e reprovações relacionadas à prática do ato sexual (KROPOTKIN, 2007, p. 66-67), e dessa forma, por sua vontade não de permanecerem juntos, sem a necessidade de regulamentação de suas relações sexuais (KROPOTKIN, 2007, p. 70).

<sup>64</sup> Segundo Baigorria (2006, p. 9-11).), amor livre foi, durante muito tempo, o mesmo que união livre, isto é, uma união que não estaria sujeita nem a lei civil nem à religiosa. Na sociedade burguesa do século XIX a ideia de amor livre não era aceita, condenando-se enfaticamente o divórcio, instituindo-se o matrimônio como instituição indissolúvel pela lei civil, além de sagrada pela lei de Deus. Baigorria deixa claro que, no século XIX, quando se falava em amor livre, partia-se do pressuposto de que se tratava de uma união entre homem e mulher, sem levar em consideração a possibilidade de união entre indivíduos do mesmo gênero, estando desvinculado da concepção de liberação sexual que lhe seria associada no século XX. Segundo os anarquistas, o problema do casamento enquanto forma de união indissolúvel se apresenta quando surge o desejo por outra pessoa, que não o seu cônjuge, visto que não se trataria apenas da possibilidade de ter múltiplas relações sexuais, mas para o amar várias pessoas ao mesmo tempo, implicaria no questionamento do ideal de amor fomentado pela sociedade burguesa do século XIX, que legitimou o matrimônio monogâmico e a constituição da família tradicional.

<sup>65</sup> Bakunin afirma, em carta endereçada a seu irmão Pablo (1845), que amar é querer a liberdade, a completa independência do outro, pois só se pode amar a quem seja verdadeiramente livre e querer sua liberdade, ambos, quem ama e quem é amado devem ser inteiramente livres, inclusive um do outro: “ahora el hombre quiere la libertad en todas las acepciones y en todas las aplicaciones de esa palabra, o bien no la quiere de ningún modo; querer la dependencia de aquel a quien se ama es amar una cosa y no un ser humano, porque no se distingue el ser humano de la cosa más que por la libertad; y si el amor implicase también la dependencia, sería lo más peligroso e infame del mundo, porque sería entonces una fuente inagotable de esclavitud y de embrutecimiento para la humanidad” (BAKUNIN apud BAIGORRIA, 2006, p. 25).

Para Bakunin o amor pressupõe a igualdade, visto que “El verdadero amor solo puede existir entre iguales. El amor verdadero y real, expresión de una necesidad mutua e igualmente sentida, solo puede existir entre iguales. El amor del superior por el inferior es opresión, empequeñecimiento, desprecio, egoísmo, orgullo y vanidad triunfante en un sentimiento de grandeza basado sobre la humillación de la otra parte. Y el amor del inferior por el superior es humillación, corresponde a los miedos y esperanzas de un esclavo que espera de su dueño felicidad o desgracia (BAKUNIN, 1953, p. 85).

Amor livre? Como se o amor fosse outra coisa que não livre! O homem comprou cérebros, mas todos os milhões no mundo falharam em comprar o amor. O homem subjuguou os corpos, mas todo o poder na terra foi incapaz de subjugar o amor. O homem conquistou nações inteiras, mas todos os seus exércitos não puderam conquistar o amor. O homem acorrentou e agrilhoou o espírito, mas tem sido absolutamente indefeso diante do amor. Do alto de um trono, com todo esplendor e pompa que o ouro pode comandar, os homens são ainda pobres e desolados se o amor os perpassa. Mas quando fica, o casebre mais pobre irradia calor, cor e vida. E assim, o amor possui o poder mágico para fazer de um mendigo um rei. Sim, o amor é livre; não pode habitar outra atmosfera. Em liberdade se dá sem reservas, abundantemente, completamente. Todas as leis nos estatutos, todos os tribunais do universo, não podem arrancá-lo do solo, uma vez que o amor tenha fincado raízes. Entretanto, se o solo é estéril, como o casamento poderia fazê-lo fruir? É feita a última luta desesperada da vida breve contra a morte. (GOLDMAN, 2012, p. 127).

Em sua concepção de anarquismo fica evidente porque para Goldman o amor só pode ser livre, pois o anarquismo representa a possibilidade de os indivíduos viverem em completa liberdade de acordo com seus desejos individuais, gostos e inclinações<sup>66</sup>. Em suas palavras:

O anarquismo, então, realmente favorece a liberação da mente humana da dominação da religião, a liberação do corpo humano da dominação da propriedade, a liberação das cadeias e proibições do governo. O Anarquismo significa uma ordem social baseada no agrupamento livre dos indivíduos, com o propósito de produzir a verdadeira riqueza social, uma ordem que garantirá a todo ser humano acesso livre a terra e ao gozo completo das necessidades da vida, de acordo com os desejos individuais, gostos e inclinações (GOLDMAN, 2011, p.8).

---

<sup>66</sup> Malatesta, muito embora também tenha sido um defensor do amor livre, tinha um posicionamento peculiar acerca do amor e da liberdade. Ele acreditava que a todos devia ser dada a opção de se amar e se unir livremente “sem outro motivo além do amor, sem nenhuma violência legal, econômica ou física” (MALATESTA, 2012, p. 50). Entretanto, via na questão do amor livre alguns problemas, entre eles o fato de que o amor estaria relacionado a uma questão de interesses, pois a muitos era negada a possibilidade de amar livremente por estarem presos ao que considera escravidão política e econômica. Outro problema que identifica é a relação estabelecida entre amor e liberdade, que podemos considerar é um paradoxo: se amar pressupõe liberdade, “mesmo sendo a única solução que podemos e devemos oferecer, não resolve radicalmente o problema, pois o amor, para satisfazer-se, tem necessidade de duas liberdades que concordam e que frequentemente discordam; e deve-se levar em conta que a liberdade de fazer o que se quer é uma frase desprovida de sentido quando não se sabe o que querer algo”, ou seja, para haver liberdade e não haver sofrimento as vontades deveriam ser coincidentes, iniciando e terminando ao mesmo tempo (MALATESTA, 2012, p. 50). Segundo ele, o amor verdadeiro é sempre livre, e se há uma coabitação ou um casamento pode haver uma simulação de um amor, seja pela força ou pelo interesse, pela conveniência religiosa ou moral, mas jamais um amor verdadeiro (MALATESTA, 1975 p. 163). Para Malatesta, uma vez “asegurad a todos los medios para vivir convenientemente, dad a las mujeres libertad completa de disponer de su persona, destruid los prejuicios religiosos y demás, que vinculan a hombres y mujeres a una cantidad de conveniencias que se derivan de la esclavitud que la perpetúan, las uniones sexuales y serán hechas por el amor, durarán tanto cuanto dure el amor no producirán más que la felicidad de los individuos y el y bienestar de la espécie (MALATESTA, 1975 p. 163).

Embora no trecho destacado não se discuta especificamente a sexualidade ou a questão do amor livre, a passagem representa um dos princípios fundamentais do anarquismo, uma vez que preconiza que nenhuma autoridade externa deve governar ou determinar associações pessoais ou públicas das pessoas de modo que todos os "desejos, gostos e inclinações" devem ser respeitados. A ideia é que a todos os aspectos da vida devem ser reconstruídos, de acordo com os princípios da liberdade e autogoverno. Os anarquistas entendiam que se deve provocar uma revolução onde todas as formas de associação e desejo humanos seriam transformados, de modo que trabalho, relações de amor e amizade, consumo, arte, literatura, padrões de comportamento, isto é, todos os aspectos da vida devem ser mudados (KISSACK, 2008, p. 4-5).

A defesa do amor livre fez parte de suas palestras, relatando Goldman que um dos pontos mais relevantes dessa discussão dizia respeito a saber se a vida privada dos indivíduos devia ser controlada pelo Estado, isto é, se o Estado deve interferir na esfera de desejos dos indivíduos e determinar seu comportamento, configurando-se uma conexão entre política e repressão sexual. Em "*Light and shadows in the life of in avant-guard*" (1910) ela afirma

The debate as to whether collective regulation or free love will guarantee a healthy race was really nothing else than the question whether the State or the individual shall control human affairs (GOLDMAN, 1910, p. 126)<sup>67</sup>.

Essa interferência do Estado na esfera privada da vida dos indivíduos podia ser percebida através da obrigatoriedade do casamento, uma vez que, manter relações sexuais fora do casamento podia resultar em penalização de conduta, como relatado por Kissack (2008, p. 46), no caso de Lillian Harman, e Edwin C. Walker, que, em 1886, em Kansas, se uniram em uma cerimônia de amor livre não reconhecida pela Igreja nem pelo Estado; tal união gerou tamanha indignação na população local que ambos foram presos pelo crime de não santificação, isto é, coabitação indevida. Walker foi condenado a setenta e cinco dias de prisão e Harman a quarenta e cinco dias, sendo que o casal não deveria ser libertado até que pagasse a multa e custas dos tribunais. Eles passaram seis meses presos antes de concordarem com o pagamento.

---

<sup>67</sup> O debate sobre a regulamentação coletiva ou o amor livre garantirá uma raça saudável não é mais do que discutir a questão se o Estado ou o indivíduo é que deve controlar os relacionamentos humanos (GOLDMAN, 1910, p. 126) (Tradução livre).

Tal caso exemplifica claramente o que Goldman pensava, assim como outros anarquistas, que amor e sexo não eram destituídos de poder e desvinculados da política, visto que eram regulamentados por códigos morais, constituindo-se em uma forma de hierarquia e dominação, de forma que a repressão sexual era utilizada como uma ferramenta política, social e de opressão econômica (KISSACK, 2008, p. 31). Para ela

Emoções de amor e sexo estão entre as mais íntimas, intensas e sensíveis, expressões do nosso ser. Elas são tão profundamente relacionadas às características físicas e psíquicas individuais como um carimbo em cada caso de amor como um caso independente, diferente de todos os outros casos de amor. Em outras palavras, cada amor é resultado das impressões e características que duas pessoas envolvidas dão a isso. Toda relação de amor deve, por sua própria natureza, permanecer como um caso absolutamente privado. Nem mesmo o Estado, a Igreja, a moralidade ou as pessoas devem mediar isso (GOLDMAN, 1915?).

A partir da questão do amor livre pode-se identificar alguns desdobramentos que lhe são intrínsecos, quais sejam as críticas produzidas por Emma Goldman e outros anarquistas ao matrimônio, ciúmes e aos relacionamentos homoafetivos, que apesar de suas peculiaridades baseiam-se principalmente na necessidade da liberdade total dos indivíduos, de modo que as relações de natureza privada não devem sofrer qualquer intervenção por parte do Estado ou de outra instituição.

### 3.2.1 Casamento<sup>68</sup>

Emma Goldman, assim como outros anarquistas, rejeitava o casamento burguês como forma de contrato monogâmico indissolúvel, legitimado pela lei e santificado pela igreja, sob a justificativa de que esta instituição feria o princípio da liberdade. E uma das principais consequências desse casamento era a submissão da mulher ao domínio do marido, bem como a imposição social da procriação como fundamento do matrimônio. O casamento seria, antes de tudo, um arranjo econômico onde as partes envolvidas buscam auferir determinadas vantagens, além de ser uma das formas mais degradantes de relacionamento, principalmente

---

<sup>68</sup> Kropotkin ao tratar do casamento afirma que a união entre os indivíduos deve ser livre, isto é, “que os sentimentos do ser humano escapam a toda regulamentação e que deve existir a mais completa liberdade para que eles possam desenvolver-se completa e normalmente. Sejam menos puritanos e seremos mais francos. O proprietário, desejando transmitir a seus descendentes o fruto de suas rapinagens, modelou a família a fim de assegurar sua supremacia sobre a mulher e, para poder, em sua morte, transmitir seus bens a seus descendentes, foi preciso tornar a família indissolúvel. Embasada nos interesses e não na afeição é evidente que uma força e uma sanção eram necessárias para impedi-la de desagregar pelos choques ocasionados pelo antagonismo de interesses” (KROPOTKIN, 2007, p. 67-68).



para a mulher, visto que equivale a uma vida de parasitismo, onde a mulher submete-se aos caprichos e desejos do marido, anulando seus próprios desejos, tornando-se dependente economicamente e uma pessoa sem individualidade. Outra crítica que ela faz ao matrimônio burguês é justamente a associação feita entre amor e casamento, pois em seu entendimento, o amor não necessita de casamento e não é o casamento que faz surgir o amor entre duas pessoas. Para ela,

O matrimônio e o amor não possuem nada em comum; estão tão longe entre si como dois pólos, inclusive, antagônicos. [...] O matrimônio é antes de tudo um acordo econômico, um seguro que só se diferencia dos seguros de vida correntes no que é mais vinculador e rigoroso (GOLDMAN, 2012, p. 122).

A rejeição à instituição do casamento se dava sob a justificativa de que duas pessoas que se amam não precisam de permissão de outros para se relacionar sexualmente e a partir do momento que esse é seu desejo a sociedade não teria o direito de intervir. Para eles a união do homem e da mulher jamais deve ser considerada indissolúvel, como uma prisão que os condena a terminar suas vidas juntos, e se a união é fruto do livre arbítrio assim também deve ser seu fim (KROPOTKIN, 2007, p. 66). Rejeitar o casamento e destruir a família jurídica<sup>69</sup> permitiria tornar o sentimento do amor mais sólido e durável, pois seria baseado em uma vontade interior, no desejo dos indivíduos.

Um dos questionamentos de Goldman acerca do casamento é justamente entender como e sob quais argumentos essa instituição se perpetua, e ela afirma que em todos os tempos em que houve quaisquer formas de aprisionamento, mental ou física, o ser humano sempre buscou sua liberdade, porém em relação ao casamento isso não acontece. O casamento, que em sua opinião é uma forma de escravidão, uma instituição que se presta à dominação de uma pessoa pela outra, ao contrário de outras formas de repressão não é

---

<sup>69</sup> Bakunin defendia a abolição da família jurídica por entender que estava relacionada à questão da propriedade individual hereditária, e que nenhuma dessas instituições é compatível com a justiça humana (BAKUNIN, 1953, p. 246).

Por sua vez, Malatesta tem uma visão diferenciada: o amor deve ser livre, o casamento burguês deve ser extinto, porém a família deve ser preservada: “Temos que observar antes de qualquer coisa, que, a pesar do regime de opressão e de mentira que tem prevalecido e ainda prevalece na família, esta tem sido e continua sendo o maior fator de desenvolvimento humano, pois na família é onde o homem normal se sacrifica pelo homem e cumpre o bem pelo bem, sem desejar outra compensação que o amor do companheiro (a) e dos filhos” (MALATESTA, 2012, p. 51). Tanto é assim que no Programa Anarquista, de 1903, defende a “reconstrução da família, de tal forma que ela resulte da prática do amor, liberto de todo laço legal, de toda opressão econômica ou física, de todo preconceito religioso” (MALATESTA, 19?, p. 6). Reconhece a família como sendo o espaço da reprodução e da difusão de valores essenciais como a união e a solidariedade. A família deve ser livremente formada, ensinando a formação de uma vida pautada no bem-estar e na justiça social.

questionada, é inclusive defendida, e isso ocorre porque “as relações matrimoniais são a base da propriedade privada, a base do nosso sistema cruel e desumano” e é isto que “dá ao homem o direito e o poder sobre sua esposa, não apenas sobre seu corpo, mas também sobre suas ações, seus desejos; na verdade, sobre toda a sua vida” (GOLDMAN, 1897)

Em diversos textos Goldman explora a relação estabelecida entre amor e casamento, sendo que a fundamentação para o casamento é que traria segurança para a mulher, para as crianças, para a família e para o Estado. Entretanto, o casamento não assegura o amor, quanto mais a possibilidade de amor livre. Ela afirma que para que possa existir um amor de verdade esse deve pautar-se na liberdade, principalmente na liberdade da mulher, que livre da imposição do casamento pode amar um homem por suas qualidades e não pelo seu dinheiro, dinheiro este que garantiria a referida segurança. Além disso, afirma que o amor entre pessoas livres bastaria para garantir a segurança de uma criança:

Mas não é segurança para o amor; e sem o amor não pode existir um lar de verdade. Sem amor nenhuma criança deveria ser tida; sem amor nenhuma mulher de verdade pode estar relacionada a um homem. O medo de que o amor não seja uma segurança material suficiente para as crianças está desatualizado. Eu acredito que quando a mulher assinar sua própria emancipação, sua primeira declaração de independência vai consistir em admirar e amar um homem pelas qualidades de seu coração e mente e não pelas quantidades em seu bolso. A segunda declaração vai ser que ela tem o direito de seguir esse amor sem abandonar o mundo exterior ou se impedida por ele. A terceira e mais importante declaração será o direito absoluto à livre maternidade. Assim uma mãe e um igualmente livre pai garantem a segurança da criança. Eles tem a força, a firmeza, a harmonia para criar uma atmosfera dentro da qual a planta humana pode crescer e se tornar uma primorosa flor (GOLDMAN, 1908).

Para Goldman o casamento é uma instituição falida, criada com objetivos que não pode cumprir ou garantir, como a proteção da mulher e da prole dele originada. Não garante à mulher o reconhecimento como indivíduo, fazendo dela “uma parasita, uma dependente absoluta. Incapacita-a para a luta da vida, aniquila sua consciência social, paralisa sua imaginação, daí impõe sua graciosa proteção que na realidade é um artil, travestido a caráter humano”, e no que se refere à maternidade, que deveria ser natural e consequência do desejo da mulher, o casamento faz com que se torne mais uma forma de aprisionamento da mulher, o casamento a “contamina, ultraja, e corrompe”. Nesse sentido a maternidade é um contrassenso: a mulher torna-se mãe contra sua vontade muitas vezes e tem sua condição legalizada pelo casamento, ao passo que, se a mulher decide pela maternidade, sem estar casada, ela e sua prole são condenadas ao ostracismo social (GOLDMAN, 2012, p. 126).

No texto “*What I believe*”, de 1908, publicado originalmente no jornal New York World, considerando a ligação estabelecida entre amor e casamento, Goldman afirmou que

Marriage is an institution which furnishes the State and Church with a tremendous revenue and the means of prying into that phase of life which refined people have long considered their own, their very own most sacred affair. Love is that most powerful factor of human relationship which from time immemorial has defied all man-made laws and broken through the iron bars of conventions in Church and morality. Marriage is often an economic arrangement purely, furnishing the woman with a life-long life insurance policy and the man with a perpetuator of his kind or a pretty toy. That is, marriage, or the training thereto, prepares the woman for the life of a parasite, a dependent, helpless servant, while it furnishes the man the right of a chattel mortgage over a human life (GOLDMAN, 1908)<sup>70</sup>.

O casamento é um instrumento que permite ao Estado e à Igreja invadirem a esfera privada da vida das pessoas, e é em essência contrário ao amor, visto que se o amor é fator mais importante dos relacionamentos humanos. O casamento, enquanto convenção social e prescrição legal, ao invés de garantir a homens e mulheres uma vida com amor, prende-os em uma relação que pode ser considerada comercial, um “arranjo econômico” com consequências e papéis muito bem definidos para ambas as partes.

Portanto, a extinção do casamento<sup>71</sup>, e conseqüentemente da família jurídica, significa que ambos, homem e mulher, se tornam indivíduos livres para estabelecerem relações pessoais com quem desejarem, iniciando-as e terminando-as quando quiserem, sem a

---

<sup>70</sup> O casamento é uma instituição que fornece ao Estado e a Igreja uma tremenda renda e os meios de se meter na fase da vida que pessoas finas a muito consideram como propriamente sua, sua coisa mais sagrada. O amor é o fator mais poderoso no relacionamento humano que desde tempos imemoriáveis tem desafiado todas as leis feitas pelo homem e rompido com as grades de ferro das convenções na Igreja e da moralidade. O casamento é normalmente um puro arranjo econômico, provendo à mulher uma apólice de seguro de longa vida e ao homem um perpetuador de sua espécie e um bonito brinquedo. Ou seja, o casamento, ou o treinamento para isso, prepara a mulher para uma vida de parasita, uma dependente, desamparada servente, enquanto concede ao homem o direito sobre a hipoteca de um bem imóvel de uma vida humana. (GOLDMAN, 1908) (Tradução livre).

<sup>71</sup> Bakunin também defendia o fim do casamento burguês, afirmando que as uniões entre duas pessoas deviam ser baseadas no respeito mútuo e na liberdade de homens e mulheres que se amam, e livre de interferências do Estado. Para ele “al abolir el matrimonio religioso, civil y jurídico, restauramos la vida, la realidad y la moralidad del matrimonio natural basado exclusivamente sobre el respeto humano y la libertad de dos personas: un hombre y una mujer que se aman. Estamos convencidos de que al reconocer la libertad de ambos cónyuges a separarse cuando lo deseen, sin necesidad de pedir el permiso de nadie para ello —y al negar de la misma forma la necesidad de cualquier permiso para unirse en matrimonio, y rechazar en general la interferencia de cualquier autoridad en esta unión— los unimos más el uno al otro. Y estamos convencidos también, de que cuando ya no exista entre nosotros el poder coercitivo del Estado para forzar a los individuos, asociaciones, comunas, provincias y regiones a convivir en contra de su voluntad, habrá entre todos una unión mucho más estrecha, una unidad más viva, real y poderosa que la impuesta por el aplastante poder estatal (BAKUNIN, 1953, p. 246).

Ao referir-se ao amor e ao casamento, Malatesta equipara o casamento a condição de bordel, pois seja pelas adversidades da vida ou mesmo no casamento as mulheres acabam por prostituírem-se: “hoy sí que el mundo es un lupanar, porque las mujeres están obligadas a menudo a prostituirse, por hambre; y porque el matrimonio, con frecuencia contraído por puro cálculo de interés, es siempre en toda su duración una unión donde el amor o bien no entra de modo alguno o bien entra sólo como un accesorio” (MALATESTA, 1975, p. 163).

interferência do Estado e da Igreja, submetidos a leis que uniformizam e prescrevem comportamentos socialmente aceitáveis.

### 3.2.2 Ciúmes

Quando Goldman traz à discussão a temática do amor livre e do casamento ela defende com firmeza a particularidade de que as relações afetivas, de amor e de sexo, pertencem à esfera privada da vida dos indivíduos, devendo assim permanecer, livres da interferência do Estado e da Igreja, que proclamam o casamento como “o vínculo até a morte” e isso é aceito como o ético modo correto de vida e a ação correta (GOLDMAN, 1915?) e isentas das moralidades por eles instituídas. Ela também reconhece que isto não acontece, e que independentemente da vontade dos indivíduos suas relações, por mais íntimas que sejam, estão submetidas a normas, leis e regulamentos, de ordem moral, política e econômica, “fatores externos são absolutamente estranhos ao amor”, e que levam a “eternas contradições e conflitos entre o amor e a lei”, e que, desta forma, o amor que deveria ser livre é corrompido pelo casamento e pelo divórcio, pelo dinheiro e status social (GOLDMAN, 1915?).

Outro fator que segundo ela corrompe o amor é o ciúme, o qual, segundo ela, estaria relacionado ao surgimento da família monogâmica, que modificou radicalmente a forma com que os povos primitivos se relacionavam sexualmente, ou seja, constituindo como uma nova forma de sexo, resultado da domesticação e da propriedade das mulheres, criando o monopólio do sexo. No passado como não havia qualquer prescrição moral e legal sobre as relações sexuais entre homens e mulheres não poderia existir ciúme, porque este se fundamenta na “suposição de que certo homem tem o monopólio sobre o sexo de determinada mulher e vice-versa” (GOLDMAN, 1915?).

O ciúme é associado ao amor, como lhe sendo inerente<sup>72</sup>, além de inato ao ser humano, e segundo Goldman (1915?) “infelizmente não são apenas os casamentos conservadores que são afetados pelo ciúme com a noção de monopólio sexual; as chamadas

---

<sup>72</sup> Malatesta associa o ciúme ao amor, afirmando que “o amor é o que é. Quando se ama fortemente se sente a necessidade de contato, da posse exclusiva do ser amado. Os ciúmes, no melhor sentido da palavra, parecem formar e formam geralmente uma só coisa com o amor. Isto pode ser lamentável, mas não pode ser alterado arbitrariamente, nem tampouco segundo a vontade de quem sofre. Para nós o amor é uma paixão que engendra tragédias por si mesma. Estas tragédias, certamente, não se traduziriam mais em atos violentos e brutais se o homem tivesse o sentimento de respeito à liberdade alheia, se tivesse bastante controle de si para compreender que não se soluciona um mal com outro maior, e se a opinião pública não fosse, como hoje em dia, tão indulgente com os crimes passionais; mesmo assim, as tragédias não deixariam de ser menos dolorosas” (MALATESTA, 2012, p. 52).

uniões livres também são vítimas dele”. Quando ela coloca essa questão do ciúme em discussão ela vai muito além do fator “amor”, pois o ciúme seria derivado do monopólio sexual, que é uma invenção humana, “transmitido de geração em geração como um direito sagrado e como a base da pureza da família e do lar” (GOLDMAN, 1915?).

Esse ciúme se perpetua tendo em vista que, tanto a Igreja quanto o Estado, aceitam o monopólio sexual como sendo uma única segurança para o vínculo matrimonial, o que torna o ciúme como “uma arma legítima de defesa para a proteção do direito de propriedade” (GOLDMAN, 1915?). O ciúme torna o amor mais puro em algo abjeto, potencializador de tragédias, que ao ser associado positivamente ao amor e a fidelidade, legitima a violência e a coerção. Desta forma, não seria natural, mas derivado do sentimento de propriedade do homem sobre a mulher legitimando a noção de monopólio sexual.

Goldman também atribuiu ao ciúme o aspecto do “conceito do macho e da inveja do feminino”, correspondendo ao conceito do macho a concepção de que em matéria sexual ele “um impostor, um fanfarrão, que sempre se orgulha de suas façanhas e do sucesso com as mulheres”, um conquistador que deve agir de acordo com essa performance para corresponder ao desejo das mulheres de serem seduzidas, as quais, para não ferir o orgulho e a vaidade masculinas deve pertencer “apenas a um mestre”, ou seja, o ciúme nesse caso tem relação com a fidelidade feminina. Em contrapartida a “inveja do feminino”, embora também se relacione ao conceito de propriedade, não está vinculado ao orgulho e a vaidade, mas a um aspecto econômico, ou o que ela chama de “medo econômico por si mesma e pelas crianças”, de modo que o ciúme representa sua inveja da atratividade de outra mulher que possa roubar seu “macho” e retirar-lhe a segurança econômica, isto é, ameaçar seu “poder sobre sua propriedade preciosa” (GOLDMAN, 1915?). E o ciúme está de tal forma internalizado no imaginário social, fruto da interferência legal, religiosa e moral sobre o amor e vida sexual, retirando das relações afetivas e sexuais seu caráter natural, que se um homem ou uma mulher livres não interferirem ou inquietarem-se sobre as outras atrações da pessoa amada muito provavelmente sofreriam com os olhares e a reprovação da sociedade “alvo de fofocas ou piadas grosseiras ou imundas” pelo fato de permitirem “ao marido, esposa ou amantes o direito de seus próprios corpos e sua expressão emocional, sem fazer cenas de ciúmes ou ameaças selvagens a pessoas intrusas” (GOLDMAN, 1915?). Para Goldman seria possível que as pessoas vivessem seus afetos e relações sexuais livres dos ciúmes, pois reconhecer que ambos, homem e mulher são pessoas livres, independentes uma da outra, nenhuma exercendo qualquer forma de poder e controle sobre a outra, propiciaria a vivência de relações baseadas no amor:

Um escudo forte contra a vulgaridade do ciúme é que o homem e a mulher não são um só em corpo e espírito. Eles são dois seres humanos, com temperamentos diferentes, sentimentos e emoções. Cada um é um cosmos pequeno em si mesmo, absorto em seus próprios pensamentos e idéias. Isso é glorioso e poético se estes dois mundos se encontram em liberdade e igualdade. Mesmo que isso dure pouco tempo, já valerá à pena. Mas, no momento em que os dois mundos são forçados a ficar juntos, toda a beleza e o perfume cessam e nada mais que folhas mortas permanecem (GOLDMAN, 1915?).

O ciúme mantém viva a ideia de que a mulher é um objeto, propriedade legítima do homem, e, portanto, não possui individualidade, sendo reconhecida apenas em função de seu sexo, numa condição de inferioridade, não tem direito sequer a condição de humanidade, “devendo pagar por seu direito a existir” (GOLDMAN, 2015, p. 249). “Obviamente, então, o ciúme não é o resultado do amor” (GOLDMAN, 1915?).

### 3.2.3 Homossexualidade

Os anarquistas defendiam o amor livre. Amor livre como concebido pelos anarquistas é fundamentado na concepção anarquista de liberdade total dos indivíduos, daí a ideia de amor livre. Mas livre do que? Livre de qualquer tipo de imposição, convenção ou rótulos impostos por instituições como o Estado ou a Igreja, ou seja, pela própria sociedade. Daí a condenação do casamento, da posse, do ciúme, expressões da dominação e do controle de um indivíduo sobre outro. Amar livremente pressupõe a existência da liberdade individual antes de qualquer outra condição, liberdade ilimitada para homens e mulheres de amar quem quiserem, de constituírem uniões amorosas e sexuais espontaneamente, desvinculadas das normas estabelecidas pelo Estado e pela igreja, pois o amor é a principal força que guia e motiva todos os seres humanos e, justamente por isso, só pode ser livre. Mas o amor livre não era questão pacífica entre os anarquistas, ainda que fosse uma crítica à família burguesa e a instituição católica do casamento, estaria ligado ao amor como um sentimento natural, e como uma crítica institucionalização dos sentimentos, porém carregava ainda o estigma da monogamia, não estando relacionado à possibilidade de variação do número de parceiros, quanto mais se fossem do mesmo sexo.

Emma Goldman também defendia o amor livre, mas seu pensamento diverge em grande parte do pensamento de outros anarquistas, principalmente no que se refere ao amor livre que reconheça a possibilidade do estabelecimento de relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Como ela afirma no texto “*Marriage*” (1897) o que ela busca é “a

independência da mulher, seu direito de se apoiar; de viver por sua conta; de amar quem quer que deseje, ou quantas pessoas deseje”, e essa liberdade, esse direito ao prazer sexual deve ser para ambos os sexos. No século XIX condenava-se a homossexualidade, aí inclusos muitos anarquistas, ante o caráter de perversão e doença atribuído ao homossexual<sup>73</sup>. Ela teria sido a primeira mulher a defender o amor entre pessoas do mesmo sexo, afirmando que todos os indivíduos tem o direito de se relacionar como desejarem, e condenava veementemente o estigma de perversidade e doença associado à homossexualidade.

Se o episódio do atentado de Haymarket representou o ingresso de Goldman no movimento anarquista, o julgamento de Oscar Wilde em 1895, condenado pela prática de atos imorais com rapazes, foi fundamental para o interesse de Goldman na questão da homossexualidade. Ela admite que, embora fosse ignorante sobre psicologia sexual, seu conhecimento sobre homossexualidade restringia-se ao contato com homossexuais durante o período em que esteve na prisão, e ainda assim sentiu-se compelida a defender Oscar Wilde, pois, em suas palavras, “como anarquista, meu lugar sempre esteve com os perseguidos. Eu vi na perseguição e acusação de Oscar Wilde o reflexo da cruel injustiça e hipocrisia da própria sociedade que o enviou ao seu destino. Daí minha defesa dele” (GOLDMAN, 1923). Em sua autobiografia afirma que, embora vivesse em uma sociedade puritana, não poderia deixar de colocar-se em defesa de Wilde, afinal “nenhuma ousadia é necessária para protestar contra uma grande injustiça” (GOLDMAN, 2015, p. 196).

---

<sup>73</sup> O século XVIII traz consigo mudanças políticas, econômicas e sociais que atingem diretamente a vida das pessoas, alterando irremediavelmente a sociedade a partir de então. Há o surgimento do espaço urbano, que se transforma em um ambiente de preocupação, o qual deve ser controlado, instituindo-se saberes para fazê-lo, como o saber médico, que vai intervir e determinar novos padrões de comportamento, atingindo a esfera pública e a esfera privada da vida dos indivíduos. A burguesia nascente institui junto com a nova sociedade uma nova moralidade, que deve ser seguida. Segundo Foucault cria-se um discurso sobre a moralidade e sobre a sexualidade, e esse discurso, esse saber instituído legitima o controle sobre a sexualidade dos indivíduos. A sexualidade deixa a esfera privada e passa a ser controlada pela medicina, pelo Estado, estabelecendo comportamentos, determinando o que é saudável ou não, legal ou não. Dentro da esfera da sexualidade então passa-se a controlar, através da criação de um discurso, o que é aceitável ou não. A partir de então, comportamentos que não se enquadrassem dentro desse discurso eram entendidos como vícios, taras, como uma sexualidade anormal, desviante ou perversa. (FOUCAULT, 2017a, p. 44-45) A homossexualidade, considerada uma realidade humana das pessoas que tinham o impulso sexual voltado para o mesmo sexo, passa a ser marginalizada e estigmatizada pela sociedade, sendo punida inclusive na esfera jurídica. “Tomemos o caso da homossexualidade. Foi por volta de 1870 que os psiquiatras começaram a constituí-la como objeto de análise médica: ponto de partida, certamente, de toda uma série de intervenções e de controles novos. É o início tanto do internamento dos homossexuais nos asilos, quanto da determinação de curá-los. Antes eles eram percebidos como libertinos e às vezes como delinquentes (dai as condenações que podiam ser bastante severas – as vezes o fogo, ainda no século XVIII – mas que eram inevitavelmente raras). A partir de então, *todos* serão percebidos no interior de um parentesco global com os loucos, como doentes do instinto sexual. Mas, tomando ao pé da letra tais discursos e contornando-os, vemos aparecer respostas em forma de desafio: está certo, nós somos o que vocês dizem, por natureza, perversão ou doença, como quiserem. E, se somos assim, sejamos assim e se vocês quiserem saber o que nós somos, nós mesmos diremos, melhor que vocês. Toda uma literatura da homossexualidade, muito diferente das narrativas libertinas, aparece no final do século XIX: veja Wilde ou Gide. E a inversão estratégica de uma “mesma” vontade de verdade” (FOUCAULT, 2017b, p. 350).

O julgamento de Wilde evidencia a questão da homossexualidade e promove debates e discussões sobre a homossexualidade na virada do século XIX nos Estados Unidos e na Europa. E ainda que Goldman não fosse a única anarquista na defesa dos direitos dos homossexuais, para muitos anarquistas essa defesa baseava-se muito mais pela crítica a questão do policiamento e controle das relações sexuais promovidas pelo Estado e pela Igreja do que pelo direito de relacionarem-se livremente com pessoas do mesmo sexo. Segundo Kissack (2008, p.44), o julgamento de Wilde evidenciou o controle moral e físico que o Estado estava impondo como forma de regular as relações sexuais, através da implementação de leis mais rígidas; essa expansão do poder do Estado cuja busca era por um controle cada vez maior sobre a vida privada dos indivíduos, intensifica a rejeição dos anarquistas ao Estado, pois defendiam a ideia de que as pessoas tem o direito de escolher seus próprios parceiros, livres de interferência do Estado ou condenação social<sup>74</sup>.

De acordo com Kissack (2008, p. 17), os anarquistas, que ele denomina de radicais do sexo, tinham grandes preocupações com as questões éticas, sociais e culturais quanto ao lugar da homossexualidade dentro da sociedade, visto que essa questão está intrinsicamente vinculada à liberdade individual e ao poder do estado. Essa questão passa a ter importância para alguns anarquistas a partir do momento em que as relações afetivas e sexuais, inclusive entre pessoas do mesmo sexo, passaram a ser reguladas e controladas por policiais, médicos, clérigos e juízes, motivo pelo qual passaram a se manifestar contra o tratamento injusto deferido a gays e lésbicas.

Goldman, a partir de 1900, inclui em suas palestras a questão da homossexualidade, pois para ela as questões sobre a sexualidade dos indivíduos não devia ser separada do aspecto político, entendendo que a liberdade sexual, tanto para homens quanto para as mulheres, era essencial ao anarquismo<sup>75</sup>. Pode-se afirmar que suas convicções sobre a liberdade sexual sofrem influência direta dos trabalhos dos sexólogos do século XIX, como Havellock-Ellis,

---

<sup>74</sup> A política homossexual anarquista, para Kissack, evidencia-se pela crítica ao casamento, sob alegação de que nem representantes do Estado nem de outros órgãos reguladores devem ter qualquer autoridade sobre o relacionamento ou escolhas sexuais de "indivíduos soberanos". Desta forma quando Oscar Wilde foi preso, os anarquistas se levantaram em sua defesa porque já haviam concluído que a interferência do Estado nas relações entre membros de sexo o oposto ou do mesmo sexo era o problema. A política anarquista da homossexualidade teria surgido da rejeição ao casamento burguês (KISSACK, 2008, p. 186).

<sup>75</sup> Para alguns autores a escolha de Goldman pela defesa dos direitos dos homossexuais refletia as escolhas que fizera em sua vida, e nesse caso, teria defendido a questão da homossexualidade com mais veemência devido a um relacionamento homossexual que teria vivido com Almeda Sperry no ano de 1912(WEXLER, 1984; KISSACK, 2008; HEMMINGS, 2018). Entretanto, não é pacífico o entendimento de que ela tenha vivido tal experiência, pois as cartas preservadas que dão indícios de tal relacionamento são de autoria de Sperry, sendo que as respostas de Emma Goldman não foram encontradas. Curiosamente, embora esse relacionamento seja mencionado em algumas biografias de Emma Goldman, não há qualquer menção a Almeda Sperry e um eventual relacionamento entre ambas em sua autobiografia.



Krafft-Ebbing, além de Freud, que além de inspirarem seu pensamento, norteiam suas crenças na legitimidade de uma sexualidade que acaba validando seus próprios desejos sexuais. Em carta endereçada a Magnus Hirschfeld, Goldman declara

Later, I went to Europe, and there came upon the works of Havelock Ellis, Krafft-ebbing, Carpenter, and many others which made me see the crime against Oscar Wilde and his kind in a more glaring light. From that time on I used my pen and voice in behalf of those whom nature, herself, has destined to be different in their sex psychology and needs. Your works, Dear Doctor, have helped me much in shedding light on the very complex question of sex psychology, and in humanizing the attitude of people who came to hear me (GOLDMAN, 1923)<sup>76</sup>.

Entender a questão da psicologia sexual e incluir a discussão sobre homossexualidade em seus discursos permitiu não somente à Goldman tornar-se solidária e defender os direitos dos homossexuais, mas também fornecer elementos e informações que, segundo ela, humanizaram e sensibilizaram sua audiência (GOLDMAN, 1923).

Dentro do contexto político e social em que viveu nos EUA no final do século XIX, sua defesa dos direitos de gays e lésbicas representavam um grande avanço, porém Goldman não fica isenta de críticas devido a essa escolha. Em sua autobiografia pode-se perceber a importância que ela dava para a questão da homossexualidade, defendendo abertamente o direito dos homossexuais de se relacionarem de acordo com seus desejos e declara que a crítica foi proveniente de onde menos esperava, de seus camaradas, o que segundo ela teria fortalecido suas convicções (GOLDMAN, 2015, p.403):

A censura veio de alguns dos meus próprios camaradas, pois eu estava tratando de temas "anti-naturais" como homossexualidade. O anarquismo já era pouco compreendido, e anarquistas considerados depravados; era desaconselhável acrescentar à essa incompreensão tratando de formas sexuais pervertidas, eles argumentavam"(GOLDMAN, 2015, p.403)

Goldman teve seus primeiros contatos com as teorias sobre homossexualidade na Europa, quando estava buscando formar-se como enfermeira, e isso contribui para sua trajetória em defesa do direito dos homossexuais, pois ela “absorveu a visão de mundo do

---

<sup>76</sup> Mais tarde, fui para a Europa, e tive contato com as obras de Havelock Ellis, Krafft-ebbing, Carpenter e muitos outros que me fizeram ver o crime cometido contra Oscar Wilde e sua espécie sob uma luz mais clara. A partir desse momento usei minha caneta e minha voz em favor daqueles que a própria natureza destinou a serem diferentes em sua psicologia e necessidades sexuais. Seus trabalhos, Querido Doutor, ajudaram-me muito a ver com mais clareza a complexa questão da psicologia sexual e a humanizar a atitude das pessoas que vieram me ouvir (GOLDMAN, 1923) (Tradução livre).

sexólogo”, passando a entender os homossexuais como uma categoria distinta da humanidade, com identidade e que tinha manifestações psicológicas, sociais e culturais próprias (KISSACK, 2008, p. 135). Compreende-se a importância de suas leituras sobre psicologia sexual devido ao fato de que ela inclui esse discurso médico sobre a sexualidade em suas palestras, retirando da homossexualidade o caráter de perversidade que lhe era atribuído pela medicina (KISSACK, 2008, p. 136).

Se em determinado momento de sua vida Goldman considerava-se leiga sobre a questão da homossexualidade, defendendo o direito dos homossexuais sob o argumento de que relações e comportamentos consensuais que não causam danos aos outros não devem, de forma alguma, ser regulados, com o passar do tempo, devido a suas leituras sobre sexologia, seus argumentos tornam-se cada vez mais científicos, fazendo com que ela se torne uma autoridade no assunto, e perspectivas sociológicas e psicológicas passam a integrar o conteúdo de suas palestras (KISSACK, 2008, p. 139).

### **3.3 Emancipação da mulher**

O ato de emancipação significa independência, e relaciona-se à autonomia e à liberdade dos indivíduos. Falar em emancipação da mulher é reconhecer que há fatores que limitam sua liberdade e autonomia, e emancipá-la é torna-la livre do que a aprisiona e lhe estabelece limites. Emma Goldman declara que existia uma forma antiga de viver e de comportamento que eram destinados às mulheres e que a emancipação feminina busca justamente alterar essa forma antiga, extingui-la, dando origem a uma nova forma, mais justa, baseada na liberdade e na igualdade. E se o que se busca é a igualdade, seja entre mulheres, ou entre homens e mulheres, há que reconhecer-se que de alguma forma estabeleceram-se elementos que criaram artificialmente as condições de desigualdade as quais as mulheres sempre estiveram sujeitas. Um desses elementos que determinaram as desigualdades, e forjaram a submissão das mulheres é o casamento, que segundo Goldman,

Durante más de cien años, la vieja forma de matrimonio, basado en la Biblia, “*hasta que la muerte los separe*”, ha sido denunciado como una institución que mantiene la soberanía del hombre sobre la mujer, de su completa sumisión a sus caprichos y órdenes, y la absoluta dependencia de su nombre y manutención. Una y otra vez ha sido demostrado de manera concluyente que la antigua relación matrimonial restringe a las mujeres a un papel de sirviente del hombre y portadora de sus hijos. Y, no obstante, todavía encontraremos a muchas mujeres emancipadas quienes prefieren el matrimonio, con todas sus deficiencias, a las limitaciones de una vida

soltera: restringida e insoportable debido a las cadenas de la moral y los prejuicios sociales que pone trabas y ciñe su naturaleza (GOLDMAN, 2010, p. 88-89).

Essa ideia de inferioridade da mulher em relação ao homem, de que é seu papel comportar-se de maneira subserviente, de acordo com Goldman, é resquício de uma educação religiosa, imperativa, e deriva do fato de que não tínhamos superado o mito teológico de Adão e Eva, de que a mulher ser apenas um apêndice originado da costela do homem e, portanto, serve à sua conveniência (GOLDMAN, 2012, p. 123).

Goldman defendia a emancipação da mulher, porém isso não impediu que ela percebesse o significado e os efeitos dessa emancipação para as mulheres no final do século XIX e início do século XX. Muitas mulheres buscavam sua emancipação, principalmente no aspecto econômico, para se verem livre do jugo de seus pais, fossem mulheres da classe trabalhadora, empregadas nas fábricas, ou mulheres de classe média, que exerciam profissões que exigiam mais “cultura”, como professoras, médicas, advogadas ou engenheiras (GOLDMAN, 2010, p. 87). No texto “*The Tragedy of Woman’s Emancipation*”, publicado originalmente em 1906 na Revista *Mother Earth*, Goldman faz um crítica a emancipação permitida à mulher, perguntando-se “What has she achieved through her emancipation?” (O que ela conseguiu com sua emancipação?)(GOLDMAN, 1906, p. 10), que atingia os aspectos econômico e político, porém sem efetivamente permitir uma verdadeira emancipação de sua condição social, ao que ela ironicamente qualifica como “gloriosa independência!”:

My hopes also move towards that goal, but I hold that the emancipation of woman, as interpreted and practically applied today, has failed to reach that great end. Now, woman is confronted with the necessity of emancipating herself from emancipation, if she really desires to be free. This may sound paradoxical, but is, nevertheless, only too true (GOLDMAN, 1906, p. 10)<sup>77</sup>.

Quando afirma que houve uma emancipação no aspecto político faz uma ressalva sobre o que efetivamente isso significa, ao que responde: fora o direito de votar, em nada altera sua condição pessoal ou da política em si. Para ela

---

<sup>77</sup> Minhas esperanças também se movem em direção a esse objetivo, mas sustento que a emancipação da mulher, como interpretada e aplicada na prática hoje, não conseguiu atingir esse grande fim. Agora, a mulher é confrontada com a necessidade de emancipar-se da emancipação, se ela realmente deseja ser livre. Isso pode parecer paradoxal, mas é, no entanto, muito verdadeiro (GOLDMAN, 1906, p. 10) (Tradução livre).

Politics is the reflex of the business and industrial world, the mottos of which are: “To take is more blessed than to give”; “buy cheap and sell dear”; “one soiled hand washes the other.” There is no hope even that woman, with her right to vote, will ever purify politics (GOLDMAN, 1906, p. 11)<sup>78</sup>.

E no aspecto econômico deveria propiciar, no mínimo, igualdade entre homens e mulheres<sup>79</sup>, mas relata que essa suposta igualdade é uma farsa, pois ainda que possa escolher uma profissão a mulher sofre com a desigualdade, seja por sua compleição física, para competir em pé de igualdade no mercado de trabalho, seja pelo fato de serem preteridas em prol de colegas de profissão homens, questionadas quanto a sua capacidade em razão de seu gênero, ou mesmo o fato de exercerem dupla jornada, pois após a jornada de trabalho assumem seus encargos como dona de casa, mãe e esposa:

Emancipation has brought woman economic equality with man; that is, she can choose her own profession and trade; but as her past and present physical training has not equipped her with the necessary strength to compete with man, she is often compelled to exhaust all her energy, use up her vitality, and strain every nerve in order to reach the market value. Very few ever succeed, for it is a fact that women teachers, doctors, lawyers, architects, and engineers are neither met with the same confidence as their male colleagues, nor receive equal remuneration. And those that do reach that enticing equality, generally do so at the expense of their physical and psychical well-being. [...] In addition is the burden which is laid on many

<sup>78</sup> A política é o reflexo do mundo industrial e de negócios cujo lema é: “Tirar é muito melhor do que dar”; “comprar barato e vender caro”; “uma mão suja lava a outra”. Não há esperança que, mesmo a mulher, com o seu direito ao voto, alguma vez venha a purificar a política (GOLDMAN, 1906, p. 11) (Tradução livre).

<sup>79</sup> No que se refere à emancipação da mulher, Bakunin no texto “A mulher, o matrimônio e a família” afirma que somente pode ser alcançada a igualdade social entre mulheres e homens a partir do momento em que forem abolidas as leis, normas ou preceitos que considerem a mulher como sendo um ser inferior ao homem que a ele deve submeter-se (BAKUNIN, 1953, p. 246).

Malatesta, no texto “*No Café*”, afirma que as mulheres devem se consideradas como iguais, na busca de uma sociedade justa, pois pensar que a mulher é um ser inferior ao homem é o mesmo que equipará-la a condição de um bem ou coisa da qual se é proprietário: “Lo que únicamente puede explicar ese concepto suyo es que ustedes, por hábito inveterado, consideran a las mujeres como seres inferiores hechos y puestos en el mundo para servir de animal doméstico y de instrumento de placer para el señor varón. Usted considera la mujer como una cosa y supone que es preciso asignarle el destino que se asigna a las cosas. Pero nosotros, que consideramos a la mujer como un ser humano semejante a nosotros y que debe disfrutar de todos los derechos y de todos los medios de que goza o debe gozar el sexo masculino, encontramos simplemente vacía de sentido la pregunta: ¿qué haréis de las mujeres? Pregunte, más bien: ¿qué es lo que harán las mujeres?, y le responderé que harán lo que quieran y que, así como lo mismo que los hombres tienen necesidad de vivir en sociedad, es seguro que querrán convertirse con sus semejantes machos y hembras para satisfacer sus necesidades con la mayor ventaja propia y de todos” (MALATESTA, 1975, p. 161).

Kropotkin também defendia a emancipação da mulher, e afirma que “emancipar a mulher não é abrir-lhe as portas da universidade, dos tribunais e do parlamento. Pois é sempre sobre uma outra mulher que a mulher emancipada atira os trabalhos domésticos. Emancipar a mulher é livrá-la do trabalho embrutecedor da cozinha e da lavagem; é organizar-se de maneira que possa criar e educar os seus filhos, e assim lhe parecer, conservando sempre bastante tempo livre para tomar a sua parte na vida social. Isto se fará, já o dissemos, e começa já a fazer-se. Uma revolução que se decorasse com as mais belas palavras de liberdade, igualdade, solidariedade, mantendo ao mesmo tempo a escravidão do lar, não seria revolução. A metade da humanidade, submetida ainda à escravidão do lar e da cozinha, teria ainda que se revoltar contra a outra metade” (KROPOTKIN, 2011. p. 87).

women of looking after a “home, sweet home” — cold, dreary, disorderly, uninviting — after a day’s hard work (GOLDMAN, 1906, p. 11)<sup>80</sup>.

Essa emancipação a que se refere Goldman, antes de libertar a mulher, produz uma nova forma de escravidão, e atinge sua humanidade e sua moral, uma vez que promove nessa mulher uma divisão, entre o que ela deseja e o que deve ser. Essa independência conquistada a duras penas, e que ainda lhe mantém na condição de inferioridade frente ao homem, gera também angústias, medos e inseguranças, frente ao novo e ao velho papel social que lhe são impostos, a mulher trabalhadora também quer ser amada, mas que não quer se novamente aprisionada, quer sua emancipação mas também quer ser mãe, mas e lhe apavora que sua condição de esposa e mãe lhe incapacite para o trabalho.

The narrowness of the existing conception of woman’s independence and emancipation; the dread of love for a man who is not her social equal; the fear that love will rob her of her freedom and independence; the horror that love or the joy of motherhood will only hinder her in the full exercise of her profession — all these together make of the emancipated modern woman a compulsory vestal, before whom life, with its great clarifying sorrows and its deep, entrancing joys, rolls on without touching or gripping her soul (GOLDMAN, 1906, p. 12)<sup>81</sup>.

Goldman jamais escusou-se da defesa da emancipação da mulher, nem mesmo quando criticada por outras mulheres, em especial as feministas e as sufragistas, ao contrário, tentou alertar a todas de que a emancipação que haviam conquistado, presente nas relações econômicas e de trabalho e na esfera política pela conquista do voto não lhes garantia uma emancipação real, completa, o reconhecimento como indivíduo que tem direito a relacionar-se livremente consigo e com os demais, de acordo com seus desejos. Essa emancipação deveria

---

<sup>80</sup> A emancipação trouxe a igualdade econômica da mulher ao homem; isto é, ela pode escolher sua própria profissão e comércio; mas seu treinamento físico passado e presente não a equipou com a força necessária para competir com o homem, e é frequentemente obrigada a exaurir toda a sua energia, esgotar sua vitalidade e forçar todos os nervos a alcançar um valor no mercado. Muito poucas conseguem, pois professoras, doutoras, advogadas, arquitetos e engenheiros não recebem a mesma confiança que seus colegas homens, nem remuneração igual. E aquelas que alcançam essa igualdade atraente, geralmente o fazem à custa de seu bem-estar físico e psíquico. [...] Além disso, há o fardo que muitas mulheres devem suportar, de cuidar de um “lar, doce lar” - frio, triste, desordenado, pouco convidativo - depois de um árduo dia de trabalho (GOLDMAN, 1906, p. 11) (Tradução livre).

<sup>81</sup> A estreiteza da atual concepção de independência e emancipação da mulher; o pavor do amor por um homem que não é seja de sua classe social; o medo de que o amor roube sua liberdade e independência; o horror de que o amor ou a alegria da maternidade a incapacitem para o pleno exercício de sua profissão - todos esses fatores juntos fazem da mulher moderna emancipada uma “vestal” para quem a vida, com suas grandes tristezas esclarecedoras e alegrias profundas e arrebatadoras, passa sem tocar ou comover sua alma (GOLDMAN, 1906, p. 12) (Tradução livre).

surgir no interior de cada mulher e não se apenas uma concessão de direitos externos a suas vontades

Salvation lies in an energetic march onward towards a brighter and clearer future. We are in need of unhampered growth out of old traditions and habits. The movement for woman's emancipation has so far made but the first step in that direction It is to be hoped that it will gather strength to make another. The right to vote, or equal civil rights, may be good demands, but true emancipation begins neither at the polls nor in courts. It begins in woman's soul (GOLDMAN, 1906, p.17)<sup>82</sup>.

Em sua concepção a emancipação da mulher devia ir mais além, romper as fronteiras com o passado, com essa ordem que mantinha a mulher em condições de submissão, e que isso só poderia ocorrer quando essa mudança fosse fruto de sua luta, de maneira similar ao que acontece com qualquer classe oprimida

History tells us that every oppressed class gained true liberation from its masters through its own efforts. It is necessary that woman learn that lesson, that she realize that her freedom will reach as far as her power to achieve her freedom reaches. It is, therefore, far more important for her to begin with her inner regeneration, to cut loose from the weight of prejudices, traditions, and customs. The demand for equal rights in every vocation of life is just and fair; but, after all, the most vital right is the right to love and be loved. Indeed, if partial emancipation is to become a complete and true emancipation of woman, it will have to do away with the ridiculous notion that to be loved, to be sweetheart and mother, is synonymous with being slave or subordinate. It will have to do away with the absurd notion of the dualism of the sexes, or that man and woman represent two antagonistic worlds (GOLDMAN, 1906, p. 17)<sup>83</sup>.

Goldman ao defender a emancipação da mulher denuncia, durante toda sua trajetória, a opressão de gênero, a que estão sujeitas, sejam pobres ou ricas, jovens ou velhas, trazendo à

---

<sup>82</sup> A salvação está em uma marcha enérgica em direção a um futuro mais brilhante e mais claro. Precisamos de um crescimento livre das velhas tradições e hábitos. O movimento pela emancipação da mulher até agora tem sido apenas o primeiro passo nessa direção. É de se esperar que ele ganhe força para dar o próximo passo. O direito de votar, ou a equiparação dos direitos civis, podem ser boas demandas, mas a verdadeira emancipação não começa nem nas urnas nem nos tribunais. Ela começa na alma da mulher (GOLDMAN, 1906, p. 17) (Tradução livre).

<sup>83</sup> A história nos diz que toda classe oprimida alcança sua verdadeira libertação frente a seus mestres através de seus próprios esforços. É necessário que a mulher aprenda esta lição, que ela perceba que sua liberdade alcançará até onde seu poder de alcançar sua liberdade alcança. É, portanto, muito mais importante para ela começar com sua regeneração interior, libertar-se do peso dos preconceitos, tradições e costumes. A exigência de direitos iguais em cada aspecto de sua vida é justa e razoável; mas, afinal de contas, o direito mais vital é o direito de amar e ser amada. De fato, se a emancipação parcial que ser uma completa e verdadeira emancipação da mulher, deve deixar de lado a ridícula noção de que ser amada, ser querida e mãe, é sinônimo de ser escrava ou subordinada. Deve deixar de lado a noção absurda do dualismo dos sexos, ou que homem e mulher representam dois mundos antagonicos (GOLDMAN, 1906, p. 17) (Tradução livre).

tona discussões referentes à educação sexual, a exigência da virgindade feminina, o direito a amar livremente e ao prazer sexual, a obrigatoriedade do casamento e o divórcio, o controle de natalidade e a questão da maternidade consciente e a questão da prostituição; temas polêmicos que resultaram em sua condenação, tanto em natureza moral quanto jurídica e física, tendo sido presa diversas vezes por sua ousadia em palestrar sobre tais assuntos (GOLDMAN, 2015, p. 413).

Emancipar a mulher é permitir que ela tenha a liberdade de amar, livre da submissão ao poder masculino, que a transforma em propriedade pessoal livre das exigências tradicionais da virgindade, do casamento e da maternidade, e da mesma forma que o amor não deve tornar-lhe uma propriedade não lhe dá direito sobre ninguém. A mulher emancipada deve ser reconhecida por si mesma, merece ser tratada de acordo com o mérito de seu trabalho, e não apenas em função de seu sexo, um dos motivos pelos quais Goldman critica o casamento e a prostituição, ambas situações que escravizam a mulher sexualmente devido à sua necessidade de sobrevivência, com a diferença de que o casamento é legalizado, ou seja, em ambos os casos a inferioridade econômica e social da mulher é a responsável por sua condição (GOLDMAN, 2011).

A diferença que pode ser observada entre Goldman e outros anarquistas, no que se refere à emancipação da mulher, está nos fatores que são identificados por ela como limitadores de sua liberdade, e que a condenam a condição de submissão. Embora todos os anarquistas entendam que o casamento é um dos fatores que permitem a dominação do homem sobre a mulher, Goldman identifica também a questão da maternidade e da sexualidade, uma vez que para outros anarquistas (considerando como exemplos Bakunin, Malatesta e Kropotkin), a submissão da mulher estaria relacionada à sua condição de esposa, devidamente legalizada pelo casamento, e, portanto, ela estaria aprisionada a essa condição e as que dela derivassem, como aos serviços domésticos e aos filhos. Entretanto, parece que, embora a defesa desses anarquistas acerca da emancipação da mulher diga respeito à livrar-lhes da obrigatoriedade dos papéis de mãe, esposa e dona-de-casa, os quais lhe foram reservados por uma estrutura do tipo patriarcal e redimensionados, posteriormente, por uma organização social burguesa, isto é, pelo casamento, no entanto, essa emancipação não seria completa, pois ainda permaneceriam a condição da maternidade e da família, porém baseados numa ordem natural e não jurídica.

Emma Goldman vai defender a emancipação da mulher não só frente ao casamento e ao serviço doméstico, mas principalmente a ideia de que a mulher teria liberdade de escolher seu destino e, portanto, a possibilidade de desenvolver suas potencialidades, pois a

emancipação deve ser da “alma”, e não apenas do corpo da mulher. Libertar-lhe a alma permite-lhe fazer escolhas individualistas, sem a angústia de responder a padrões e cobranças sociais como a maternidade e a imperatividade de uma opção sexual heteronormativa, o que significa a possibilidade de uma união livre, baseada no amor e na liberdade, garantindo-lhes o direito de escolha e de prazer. Para Goldman emancipar a mulher é também permitir-lhe optar pela maternidade, conscientemente, livremente, e não entendê-la como consequência natural de uma união, ainda que livre.

Wexler (1984) mostra que a defesa de Goldman sobre a questão da emancipação da mulher vai muito além do que teriam proposto Kropotkin e Bakunin por exemplo, pois teriam negligenciado a questão da mulher enquanto uma especificidade. Goldman inova justamente por mostrar que a questão da emancipação da mulher não deve ser deixada para depois que a revolução fosse feita, mas que o sucesso da revolução, do movimento dependia da participação de uma mulher emancipada, livre. Em uma publicação de julho de 1897, no jornal anarquista *The Firebrand*, Emma Goldman expõe claramente o que entende por emancipação da mulher e o que isso representa para o movimento anarquista, mas antes, o que isso representa para as mulheres:

I demand the independence of woman; her right to support herself; to live for herself; to love whomever she pleases, or as many as she pleases. I demand freedom for both sexes, freedom of action, freedom in love and freedom in motherhood. Do not tell me that all this can only be accomplished under Anarchy; this is entirely wrong. If we want to accomplish Anarchy, we must first have free women at least, those woman [sic] who are economically just as independent as their brothers are, and unless we have free women, we cannot have free mothers, and if mothers are not free, we cannot expect the young generation to assist us in the accomplishment of our aim, that is the establishment of an Anarchist society (GOLDMAN, 1897)<sup>84</sup>.

O que Goldman entende é justamente que a emancipação da mulher está relacionada a todos os aspectos de sua vida, abrangendo “seu direito de se sustentar; viver para si mesma; para amar quem ela quiser, ou quantas pessoas ela quiser” e essa liberdade que ela considera fundamental constitui-se como liberdade de ação, liberdade no amor e liberdade na

---

<sup>84</sup> Eu exijo a independência da mulher; seu direito de se sustentar; viver para si mesma; para amar quem ela quiser, ou quantas ela quiser. Eu exijo liberdade para ambos os sexos, liberdade de ação, liberdade no amor e liberdade na maternidade. Não me diga que tudo isso só pode ser realizado sob a anarquia; isso é totalmente errado. Se quisermos realizar a Anarquia, precisamos primeiro ter mulheres livres, pelo menos aquelas mulheres que são economicamente tão independentes quanto seus irmãos e, a menos que tenhamos mulheres livres, não podemos ter mães livres, e se as mães não são livres, não podemos esperar que a nova geração nos ajude na realização do nosso objetivo, que é o estabelecimento de uma sociedade anarquista (GOLDMAN, 1897).



maternidade. A liberdade das mulheres segundo ela é imprescindível para a construção da nova ordem social; a emancipação para a mulher significa, no mínimo, a possibilidade de serem economicamente independentes como os homens e, a necessidade de serem ao mesmo tempo mães livres, para propiciarem à geração mais jovem uma educação libertária, com objetivo de construir-se uma sociedade anarquista.

A diferença do pensamento de Goldman, tanto para o de outros anarquistas, como também para o das feministas e sufragistas, era justamente o fato de acreditar que a independência feminina não ocorreria como consequência de melhoras econômicas, como entendiam os socialistas, que acreditavam que a abolição do capitalismo fortaleceria instituições tradicionais como a família, casamento e maternidade, ou através do sufrágio como defendiam as sufragistas, que permitiria o empoderamento da mulher. Ao contrário, Goldman sempre afirmou que instituições como casamento e maternidade aprisionavam a mulher, e não seria o voto que a libertaria dessas prisões. E através de uma análise mais profunda, mais subjetiva, afirmava que para uma emancipação verdadeira necessitavam de uma mudança interior, de uma nova forma de pensar, que lhes permitisse perceber que estavam sujeitas a uma tirania, porém que essa tirania residia muita mais em seu âmago do que fora delas.

### 3.3.1 Maternidade

A questão da maternidade é uma questão que, segundo o pensamento de Emma Goldman, não está desvinculada da questão do amor livre, do casamento e da emancipação da mulher. Diferentemente de outros anarquistas<sup>85</sup>, Goldman entendia que a maternidade não poderia ser uma obrigação, mas sim uma opção da mulher. A maternidade que ela põe em discussão não é o desejo que a mulher tem de tornar-se mãe. O que ela questiona é a forma sob a qual a maternidade foi construída e é imposta socialmente: como um desejo natural, como forma constituição da mulher como ser completo, como legítima apenas se ocorrer

---

<sup>85</sup> Bakunin, Kropotkin e Malatesta eram favoráveis à emancipação da mulher, ao fim do casamento e a possibilidade de amor livre. Porém, ainda que defendessem tais questões nenhum deles desenvolve argumentos tão claros acerca do que representa a maternidade livre e o amor livre para uma mulher como Emma Goldman o faz. Ela argumenta e demonstra o que representam efetivamente ambas as coisas para uma mulher enquanto mulher, e não apenas como indivíduo que deve ser livre como preconiza o anarquismo. Certas questões como a maternidade e o controle de natalidade devem ser analisadas ante suas especificidades, e como isso reflete na vida da mulher que luta por sua emancipação. Bakunin e Malatesta, por exemplo, falam em emancipar a mulher e libertá-la da obrigação de cuidado com os filhos, cabendo a educação destes a comunidade, todavia isso não livra a mulher da gravidez obrigatória e de seus riscos – não tratam a gravidez como uma opção para a mulher.

dentro do casamento. E questiona também o que representa essa construção social da maternidade dentro da sociedade burguesa, como garantia da prole como herdeira legítima da propriedade. É o que se depreende quando ela afirma que a independência da mulher deve ser completa: “liberdade de ação, liberdade de amor e liberdade na maternidade” (GOLDMAN, 1897).

Na biografia “*Emma Goldman: an intimate life*” (1984) Wexler afirma que casamento e maternidade não faziam parte dos desejos de Goldman, ainda que ela ansiasse por encontrar um grande amor, pois um dos seus maiores temores sempre foi o de ser dependente ou dominada por outra pessoa, e no caso da dominação entendia que a maternidade por sua finalidade era uma forma de dominação e de limite à liberdade da mulher, que deveria abrir mão de seus desejos em função da responsabilidade de educar sua prole. Goldman afirma em sua autobiografia “*Vivendo minha vida*” (1931), que, por mais que desejasse ter filhos, abre mão da maternidade pela causa anarquista:

[...] Ele havia tocado no velho desejo por uma criança. Mas eu havia silenciado a voz dessa criança pelo bem do universal, da paixão que absorvia tudo em minha vida. Homens se consagravam a ideais e ainda assim eram pais. Porém a parte física com que o homem participa num criança é apenas momentânea; a da mulher é de anos, anos de absorção num único ser humano, a ponto da exclusão do resto da humanidade. Eu jamais abriria mão de uma pela outra (GOLDMAN, 2015, p. 113)

Um dos problemas que Goldman percebia na maternidade era justamente sua vinculação ao casamento e a justificativa de que essa instituição traria segurança para a mulher e sua prole, e tem relação direta com o aspecto econômico e social: econômico frente à obrigação de dever e cuidado, e social frente à possibilidade de exclusão se a maternidade não for derivada de um casamento legal. Se a maternidade deve ser apenas um desejo da mulher sua garantia deveria ser o amor e a própria liberdade, e não a sanção de um casamento, pois muitas vezes isso pode representar um paradoxo: tem-se a legitimação de uma maternidade indesejada dentro de um casamento e a condenação da mulher e de seu filho quando a maternidade é fruto de um amor havido fora do casamento (GOLDMAN, 2012, p. 126). Em seu entendimento o que gera a responsabilidade para com os filhos não é o casamento, mas sim o amor, e somente sob a ordem do amor é que se formarão verdadeiros homens e mulheres (GOLDMAN, 2012, p. 126): “assim uma mãe e um pai igualmente livre garantem a segurança da criança. Eles tem a força, a firmeza, a harmonia para criar uma

atmosfera dentro da qual a planta humana pode crescer e se transformar em uma primorosa flor” (GOLDMAN, 1908).

Se o casamento representa segurança para a mulher e seus filhos não representa qualquer segurança para amor. E a maternidade para Goldman deve estar relacionada ao amor e não ao casamento: “sem o amor não pode existir um lar de verdade. Sem amor nenhuma criança deveria ser tida; sem amor nenhuma mulher de verdade pode estar relacionada a um homem” (GOLDMAN, 1908). Portanto, a mulher tem o direito absoluto à livre maternidade.

A maternidade na visão de Emma Goldman, além de ser uma imposição social à mulher e, conseqüentemente uma limitação à sua liberdade, seria ela própria um empecilho à construção de uma nova ordem social. No entendimento de Goldman, para a construção dessa nova ordem social seria necessária a participação da mulher, mas de uma mulher emancipada, livre em todos os sentidos, consciente da necessidade da mudança para que se efetivasse essa nova ordem social, anarquista, baseada na liberdade de todos os indivíduos, inclusive dela própria. Porém, a maternidade na forma que estava constituída não permitia essa mudança, uma vez que a mãe, ainda que inconscientemente, influencia todos os aspectos da formação de seus filhos, inculcando-lhes o sentimento de posse, trata-os como sendo sua propriedade, privando-os de qualquer independência (WEXLER, 1984, p. 195). A maternidade deveria garantir a liberdade das crianças, e com isso, formar indivíduos livres. Goldman afirmou em uma de suas palestras, em 1915, que a mulher, se não for emancipada, totalmente livre, acaba por tornar-se inútil para o homem, pois o homem é reflexo da educação que a mãe lhe provê:

A mulher é a primeira influência em sua vida, a primeira a cultivar seu orgulho e arrogância. Irmãos e mulheres se seguem nos passos da mãe, para não mencionar as amantes, que completam o trabalho começado pela mãe. A mulher é naturalmente perversa, argüentei desde o nascimento de seu filho homem até que ele chegue a uma idade madura, a mãe não deixa de fazer nada para amarrá-lo a ela. No entanto ela odeia vê-lo fraco e anseia pelo homem viril. Ela idolatra nele os traços que ajudam a escravizá-la – sua força, seu egoísmo e sua vaidade exagerada. As inconsistências de meu sexo mantêm o pobre macho oscilando entre o ídolo e o bruto, o querido e a besta, a criança desamparada e o conquistador de mundos. Quando ela aprender a ser tão auto-centrada e determinada quanto ele, quando ela conseguir a coragem para mergulhar na vida como ele faz e pagar o preço, ela alcançará sua libertação e incidentalmente o ajudará a tornar-se livre (GOLDMAN, 2015, p. 404).

Segundo Goldman, os sentimentos e impressões dos filhos são fruto de sua relação com a mãe, e “é ela quem instiga o amor pela conquista e pelo poder nos seus filhos” (GOLDMAN, 2012, p. 106), e, portanto, só uma mulher livre pode compreender a

necessidade de criar seus filhos em liberdade, indispensáveis para a formação de uma nova sociedade, caracterizada pela liberdade do indivíduo de toda forma de autoridade e opressão, com a conseqüente extinção de qualquer forma de Estado, e que seja baseada na cooperação entre indivíduos conscientes, livres e capazes de se autogerir. Em sua visão, a maternidade e emancipação da mulher são questões entrelaçadas, pois só uma mulher completamente livre pode formar filhos livres.

### 3.3.2 Controle de natalidade

Emma Goldman foi pioneira na defesa do controle de natalidade, incluindo esse assunto na pauta de suas palestras. Sofreu duras críticas por isso, até mesmo por parte de outros anarquistas, inclusive por abrir espaço para tal discussão na revista *Mother Earth* (GOLDMAN, 1916, p. 450). Sua experiência como enfermeira foi uma das causas que despertou seu interesse sobre o assunto, despertando-lhe a consciência para o fato de que as mulheres deveriam ser educadas sobre métodos contraceptivos, visto as conseqüências que uma gravidez indesejada pode trazer para a mulher, como o ostracismo social e as conseqüências de um aborto mal sucedido. Via o controle de natalidade como uma alternativa a tais situações.

No texto “*An urgent appeal to my friends*”, publicado em 1916 na Revista *Mother Earth*, Emma Goldman expõe as razões de sua defesa do controle de natalidade, afirmando que se trata de um assunto extremamente relevante por estar relacionado diretamente à questão de vida e morte de muitas pessoas, inclusive aquelas que são perseguidas e presas por ousarem discutir essa questão, que é considerada um tabu para muitos (GOLDMAN, 1916, p. 450). Seu objetivo ao discutir a questão do controle de natalidade está associado a uma questão de saúde pública, pois representa uma preocupação tanto para a saúde da mulher quanto para a saúde de seus filhos. Em “*My arrest and preliminary hearing*”, publicado na mesma edição, ela apresenta dois exemplos que elucidam a necessidade do controle de natalidade:

It is, however, to prevent such terrible social crimes as is demonstrated for instance, in the suicide of a mother of eleven children and pregnant with the twelfth because she could not endure the strain and anxiety of ministering to the wants of a large brood of helpless offspring. Or in the recent tragedy quoted from Chicago where a young girl committed suicide because in her pregnant condition she could not face the persecution and obloquy from society. These are only two examples of thousands that have come to my

notice during the twenty-five years of my public activity and which led me to take up the question of Birth Control (GOLDMAN, 1916, p. 429)<sup>86</sup>.

O controle de natalidade teria impacto direto na qualidade de vida, na saúde da mulher, proporcionando-lhe bem-estar físico e mental, e na de seus filhos, uma vez que tais conhecimentos lhe permitiriam entender e resguardar-se por um determinado período entre cada gravidez permitindo-lhe de dar o melhor atendimento para as crianças que já teve haja vista o esgotamento físico causado por repetidas gestações (GOLDMAN, 1916, p. 470).

Outro aspecto inovador em seu pensamento e que contribui para a emancipação da mulher é o fato de que os homens também devem estar cientes da necessidade do controle de natalidade, e devem ser responsáveis por ele tanto quanto as mulheres, representando uma grande mudança nas relações que se estabelecem entre ambos. Se em tempos antigos homens viam as mulheres como objeto, retirar-lhe a responsabilidade por inúmeras gestações consecutivas permite que as mulheres ocupem seu lugar na luta social, participando ativamente na busca por uma nova sociedade, participação que fica restrita se à mulher cabe a função de gestar, partir e lavar fraldas (GOLDMAN, 1916, p. 471).

A necessidade do controle de natalidade era necessária segundo Goldman justamente pela realidade das mulheres que ela pode observar em sua época, mulheres trabalhadoras que eram responsáveis pelo sustento de seus filhos e não somente pelo cuidado e educação, mulheres que eram discriminadas pela condição da maternidade, e que na visão de muitos conservadores deveriam permanecer em casa. Para centenas ou milhares delas uma vida sexual sem métodos contraceptivos seria a certeza futuro sombrio, ou a ausência de futuro, pois a ocorrência de uma gravidez indesejada traria consigo a necessidade um aborto, muitas vezes realizados por pessoas incompetentes em locais inadequados, levando à sua morte (GOLDMAN, 1916, p. 472).

O controle de natalidade, ao contrário do que muitos afirmavam, não representa a falta de moralidade das mulheres, mas sim o fato de que a mulher está consciente de que prevenir inúmeras gestações garante para si e para seus filhos uma vida melhor, e a possibilidade da construção de uma nova sociedade (GOLDMAN, 1916, p. 473). Assim como no casamento, o

---

<sup>86</sup> É, no entanto, para prevenir tais crimes sociais tão terríveis como é demonstrado, por exemplo, no suicídio de uma mãe de onze filhos e grávida do décimo segundo porque ela não podia suportar a tensão e a ansiedade de atender às necessidades de uma grande prole indefesa. Ou na recente tragédia citada em Chicago onde uma jovem se suicidou porque, em sua condição de grávida, não podia enfrentar a perseguição e o desprezo da sociedade. Estes são apenas dois exemplos entre milhares que chegaram ao meu conhecimento durante os vinte e cinco anos de minha atividade pública e que me levaram a abordar a questão do controle da natalidade (GOLDMAN, 1916, p. 429) (Tradução livre).

Estado não deveria interferir na vida pessoal da mulher, normatizando, disciplinando e controlando seu corpo; a maternidade e o controle de natalidade deveriam ser opções da mulher e ela tinha direito a tais informações, motivo pelo qual insere essa temática em suas palestras (GOLDMAN, 2015, p. 413). Para ela o controle de natalidade deixara de ser uma questão meramente teórica para se tornar “uma fase importante da luta social, que podia avançar mais com ações do que com palavras” (GOLDMAN, 2015, p. 414).

Goldman, portanto, defendia o controle de natalidade e o direito de falar sobre o controle de natalidade, condenando veementemente o controle exercido pelo Estado sobre essas questões. Defender o controle de natalidade era colocar-se contra esse sistema opressor, que subjuga a mulher, ao que Goldman afirmou jamais se renderia, ainda que fosse presa e processada. O controle de natalidade representa para ela a possibilidade de livrar as mulheres do jugo de uma gravidez forçada, trazendo consigo a ideia de uma nova maternidade: a maternidade livre (GOLDMAN, 1916, p. 475).

Outros anarquistas como Bakunin, Kropotkin e Malatesta muito embora defendessem a emancipação da mulher não trataram dessa questão de maneira específica como Goldman, e muito menos abordaram a questão do controle de natalidade como uma das formas de promover a emancipação da mulher.

### 3.3.3 Sufrágio feminino

O sufrágio universal<sup>87</sup> está associado à democracia, forma de governo na qual o poder pertence ao povo, e representa a possibilidade que os cidadãos têm de participar da soberania

---

<sup>87</sup> Bakunin era contrário a qualquer forma de governo e condenava o sufrágio universal, pois segundo ele qualquer que fosse o representante do povo nunca iria representar realmente a vontade popular, mas uma vez no poder defenderia apenas seus próprios interesses. Defensor da ação direta, entendia que a política constituída dentro de um Estado, sob a opressão de um Governo e de uma determinada classe, não pode ser o objeto da transformação, e portanto, o sufrágio não possibilitaria a mudança necessária para a construção de uma nova ordem social. Para ele o sufrágio universal foi a forma encontrada para permitir a exploração de uns pelos outros (BAKUNIN, 1953, p. 84). O sufrágio é a negação da liberdade, pois constitui-se como forma de controle sobre o povo. Afirma Bakunin: “Confieso abiertamente, querido amigo, que no comparto la supersticiosa devoción de sus burgueses liberales o sus republicanos burgueses por el sufragio universal... *Mientras el sufragio universal se ejerza en una sociedad donde el pueblo, la masa de trabajadores, está ECONÓMICAMENTE dominada por una minoría que controla de modo exclusivo la propiedad y el capital del país, por libre e independiente que pueda ser el pueblo en otros aspectos o parezca serlo desde el punto de vista político, esas elecciones realizadas bajo condiciones de sufragio universal solo pueden ser lusorias y antidemocráticas en sus resultados, que invariablemente se revelarán absolutamente opuestos a las necesidades, a los instintos y a la verdadera voluntad de la población*” (BAKUNIN, 1953, p. 152). E mais: “A mi juicio está claro que el sufragio universal constituye la manifestación más amplia, y al mismo tiempo más refinada, de la charlatanería política estatal; es sin duda alguna un instrumento peligroso, que exige de quienes lo utilizan una gran habilidad y competencia, pero que al mismo tiempo, si esas personas aprenden a utilizarlo, puede convertirse en el medio más seguro para hacer que las masas cooperen a la construcción de su propia cárcel” (BAKUNIN, 1953, p. 155).

de um Estado, de forma direta ou indireta. Corresponde ao direito que os cidadãos têm de, através do voto, escolher seus representantes.

Emma Goldman entendia que a democracia, como qualquer outra forma de governo instituído, impõe limites às liberdades individuais, e que não corresponde ao ideal de democracia, pois deveria garantir efetivamente o gozo das liberdades individuais. Em “*O indivíduo, a sociedade e o Estado*” (2007) ela afirma que as instituições democráticas, além de não inspirarem mais confiança no povo, interferem diretamente em sua individualidade, entendendo-se a individualidade como “a consciência do indivíduo de ser o que é, e de viver esta diferença”. Entretanto, na democracia a individualidade não é vista com bons olhos, uma vez que essa forma de governo prima pela uniformização de pensamento, visando garantir a autoridade do governo (GOLDMAN, 2007, p. 14). A democracia seria uma forma de governo criada para legitimar o domínio de uma minoria sobre a maioria, forjada sob a lógica do governo do povo, que só pode ocorrer mediante a representação política: o povo consente, pois é convencido da necessidade de ser governado, por não ser capaz de se autogerir ante a ideia de que a natureza do indivíduo é ser mau (GOLDMAN, 2007, p. 10). Toda forma de governo então, incluída a democracia, segundo a teoria anarquista, propicia a subordinação dos indivíduos, prescrevendo normas, regras e comportamentos que devem ser seguidos, sendo incompatível com a ideia de liberdade individual absoluta, necessária para a instituição de uma nova ordem social, livre de qualquer forma de governo e dominação (GOLDMAN, 2011, p. 7).

O sufrágio universal na perspectiva de Goldman pode ser considerado como um fetiche, dando ao indivíduo a ilusão de liberdade ao permitir sua participação na política (GOLDMAN, 2012, p. 106). O sufrágio corresponde ao instrumento que põe em prática, que movimenta a política, e produz a ilusão de participação dos indivíduos no governo. E a

---

Para Kropotkin o sufrágio universal, ainda que um direito garantido ao povo, serve apenas para “defender a burguesia governante contra as usurpações do poder e da aristocracia, não são mais que um instrumento nas mãos das classes dominantes para manter *seu* poder sobre o povo” (KROPOTKIN, 2005, p. 45), e foi criado para essa finalidade, qual seja o de favorecer as classes governantes e seus interesses, sem jamais atender aos interesses dos governados. “Ele é uma arma excelente para manter sua dominação, mas absolutamente impotente contra os privilégios da burguesia” (KROPOTKIN, 2005, p. 46).

Malatesta afirma que o sufrágio universal é uma farsa, uma ilusão quanto à emancipação dos indivíduos: “Háyalo o no previsto la burguesía, desde que ha concedido al pueblo el derecho de sufragio, lo cierto es que tal derecho ha resultado siempre, en toda ocasión y en todo lugar, ilusorio y bueno tan sólo para consolidar el poder de la burguesía, engañando a la parte más exaltada del proletariado con la esperanza remota de poder escalar las alturas del poder. Aun con el sufragio universal, y, hasta podríamos decir: sobre todo con el sufragio universal, el gobierno ha continuado siendo el gendarme de la burguesía. Si fuera cosa distinta, si el gobierno adoptase una actitud hostil, si la Democracia pudiera ser otra cosa que un medio de engañar al pueblo, la burguesía, amenazada en sus intereses, se aprestaría a la rebelión sirviéndose de toda la fuerza y toda la influencia que la posesión de la riqueza le proporciona para reducir al gobierno a la función de simple gendarme puesto a su servicio” (MALATESTA, 1975, p. 196).

política segundo ela, é um obstáculo à emancipação humana, ao permitir a exploração de uma classe por outra. A política burguesa impede o crescimento humano, e para alcançar a emancipação os indivíduos devem opor-se à maquinaria política, com objetivo de causar a grande transformação social (GOLDMAN, 2011, p. 8).

Sua crítica ao sistema político se estende ao sufrágio universal, que ao contrário de ser uma garantia de liberdade não garante nada aos indivíduos nada, nem a igualdade, nem a liberdade, assegurando apenas os interesses da classe dominante, de modo que todas as conquistas dos indivíduos não são frutos do sufrágio universal, mas frutos de reivindicações e lutas constantes (GOLDMAN, 2010, p. 127). E em relação à emancipação da mulher sua crítica ao sufrágio feminino se torna ainda mais significativa, justamente por entender que o sufrágio não garante a efetiva liberdade da mulher.

Emma Goldman foi criticada pelas sufragistas, e ao contrário destas, entendia que a havia uma contradição no movimento sufragista, uma vez que direito ao voto não implicaria numa transformação social. Não seria o sufrágio feminino que garantiria a emancipação da mulher, pois a verdadeira emancipação deveria começar em sua alma, só assim poderia livrar-se das condições que lhes oprimia. A verdadeira emancipação só seria possível a partir do desejo de liberdade e da busca pela própria dignidade (GOLDMAN, 2015, p. 404)

O grande problema identificado por Goldman no movimento pelo sufrágio feminino era o fato de basearem seus argumentos na superioridade moral das mulheres, e que isso implicaria automaticamente numa melhora social a partir do momento em que estivessem inseridas no universo da política, e com isso poderiam livrar a sociedade dos males que a afligiam. Goldman não via problemas no simples fato de as mulheres reivindicarem o direito ao voto, equiparando-se aos homens, mas os via no fato de acreditar que a mulher melhoraria a política, promovendo uma renovação onde os homens haviam falhado. Tanto é assim que, segundo ela, nos países em que o voto feminino já fora instituído não houve mudanças significativas nas condições de vida das mulheres. E o que, segundo ela, as mulheres não conseguiam perceber era o fato de que o sufrágio não era um direito, representando na verdade uma nova forma de “escravidão”, pois da forma como foi criado apenas mascarava o fato de que, mesmo votando, não haveria alteração das condições políticas, econômicas e sociais a que todos estavam sujeitos, especialmente as mulheres (GOLDMAN, 2012, p. 107-108).

Os anarquistas em geral desprezavam o sufrágio universal por representar uma ilusão, por fazer os homens acreditarem que seu o estabelecimento garantiria a liberdade dos povos, porém o que faz de melhor é garantir o benefício de uma minoria dominante frente a uma



maioria escravizada. Bakunin, Kropotkin e Malatesta entendem justamente que o sufrágio universal constituiu-se como uma farsa justamente por fazer o povo acreditar que, com essa concessão, permitiu-se sua participação no governo. Ledo engano. Para eles qualquer governo, independentemente de sua procedência oprime o povo, e tanto pior quando legitimado ante o fundamento de ser do povo e para o povo.

Goldman não foi considerada a maior inimiga da América por um simples capricho ou implicância da sociedade norte americana ou de seus governantes. Como anarquista, a defesa dos princípios do anarquismo – fim do capitalismo, fim do Estado, fim da religião e liberdade dos indivíduos – já teria bastado para que considerassem suas ideias perigosas para a solidez da sociedade. Porém, o fato de ter se tornado uma oradora de grande expressividade, cujas ideias alcançavam milhares de pessoas, bem como a natureza das causas que agrega ao anarquismo tornam seus discursos ainda mais temerários na concepção dos governantes, pois remexiam nas mais profundas bases da sociedade vigente. Ao agregar temas considerados tabus para a sociedade – como a liberação sexual da mulher e a homossexualidade, e o questionamento da maternidade e o incentivo ao controle de natalidade – ela percebe, de maneira muito mais realista, a necessidade de determinadas ações, que considerava políticas, para que se pudesse alcançar efetivamente a liberdade dos indivíduos, isto é, permitir que as pessoas vivessem suas vidas livres do controle do Estado e da Igreja.

Ainda que ao longo do tempo se pensamento tenha sido usado quase que exclusivamente como fundamento para os movimentos feministas, na verdade, seus argumentos desenvolvem-se com muito mais profundidade que os argumentos de outros anarquistas, seja no que se refere ao amor livre ou à emancipação da mulher, pois ao tratar do amor livre os anarquistas em sua maioria deixam de analisar a questão da homossexualidade, pregando o amor livre heterossexual. No que se refere ao casamento, este é rejeitado de pronto pelos anarquistas ante o argumento de que o Estado e a Igreja não devem interferir nas relações pessoais dos indivíduos, entretanto, analisam apenas o aspecto de que as uniões devem ser livres, tanto para homens quanto para mulheres, porém deixam de analisar as consequências do casamento e das relações livres para as mulheres, como por exemplo, a maternidade. No que se refere à maternidade, ainda que anarquistas como Bakunin, Kropotkin e Malatesta afirmassem que a responsabilidade pela educação das crianças deixasse de ser obrigação da mulher, cabendo o cuidado a toda a comunidade, ainda assim viam a gravidez como uma coisa natural, consequência de uma união livre entre homem e mulher, porém não viam a maternidade como uma forma de aprisionamento ou como uma opção das mulheres.

A questão da homossexualidade foi muito controversa entre os anarquistas, ante o caráter de perversão e doença atribuído pela medicina, mas para Goldman tratava-se de uma minoria que era diferente dos demais, e, portanto, deviam ter o direito de se relacionar livremente, da mesma forma que os heterossexuais, deveriam poder escolher com quem se relacionar, independentemente do sexo de seus parceiros. Recebeu duras críticas por este fato, de seus camaradas anarquistas, que consideravam temerário seu posicionamento em defesa dos homossexuais.

Mas Goldman era uma mulher que viveu de maneira intensa e conforme sua própria vontade, levando a efeito a liberdade de escolher caminhos e amores, o que parece ter refletido na escolha das causas que defendeu, dando origem a um pensamento político muito diferente do pensamento de outros anarquistas, seus contemporâneos, que fizeram com que fosse considerada uma mulher visionária. Reduzir seu pensamento aos aspectos relacionados ao feminismo seria simplificá-lo. Ao contrário, analisar os aspectos limitadores da emancipação feminina foi possível a ela porque viveu as experiências de uma mulher da classe trabalhadora em um período e local em que a limitação da liberdade das mulheres era específica, pois ainda que os homens sofressem limitações à sua liberdade, não eram atingidos pelo casamento de forma tão enérgica quanto as mulheres, consideradas como propriedade dos maridos e amarradas ao serviço doméstico; ou pela imposição de fidelidade, que atingia muito mais intensamente a mulher, sendo tolerada a infidelidade masculina; ou pela maternidade, que atribuía à mulher a responsabilidade pela criação dos filhos; ou mesmo pelo ideal da participação política, que permitia o voto aos homens, mas não às mulheres; mas em sua visão, a maior fonte do aprisionamento da mulher era a própria mulher, criada pela e para a subjugação, pois repetia na educação de seus filhos as formas de dominação a que estiveram sujeitas.

Nossa intenção neste capítulo foi mostrar que a relevância do pensamento político de Emma Goldman para a Ciência Política reside justamente no fato de que ela mostrou o quanto os temas acima apresentados estão intrinsecamente relacionados à política, pois é por meio da normatização e regulamentação destes aspectos da vida “individual” e íntima dos cidadãos e cidadãs que os governos buscam exercer controle direto e indireto sobre a vida pública e privada de todos indivíduos. Emma Goldman é considerada por muitos como uma mulher visionária, tendo sido extremamente sensível a questões que, em sua época, eram consideradas tabu, e essa sensibilidade permitiu que identificasse, antes que outros pensadores políticos, questões que eram a principal fonte de controvérsia social e política, e que discutir tais questões poderia fundamentar uma mudança substancial na sociedade e política.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Emma Goldman, mulher, feminista e anarquista foi também uma pensadora que desenvolveu uma reflexão aguda a respeito de conceitos fundamentais para a Ciência Política e, também, sobre temas que mostrou que são políticos – porque são objeto de conflito entre indivíduos, grupos, classes, Estado e sociedade, tais como: amor livre; casamento; ciúmes; homossexualidade; emancipação da mulher; maternidade; controle de natalidade e sufrágio feminino. O fato de ter sido abertamente “engajada” tanto no feminismo quanto no anarquismo poderia sugerir que seus textos sobre a política pudessem ser acusados de mera propaganda, já que não partiram de uma perspectiva “neutra” a respeito dos temas tratados.

Porém, na medida em que o contextualismo social – elaborado e aplicado por Neal Wood e Ellen Wood – foi capaz de mostrar que mesmo autores canônicos como Sócrates, Aristóteles e Platão eram – além de “pensadores” ou “teóricos” da política – partidários no conflito político – social, cultural, econômico e ideológico – do período em que viveram e escreveram, foi possível inverter a direção do questionamento e pensar que, se os autores que se pretendem “neutros” não deixam de tomar partido e, importante, isso não inviabiliza sua reflexão no conjunto; também aqueles autores e autoras abertamente “engajados” são capazes de pensar racional e logicamente a respeito de suas realidades sociais, culturais e políticas.

Nossa proposta foi analisar se Emma Goldman poderia ser considerada uma *autora* – uma pensadora política ao lado dos autores “clássicos” – cujo pensamento político poderia ser considerado relevante para a Ciência Política. Considerando que ela não tinha formação acadêmica, mas era uma “militante”, uma oradora abertamente “propagandista” do anarquismo e do feminismo, o objetivo era mostrar que existia, nos seus escritos, um “pensamento político”, quer dizer, uma reflexão sobre a “política”, que, embora não fosse tão sistemática como precisa ser uma “teoria política” – sistemática e exaustiva – continha considerações e reflexões que mereceriam ser consideradas na compreensão da realidade política do seu tempo e do nosso. De fato, um pensamento político está sempre diretamente relacionado com a experiência e ação dos seres humanos reais que pensam e agem num período e local específico.

O fato de Emma Goldman ser considerada publicista, panfletária ou propagandista significa que ela produziu reflexões sobre sua realidade vinculadas a uma *práxis* – da mesma forma que outros autores clássicos o fizeram. Isso não invalida a existência de uma reflexão ou pensamento político considerado “racional” – que não objetiva apenas “defender” um ponto de vista, mas parte da reflexão sobre a política real para pensar suas relações lógicas.

Assim, tal como Ellen Wood e Neal Wood mostraram, outros autores que refletiram sobre a política o fizeram por estarem organicamente ligados às suas realidades sociais – culturais, políticas e ideológicas. Emma Goldman pensou sobre a “política” de sua época e lugar, a partir de uma perspectiva singular – de uma mulher, estrangeira, trabalhadora, feminista e anarquista. Mas suas afirmações eram feitas por serem “verdadeiras” para ela e não porque visavam levar seu público a agir emocionalmente e sem reflexão. Seu convite era para quem pensassem de outra perspectiva sobre o que significava viver em sociedade e quais eram as possibilidades e limites colocados pela situação presente que poderiam ser repensados e alterados pela ação política.

Utilizar o método do contextualismo social para proceder à leitura e análise dos textos, livros e cartas de Emma Goldman, além de sua autobiografia e biografias, nos possibilitou compreender o desenvolvimento do seu pensamento político, pois permitiu que percebêssemos a relação orgânica e imbricada entre o pensamento político e as práticas políticas e sociais reais a que ela estava vinculada. Como mostramos no primeiro capítulo, ao contextualizar socialmente sua vida e suas obras – respondendo às questões propostas por Neal Wood (1978) e sistematizadas em tabelas por Silva (2016) – o contexto social em que viveu influenciou diretamente suas percepções e conclusões sobre a sociedade em que viveu, abrangendo os aspectos social, econômico, político e ideológico que predominavam naquela época específica.

Com base em seus escritos e nos relatos sobre sua vida pessoal pudemos mostrar que – como escreveram Neal Wood e Ellen Wood – qualquer autora ou autor, ao escrever, o faz a partir de suas experiências, dos ideais políticos e intelectuais com os quais estão engajados, uma vez que suas reflexões estão organicamente ligadas à realidade em que vivem – o que se aplica ao pensamento político de Emma Goldman. Seus textos, embora não se configurem como uma teoria política sistematizada, possuem uma dimensão política também no sentido de que ela foi uma pessoa engajada nas lutas e conflitos reais de seu tempo e lugar (WOOD, 2011, p.31-32, tradução livre). Mas isso não inviabilizou sua “reflexão” racional a respeito dos temas e problemas que pretendeu entender e explicar.

A construção e a fundamentação do pensamento político da autora são fruto de suas experiências pessoais – uma mulher, judia, trabalhadora, estrangeira – bem como de sua atuação como militante e oradora anarquista – na defesa das mais diversas causas como o anarquismo e a defesa dos direitos das mulheres – como pudemos identificar quando analisamos em seus escritos os temas referentes ao amor livre, casamento, ciúmes, homossexualidade, e as questões afetas à emancipação da mulher, como a maternidade,

controle de natalidade e o sufrágio feminino. Emma Goldman não foi a única anarquista a abordar tais temas, todavia quando comparamos seu pensamento com o de outros anarquistas como Bakunin, Kropotkin e Malatesta, pudemos perceber que os argumentos desenvolvidos por ela apresentam maior perspicácia e mais intensidade na análise, em contrapartida aos argumentos genéricos apresentados pelos pensadores anarquistas abordados.

Quando no segundo capítulo no propusemos a mostrar que a autora, assim como outros autores “clássicos” da política, realizou uma reflexão a respeito dos conceitos considerados relevantes para a Ciência Política – Estado, Poder, Política e Governo – o objetivo foi, por meio da análise de seus textos, ensaios e livros problematizar e perceber em que medida ela desenvolveu um pensamento político. Mostramos que ela se preocupou em pensar sobre esses conceitos e incluí-los em seus escritos – de modo que podemos afirmar que ela possui um pensamento político que, como tentamos explicitar, pode ser considerado relevante para a Ciência Política. As conclusões que a autora chega em suas análises sobre tais conceitos – Estado, Poder, Política e Governo – estão claramente alinhadas com as análises anarquistas de Bakunin e Kropotkin. Ainda que ela parta de sua convicção ideológica, isso não invalida seu pensamento político que não é uma reprodução do pensamento de Bakunin ou de Kropotkin, mas apresenta-se como as conclusões a que ela própria chega a partir de sua reflexão sobre a política de seu tempo – e sobre a “política” em geral, buscando as relações lógicas entre causas e efeitos, que ela tenta mostrar na sua argumentação.

No terceiro capítulo buscamos mostrar a profundidade de sua análise em relação a diversos temas que não são contemplados por parte significativa dos “clássicos”, mas que são também políticos – por serem fruto de conflito social e político – tais como a liberdade individual (absoluta), o amor livre, o casamento, o ciúme, a homossexualidade, a emancipação da mulher, a maternidade, o controle de natalidade e o sufrágio feminino.

Inserir sua obra no contexto social mostrou a importância de Emma Goldman ter sido uma “mulher” que se posicionou a favor do “feminismo” e do “anarquismo”, pois ter vivido essa realidade permitiu que refletisse seriamente, racionalmente e profundamente sobre a “política” a partir de um ponto de vista diverso dos autores homens, brancos e heterossexuais de seu tempo, independentemente de filiação ideológica. O fato de que seu pensamento parte de outra perspectiva é o que torna suas obras fundamentais para a compreensão da “política” de seu tempo e, também, para alguns aspectos da política atual. O contextualismo social, para o qual o que importa e deve ser considerado é o conjunto de autor e obra dentro do contexto social em que esta foi produzida mostra que ser mulher, judia, trabalhadora, anarquista e

feminista, e devido as experiências que viveu, as obras Emma Goldman não poderiam ter sido escritas de outra forma ou por outra pessoa. Sua obra foi fruto de suas experiências vividas e tais experiências levaram-na a perceber de forma peculiar os aspectos políticos, econômicos, sociais e ideológicos na sociedade em que viveu e que reverberaram na forma que foram por ela problematizados.

A leitura de seus textos nos mostrou que, em resposta a nossa hipótese, Emma Goldman tem um “pensamento político” que merece ser lido e estudado atualmente, pois a despeito da paixão e do aspecto ideológico que a autora deixa transparecer em seus textos, ou mesmo pelo fato de que seu posicionamento político influenciou a escolha das questões por ela abordadas, percebeu-se que sua reflexão sobre temas como Estado, Poder, Política e Governo, e sobre a liberdade individual (absoluta), o amor livre, o casamento, o ciúme, a homossexualidade, a emancipação da mulher, a maternidade, o controle de natalidade e o sufrágio feminino, constituem uma reflexão racional e consistente, produzida por ela na busca legítima de uma verdade. Trata-se de um “pensamento político” produzido por uma mulher comprometida com seus ideais e com os problemas sociais de seu tempo cujo maior desejo era ajudar na construção de uma nova sociedade, uma sociedade anarquista. Partindo de sua realidade, ou seja, da perspectiva de uma pessoa que viveu suas experiências como integrante da classe dominada, que era uma mulher que questionava a obrigação de obedecer e acatar as normas (morais e legais), produzidas e disseminadas pela classe dominante, que passou a maior parte de sua vida engajada na militância anarquista na tentativa de atingir tal objetivo.

Durante muito tempo o pensamento político de Emma Goldman esteve relegado ao ostracismo, resgatado pelas feministas somente na década de 1970, e um dos motivos que talvez tenha mantido seu pensamento na marginalidade, além do fato de ser mulher e anarquista, é que ela aproximou a vida emocional e privada, o pensamento e a reflexão, e o universo da política. Quando Goldman abordou temas como a liberdade individual (absoluta), o amor livre, o casamento, o ciúme, a homossexualidade, a emancipação da mulher, a maternidade, o controle de natalidade e o sufrágio feminino ela o fez justamente porque para ela não havia separação entre o pessoal e o político, e a liberdade sexual era essencial para sua teoria do anarquismo, mas considerados tabu pela sociedade de sua época.

Não podemos negar que Bakunin, Kropotkin e Malatesta abordaram os temas relacionados ao anarquismo e à liberdade individual absoluta dos indivíduos, e em suas abordagens fizeram considerações sobre o amor livre, o casamento, a maternidade e a emancipação da mulher. Porém, analisando os textos de todos eles, e os textos de Emma Goldman, foi possível perceber que os argumentos dos três anarquistas homens, brancos e

declaradamente heterossexuais, ainda que discutam essas questões apenas o fazem superficialmente, sem aterem-se ao que realmente significam essas questões para que a mulher possa realmente emancipar-se. Questões como o amor livre quando analisadas por eles não abordam a questão da homossexualidade; a maternidade em suas concepções não aparece como uma escolha da mulher, mas como uma consequência natural de uma união livre por amor, e a liberdade da mulher da maternidade restringe-se à educação das crianças, que seria responsabilidade da comunidade anarquista. Outro ponto que não aparece nos textos deles é a questão do controle de natalidade, e talvez isso se deva ao fato de considerarem a maternidade como uma coisa natural.

Emma Goldman foi extremamente sensível às questões relacionadas à liberdade individual (absoluta), o amor livre, o casamento, o ciúme, a homossexualidade, a emancipação da mulher, a maternidade, o controle de natalidade e o sufrágio feminino, o que fez com que fosse considerada como uma iconoclasta e uma mulher à frente de seu tempo. Mas o que percebemos aqui é que ser uma mulher à frente de seu tempo era fruto das experiências a que estava sujeita, o que a tornou uma vanguardista na análise de tais questões.

Goldman desde muito jovem desenvolveu uma percepção peculiar sobre a violência e o controle exercido pelos homens sobre as mulheres, o que pode inferir de suas relações com seu pai e professores ainda na Rússia, quando era apenas uma criança, contando com 7 ou 8 anos. Aos 15 confronta a autoridade do pai quando lhe impõe a necessidade do casamento, afirmando que somente se casaria por amor, ameaçando se matar conseqüente emigrar para os Estados Unidos. Sua percepção do casamento, se na juventude na Rússia lhe parecia absurdo por estar desvinculado do amor, quando toma conhecimento da teoria anarquista já nos EUA, acaba definindo-o como um arranjo econômico, uma forma ignóbil de relacionamento, que submete a mulher ao controle do marido em troca de segurança econômica, e que garante ao marido o poder sobre a mulher além de garantir-lhe uma prole legítima. Entende que o casamento era uma instituição a ser combatida por representar o controle sobre a vida das pessoas, seja na relação entre marido e mulher, seja na relação do indivíduo com o Estado, que normatiza e determina o padrão de comportamento adequado para a vida das pessoas, interferindo inclusive na esfera mais íntima das relações, na vida sexual das pessoas. Associada a suas análises sobre amor livre podemos relacionar o casamento, a homossexualidade, a questão da maternidade, do sufrágio feminino e do controle de natalidade, sendo que todas são afetadas à questão da emancipação da mulher.

As dificuldades econômicas que atravessa logo que chega aos EUA e os conhecimentos que adquire na prisão sobre enfermagem, despertam nela a consciência da

necessidade de especializar-se em uma profissão visando garantir uma situação econômica mais confortável. As diversas vezes que esteve presa influenciaram diretamente em seu posicionamento político, isto é, nas causas que ela vai defender de maneira obstinada: o controle de natalidade; o amor livre; a homossexualidade; o direito à liberdade de expressão, entre outras. O exercício da enfermagem na periferia de Nova York mostra a ela a realidade cruel a que uma mulher estava sujeita, em especial da mulher pobre, branca ou negra, estrangeira, condições que somadas só tendem a piorar a situação dessa mulher. A miséria em que vivem, o desemprego, a falta de moradia, a fome, a falta de higiene, o número excessivo de gestações e filhos, doenças, alcoolismo e prostituição são elementos que despertam nela a consciência para a necessidade do controle de natalidade. Provavelmente se Goldman não tivesse sido presa, talvez não tivesse conhecido a realidade das mulheres na prisão, e não tivesse tomado conhecimento das condições de vida miseráveis das mulheres na periferia, seu entendimento sobre essas questões seria diferente. Para muitos autores, como Kissack (2008), Hemmings (2018), Garber (2009) e Wexler (1984) até a escolha de Goldman pela defesa da homossexualidade, do direito das pessoas de se relacionarem com outra do mesmo gênero, também seria consequência de suas experiências pessoais, pois ela possivelmente teria tido um relacionamento afetivo e sexual com outra mulher, Almeda Sperry, uma militante anarquista.

Em seus escritos fica muito claro que Goldman direcionou duras críticas às instituições capitalistas, e que suas posições refletiam sua concepção revolucionária, para quem uma sociedade livre e verdadeiramente humana era impossível se o Estado permanecesse no controle dos aspectos fundamentais da vida das pessoas, homens ou mulheres, limitando a liberdade individual absoluta, interferindo inclusive em suas vidas privadas. As questões abordadas por ela no final do século XIX até a década de 1940 com sua morte serão retomadas na década de 1970 e seguintes, confirmando o caráter atemporal de seu pensamento político, além corroborar que as discussões feitas por ela, em sua época, têm um caráter político, e, portanto, estão inseridas na esfera da Ciência Política.

Emma Goldman mostrou que questões como a liberdade individual (absoluta), o amor livre, o casamento, o ciúme, a homossexualidade, a emancipação da mulher, a maternidade, o controle de natalidade e o sufrágio feminino estão intrinsecamente relacionados à política; são fundamentalmente políticos, por serem fruto de conflito social e político, que se manifesta através da normatização da vida das pessoas. Tais questões como já adiantado, ao longo dos últimos três séculos, tornaram-se questões de interesse para os governos, para os partidos políticos, e para a sociedade civil, pois é, também, por meio da normatização e



regulamentação destes aspectos da vida “individual” e íntima dos cidadãos e cidadãs que os governos exercem controle direto e indireto sobre a vida pública e privada de todos os indivíduos.

As análises e conclusões sobre as questões abordadas por Emma Goldman constituem-se como em pensamento político racional, argumentativo, e foram produzidas a partir de suas experiências, sua *práxis*. Seu pensamento político constitui uma reflexão sobre a realidade de sua época, abrangendo aspectos pessoais, afetivos, sociais, políticos, econômicos e ideológicos – e não pode ser resumido a uma propaganda, produto de sua militância política, assumidamente feminista e anarquista. Como mostramos, Emma Goldman possui um pensamento político – que vai além de suas impressões pessoais sobre a política – relevante e que merece ser estudado e incorporado no *mainstream* da disciplina de Ciência Política. Avaliamos que ela merece fazer parte do *cânone* – tanto quanto os demais integrantes – ou seja, ser incluída como uma autora *clássica* da política.

Entretanto, levando em consideração a forma como Emma Goldman viveu, sua busca pela liberdade, por viver uma vida livre das convenções políticas, sociais e morais de sua época, muito provavelmente Goldman não se importaria em pertencer ou não ao *cânone* da Ciência Política. O que Goldman buscava ao produzir seus textos, livros, palestras e cartas vai muito além da vaidade e do desejo de ser eternizada nos meios acadêmicos. Sua vida e obra foram produzidas com base no ideal anarquista em que acreditava, sendo suas intenções conscientizar os indivíduos da necessidade de uma mudança na sociedade vigente, uma sociedade injusta e excludente, para a qual o anarquismo era a resposta. O anarquismo permitiria que fossem realmente livres e iguais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**Alexander Berkman.** Disponível em: < <http://www.anarquista.net/alexander-berkman/> >. Acesso em: 17 out. 2018.

**BAIGORRIA, Osvaldo. El amor libre – Eros y anarquia.** 1ª. ed. - Buenos Aires: Libros de Anarres, 2006.

**BAKUNIN, Mikhail. A Igreja e o Estado.** In WOODCOCK, George (Org). Os Grandes escritos anarquistas. 2ª ed. Porto Alegre: L&PM, 1981, p. 75-81.

\_\_\_\_\_. **Deus e o Estado.** Trad. Plínio Augusto Coêlho. Coleção Escritos Anarquistas. São Paulo: Ed. Imaginário, 2000.

\_\_\_\_\_. **Escritos de Filosofia Política. 1953.** Biblioteca Anarquista. Disponível em: < <https://es.theanarchistlibrary.org/library/mijail-bakunin-escritos-de-filosofia-politica.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2018

\_\_\_\_\_. **Estado, alienação e natureza.** In O anarquismo e a democracia burguesa. São Paulo: Global Editora, 1980.

\_\_\_\_\_. **Estatismo e Anarquia.** São Paulo: Ed. Imaginário, 2003.

\_\_\_\_\_. **O princípio do Estado.** In Revista Verve, n<sup>o</sup>11, p.50-77. Abril/2007. São Paulo.

**BOTTOMORE, Tom (editor). HARRIS, Lawrence. KIERNAN, V. G. e MILIBAND, Ralph (co-editores). Dicionário do Pensamento Marxista.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

**BRAZ, Marcelo. Lutas de Classes, Luta Revolucionária e Partido em Lenin: Significado e Atualidade do “Que Fazer?”.** In Lenin: teoria e prática revolucionária. Anderson Deo; Antonio Carlos Mazzeo; Marcos Del Roio (organizadores). p. 57-82. Marília: Oficina Universitária, 2015.

**BURNS, Edward McNall. História da Civilização Ocidental.** Tradução Lourival Gomes Machado, Lourdes Santos Machado e Leonel Vallandro. 23ª ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1981.

**CLEYRE, Voltairine de. Desobediência civil: Fundamentos da ação direta.** CNT de Compostela. 2009. Disponível em: < <http://www.cnt.gal/files/fundamentosAsaoDireta.pdf> >. Acesso em: 17 out. 2018.

**COSTA, Caio Túlio. O que é anarquismo.** Coleção Primeiros Passos. 11 ed. São Paulo: Ed Brasiliense, 1986.

**ENGELS, Friedrich. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.** 9ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1984.

**FALK, Candande. Emma Goldman: a guide to her life and documentary sources.** Disponível em: <http://www.lib.berkeley.edu/goldman/pdfs/EG->

[AGuideToHerLife\\_BiographicalEssay-TheWorldofEmmaGoldman.pdf](#) >. Acesso em: 26 jul. 2018.

FAORO, Raimundo. Existe um pensamento político brasileiro? Estudos Avançados. vol.1 n<sup>o</sup> .1 São Paulo, 1987. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141987000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141987000100004)>. Acesso em: 20 ago. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos V – Ética, Sexualidade e Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade. Vol I – A Vontade de Saber**. 4<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017a.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. 5<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017b.

\_\_\_\_\_. **O Governo de Si e dos Outros. Curso no Collège de France (1982-1983)**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GARBER, Marjorie. **Bisexuality and the Eroticism of Everyday Life**. New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2009.

GOLDMAN, Emma. **Anarquismo: o que realmente significa?** Tradução Antonio Henrique do Espírito Santo Loula a partir de "Anarquismo: lo que significa realmente". 2011a. Disponível em Internet <<https://dispor.files.wordpress.com/2011/10/emma-goldman-anarquismo-o-que-realmente-significa.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **An urgent appeal to my friends**. In Revista Mother Earth. Vol. XI, n<sup>o</sup> 2, 1916. p 450.

\_\_\_\_\_. **Ciúmes: Causas e uma possível cura. (1915?)**. Disponível em: <<https://amoryanarquia.wordpress.com/2012/01/19/ciumes-causas-e-uma-possivel-cura-emma-goldman/>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Dois anos na Rússia**. Tradução e diagramação Barricada Literária. Campinas, 2012.

\_\_\_\_\_. **Em que eu acredito**. New York, 1908. Disponível em: <<https://amoryanarquia.wordpress.com/2012/01/03/em-que-acredito-emma-goldman/>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **O fracasso da revolução russa**. In WOODCOCK, George (Org). Os Grandes escritos anarquistas. 2<sup>a</sup> ed. Porto Alegre: L&PM, 1981, p.143-152.

\_\_\_\_\_. **La palabra como arma**. 1<sup>a</sup> ed. Buenos Aires: Libros de Anarres, 2010.

\_\_\_\_\_. **Light and shadows in the life of in avant-guard**. In Revista Mother Earth. Vol. V. No. 4. Junho, 1910, p. 16.

\_\_\_\_\_. **Louise Michel: A Refutation Addressed to Dr. Maynes Hershfeld**, Berlin, 1923. Disponível em: <http://library.libertarian-labyrinth.org/items/show/3488>. Acesso em: 08 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Marriage**. The Firebrand. Julho/1897. Disponível em: <<https://jwa.org/media/goldmans-first-published-writing-on-subject-of-marriage>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Marriage and love**. In: Anarchism and Other Essays. The Anarchist Library. 2012. p. 122-128. Disponível em: < <https://theanarchistlibrary.org/library/emma-goldman-anarchism-and-other-essays.pdf> />. Acesso em: 20 jul. 2018. Tradução disponível em < [https://pt.protopia.at/wiki/Casamento\\_e\\_Amor](https://pt.protopia.at/wiki/Casamento_e_Amor)>. Acesso em: 20 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Minorias versus maiorias**. In Revista Verve, nº 13. São Paulo, 2008, p. 123-133. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/5201/3734>>. Acesso em 24 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **O fracasso da revolução russa**. In WOODCOCK, George (Org). Os Grandes escritos anarquistas. 2ª ed. Porto Alegre: L&PM, 1981, p.143-152.

\_\_\_\_\_. **O indivíduo, a sociedade e o Estado**. In: O indivíduo, a sociedade e o Estado e outros ensaios. São Paulo: Hedra, 2007, p. 29-45.

\_\_\_\_\_. **Tráfico de Mulheres. Cadernos Pagu nº.37. July/Dec. Campinas: 2011b. p. 247-262. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332011000200009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000200009)>. Acesso em: 01 dez. 2017.**

\_\_\_\_\_. **What I Believe**. 1908. Disponível em: <[https://archive.org/stream/al\\_Emma\\_Goldman\\_What\\_I\\_Believe\\_a4/Emma\\_Goldman\\_What\\_I\\_Believe\\_a4\\_djvu.txt](https://archive.org/stream/al_Emma_Goldman_What_I_Believe_a4/Emma_Goldman_What_I_Believe_a4_djvu.txt)>. Acesso em: Acesso em: 25 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Woman Suffrage**. In: Anarchism and Other Essays. The Anarchist Library. 2012. p. 106-114. Disponível em: < <https://theanarchistlibrary.org/library/emma-goldman-anarchism-and-other-essays.pdf> />. Acesso em: 20 jul. 2018. Tradução disponível em < [https://pt.scribd.com/document/188987608/Sufragio-Feminino-Emma-Goldman?ad\\_group=725X175X667c4dbaa19b619c0354d27dc917d1c3&campaign=SkimbitLtd&keyword=660149026&medium=affiliate&source=hp\\_affiliate](https://pt.scribd.com/document/188987608/Sufragio-Feminino-Emma-Goldman?ad_group=725X175X667c4dbaa19b619c0354d27dc917d1c3&campaign=SkimbitLtd&keyword=660149026&medium=affiliate&source=hp_affiliate) >. Acesso em: 20 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Vivendo minha vida**. Tradução Nils Skare. Curitiba: L-Dopa Publicações, 2015.  
GONZÁLEZ, Horácio. **A Revolução Russa**. Ed. Moderna. 1986.

GUGGENHEIM, Peggy. **Out of This Century: The Informal Memoirs of Peggy Guggenheim**. New York: The Dial Press: 1946. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015015801908;view=2up;seq=110> >. Acesso em: 26 jul. 2018.

GUÉRIN, Daniel. **Bakunin: Textos escolhidos**. Trad. Zilá Bernd. Porto Alegre: Ed. L &PM Editores, 1980.

HEMMINGS, Clare. **Considering Emma Goldman: feminist political ambivalence and the imaginative archive.** Durham: Duke University Press, 2018. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=PEpGDwAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=Considering+Emma+Goldman:+Feminist+Political+Ambivalence+and+the+Imaginative+Archive+GOOGLE+books&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwj2My3yuDcAhXGUZAKHe-yAhYQ6AEIKDAA#v=onepage&q=Considering%20Emma%20Goldman%3A%20Feminist%20Political%20Ambivalence%20and%20the%20Imaginative%20Archive%20GOOGLE%20books&f=false>>. Acesso em 20 jul. 2018.

KISSACK, Terence. **Free Comrades: Anarchism and Homosexuality in the United States, 1895-1917.** Canadá: AK Press, 2008.

KROPOTKIN, Piotr. **A conquista do pão.** Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

\_\_\_\_\_. **A inutilidade das leis.** 1886. Disponível em: <https://minhateca.com.br/Biblos-1987/Politics/Piotr+Kropotkin/Piotr+Kropotkin+-+A+inutilidade+das+leis,472068237.pdf>. > Acesso em 04 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **El anarquismo.** In Anarquismo Básico (Antologia). Extractos de: N. Converti, S. Faure, P. Gori, P. Kropotkin. Disponível em: <<http://kcl.edicionesanarquistas.net/lpdf/1175.pdf>>. Acesso em: 10 jan.2018.

\_\_\_\_\_. **La moral anarquista.** Disponível em: <[https://anarkobiblioteca3.files.wordpress.com/2016/08/la\\_moral\\_anarquista\\_y\\_otros\\_escritos\\_-\\_piotr\\_kropotkin.pdf](https://anarkobiblioteca3.files.wordpress.com/2016/08/la_moral_anarquista_y_otros_escritos_-_piotr_kropotkin.pdf)>. Acesso em: 04 dez.2017.

\_\_\_\_\_. **O Estado e seu papel histórico.** Trad. Alfredo Guerra. Coleção Escritos Anarquistas. São Paulo: Ed. Imaginário, 2000.

\_\_\_\_\_. **O princípio anarquista e outros ensaios.** Org. e Trad. Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Ed. Hedra, 2007.

\_\_\_\_\_. **Origen y evolución de la moral.** Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0B14Synwe1mHzUGkwSWJPWjJFREU/edit>>. Acesso em: 16 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Palavras de um revoltado.** Trad. Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Ed. Imaginário, 2005.

\_\_\_\_\_. **Sobre O Governo Representativo ou Parlamentarista.** In O Anarquismo e a Democracia Burguesa. 3ª ed. Trad. Roberto Goldkorn. Org. Daniel Guérin. São Paulo: Global Editora, 1986, p. 47-75.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846).** São Paulo: Boitempo, 2007.

MALATESTA, Errico. **Socialismo y anarquía.** Madrid: Editorial Ayuso, 1975.

\_\_\_\_\_. **Amor e Anarquia (O problema do amor).** In Revista Verve, nº 21. São Paulo, 2012, p. 48-53. Disponível em <

<https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/30718/21245>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **O programa anarquista.** In Escritos Revolucionários. 19?. Disponível em: < <http://www.culturabrasil.org/zip/malatesta.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Possibilidades Lenineanas para uma Paidéia Comunista.** In Lenin: teoria e prática revolucionária. Anderson Deo; Antonio Carlos Mazzeo; Marcos Del Roio (organizadores). p. 31-56. Marília: Oficina Universitária, 2015.

MONTEBELLO, Natália. **A mulher mais perigosa da américa...** In Revista Verve, n° 12. São Paulo, 2007, p. 116-128. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/5452/3899>>. Acesso em 24 jan. 2018.

MONTEIRO, Fabrício Pinto. **Pierre-Joseph Proudhon: Críticas ao Estado e propostas de transformação social.** In A destruição do Leviatã: críticas anarquistas ao Estado. São Paulo: Faísca, 2014. p. 25-60. Disponível em: < [https://www.academia.edu/9873432/Pierre-Joseph\\_Proudhon\\_cr%C3%ADticas\\_ao\\_Estado\\_e\\_propostas\\_de\\_transforma%C3%A7%C3%A3o\\_social](https://www.academia.edu/9873432/Pierre-Joseph_Proudhon_cr%C3%ADticas_ao_Estado_e_propostas_de_transforma%C3%A7%C3%A3o_social)> Acesso em 18 dez. 2017.

MORAES, Wallace dos Santos de. **Teses da Teoria Política Anarco-Comunista. Reflexões a partir do pensamento de Kropotkin.** Disponível em: < <http://www.otal.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2014/05/TEORIA-POL%C3%8DTICA-DE-KROPOTKIN-texto-p%C3%B3s-alacip-2013-v.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

NERES, Geraldo Magella, DOMBROWSKI, Osmir e SILVA, Vania Sandeléia Vaz da. **A construção do conceito moderno de Democracia: versão inicial de um projeto de pesquisa.** Revista Tempo da Ciência, v. 23. n. 45, p. 116 - 134, jan. / jun.2016. Disponível em < <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/14441/9813>>. Acesso em 27 fev. 2018.

OLIVEIRA, Patrícia; SANTOS, Hermílio e SUSIN, Priscila. **Narrativas e pesquisa biográfica na sociologia brasileira. Revisão e perspectivas.** Dossiê: Narrativas. In Civitas, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 359-382, maio-ago. 2014. Disponível em: <[http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8911/2/Narrativas\\_e\\_pesquisa\\_biografica\\_na\\_sociologia\\_brasileira.pdf](http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8911/2/Narrativas_e_pesquisa_biografica_na_sociologia_brasileira.pdf)>. Acesso em: 05/07/2017.

PIOZZI, Patrizia. **Os arquitetos da ordem anárquica. De Rousseau a Proudhon e Bakunin.** São Paulo: Ed. Unesp, 2006.

PROUDHON, Pierre Joseph. **Ideia Geral Da Revolução no Século Dezenove.** Tradução Rafael Hotz. 2008. Disponível em: <<http://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Proudhon,%20Pierre-Joseph/PROUDHON,%20P-J.%20Id%C3%A9ia%20Geral%20Da%20Revolu%C3%A7%C3%A3o%20No%20S%C3%A9culo%20Dezenove.pdf>>. Acesso em 15 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **O que é a propriedade?** 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1975. Disponível em: <http://www.anarquista.net/wp-content/uploads/2014/05/O-que-e-a-Propriedade-Livro-de-Pierre-Joseph-Proudhon.pdf>>. Acesso em 18 dez. 2017.

RAGO, Margareth. **Entre o anarquismo e o feminismo: Maria Lacerda de Moura e Luce Fabbri.** In Revista Verve, nº 21. São Paulo, 2012, p. 54-78. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/30719/21246>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Novos modos de subjetivar: a experiência da organização experiência da organização Mujeres Libres na Revolução Espanhola.** Revista Estudos Feministas; janeiro-abril/2008. Florianópolis, p. 187-206. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n1/a19v16n1.pdf>> Acesso em: 24 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Prefácio à Emma Goldman. Tráfico de Mulheres.** Cadernos Pagu nº 37. July/Dec. Campinas: 2011. p. 263-271. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332011000200010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000200010)>. Acesso em: 01 dez. 2017.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.** Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SCHILLING, Voltaire. **As grandes correntes do pensamento. Da Grécia Antiga ao Neoliberalismo.** 2ª ed. Porto Alegre: Editora AGE, 1999.

SILVA, Ricardo. **O Contextualismo Linguístico na História do Pensamento Político: Quentin Skinner e o Debate Metodológico Contemporâneo.** DADOS – Revista de Ciências Sociais, vol. 53, nº 02, Rio de Janeiro, 2010, p. 299 a 335. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v53n2/02.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

SILVA, Vania Sandeléia Vaz da. **O contextualismo social de Neal Wood e Ellen Meiksins Wood: uma introdução.** In Anais do V Simpósio Paranaense de Ciências Sociais – Conectando mundos, Repensando Relações – ISSN 2526-0952. 2016. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/ndp/ANAIS%20SIMPOSIO%20final.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2017.

SIMMEL, Georg. **Filosofia do Amor.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.

SPARROW, Rob. **Política Anarquista e Ação Direta.** Trad. Felipe Corrêa. Faísca Publicações Libertárias, 2009.

TIMOFEITCHEV, Aleksêi. **John Reed, filho bastardo da burguesia.** Russia Beyond. 28 jun. 2017. Disponível em: <[https://br.rbth.com/arte/historia/2017/06/29/john-reed-filho-bastardo-da-burguesia\\_791030](https://br.rbth.com/arte/historia/2017/06/29/john-reed-filho-bastardo-da-burguesia_791030)>. Acesso em: 29 nov. 2017.

TROTSKY, Leon. **A história da Revolução Russa.** Vol. 1 a 3. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1978.

VILAIN Éric (René Berthier), **Bakunin fazia política?** In *Marxismo e Anarquismo. Ed. Imaginário*, 2011. Disponível em: <<https://ithanarquista.files.wordpress.com/2014/02/renc3a9-berthier-bakunin-fazia-polc3adtica.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

WEBER, Max. **Ciência e Política – Duas vocações.** São Paulo: Ed. Cultrix, 2016.

\_\_\_\_\_. **Conceitos básicos de Sociologia**. 5<sup>a</sup> ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2010.

\_\_\_\_\_. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol. 1. Trad. de Régis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999a.

\_\_\_\_\_. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol. 2. Trad. de Régis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999b.

WEXLER, Alice. **Emma Goldman: an intimate life**. New York: Pantheon Books, 1984.

WOOD, Alan. **As origens da Revolução Russa – de 1861 a 1917**. São Paulo: Ed. Ática, 1991.

WOOD, Ellen Meiksins. **De ciudadanos a señores feudales: Historia social del pensamiento político de la Antigüedad a la Edad Media**. Madrid: Ed. Paidós, 2011.

\_\_\_\_\_. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.

WOOD, Neal. **The social history of political theory**. *Political Theory*, v. 6, n. 3, p. 345-67, 1978.

WOODCOCK, George. **História das Ideias e Movimentos Anarquistas: A Ideia**. Vol 1. Tradução de Júlia Tettamanzy. Porto Alegre: Ed. L &PM Pocket, 2014.

\_\_\_\_\_. **História das Ideias e Movimentos Anarquistas: O Movimento**. Vol. 2. Tradução de Júlia Tettamanzy. Porto Alegre: Ed. L &PM Pocket, 2014.

\_\_\_\_\_. **Os grandes escritos anarquistas**. 1<sup>a</sup> ed. Tradução de Júlia Tettamanzy e Betina Becker. Porto Alegre: Ed. L &PM Pocket, 1981.